

FELIPE VILLELA DE MIRANDA

## **CASA, VOTO E COMPROMISSO**

### **Atendimento habitacional em redutos eleitorais de parlamentares paulistanos do PSDB e do PT**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Soraya Silveira Simões

Rio de Janeiro  
2018

## CIP - Catalogação na Publicação

V735c Villela de Miranda, Felipe  
Casa, voto e compromisso: atendimento habitacional em redutos eleitorais de parlamentares paulistanos do PSDB e do PT / Felipe Villela de Miranda. -- Rio de Janeiro, 2018.  
108 f.

Orientadora: Soraya Silveira Simões.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2018.

1. Movimentos de moradia. 2. Políticas habitacionais. 3. Planejamento urbano. 4. Antropologia da política. 5. Parlamentares. I. Silveira Simões, Soraya, orient. II. Título.

FELIPE VILLELA DE MIRANDA

## **CASA, VOTO E COMPROMISSO**

### **Atendimento habitacional em redutos eleitorais de parlamentares paulistanos do PSDB e do PT**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Soraya Silveira Simões  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araujo  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

---

Profa. Dra. Raquel Rolnik  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP

## **AGRADECIMENTOS**

Ainda que assinado só por mim, este texto foi feito em diálogo com muitas vozes. Registro aqui o meu sincero reconhecimento por todas que contribuíram.

Apreendi a falar sobre cidade com a Soraya Simões. Ninguém melhor do que ela, em sala de aula ou nas conversas privadas de orientação, fala com tanta poesia, embasamento e criatividade. Foi ela quem me estimulou a trilhar todos os caminhos abertos pela pesquisa de campo, bem aos moldes do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), sediado no IFCS-UFRJ. Também foi ela quem me apresentou a preciosa produção da sociologia pragmática francesa.

Sobre política, muitas referências vieram do meu contato com Moacir Palmeira e Marcos Bezerra no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ). Minha aproximação com a produção do Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), durante o curso sobre corrupção, política e moralidade pública, aconteceu no momento em que todos os olhos estavam voltados para a tragédia no congresso nacional brasileiro, em 2016. Talvez daí venha minha curiosidade em entender quem são os parlamentares e como se relacionam com o resto da população.

Enquanto aprendi a olhar a política com o NUAP, aprendi como se faz política com assessores parlamentares e militantes partidários. Várias vezes procurei-os para tentar entender os processos que acompanhava. E não apenas membros das equipes parlamentares foco dessa pesquisa, mas também integrantes da liderança do PT e assessores de outros vereadores que frequentavam a Comissão de Política Urbana da Câmara Municipal, por exemplo.

Para falar sobre São Paulo não poderia ter tido escola melhor do que o Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade), da FAUUSP. Durante quase todo o período de campo para a minha pesquisa de mestrado também fui pesquisador desse laboratório, na equipe do Observatório de Remoções, orientado pela Raquel Rolnik. Foi ela quem me ajudou a enxergar o mundo da política institucional paulistana a partir de conflitos muito dinâmicos como os casos de remoção, que envolvem moradores, movimentos, autoridades governamentais, políticos profissionais e até a imprensa. Felizmente, essas duas frentes de pesquisa se misturaram em vários momentos, como quando encontrei

uma parlamentar que seguia para o mestrado em um caso de remoção acompanhado pelo Observatório.

Mas antes de contar tudo isso, foi preciso conversar sobre o que pode e como se faz um texto. Encontrei espaço para dar vazão ao meu desejo de escrever e de refletir sobre a escrita com o Frederico de Araujo, nas aulas de filosofia da linguagem, no IPPUR.

Sobre jornalismo, descobri referências na biblioteca do meu Ricardo. Compartilhando nosso cotidiano há uma década, aprendi com ele como se faz um texto jornalístico, como se apura uma história e como funciona uma redação. Mais do que isso, foi em diálogo com ele que derreti todo preconceito contra a imprensa reproduzido no mundo acadêmico.

À comunidade ippuriana agradeço todo apoio, estímulo e liberdade. Foi nos corredores do IPPUR, e depois que a nossa sede pegou fogo nos espaços da precariedade radical, que o planejamento urbano e a cidade se fizeram e refizeram dentro de mim. Um período especialmente rico da minha trajetória nesse instituto foi o Mobiliza IPPUR, quando um movimento discente implodiu um bimestre de aulas, em 2016, e magnetizou uma programação alternativa de atividades. Desses debates, por exemplo, vieram as referências sobre a ascensão da religião na política institucional que uso na dissertação.

Por último, mas não menos importante, um agradecimento especial para minha mãe e meu pai, que me criaram cientista.

## RESUMO

Para colocar asfalto na rua, regularizar a propriedade de terrenos, construir apartamentos, acompanhar obras de casas, criar linhas de ônibus, aumentar policiamento no bairro, conseguir vagas em cursos profissionalizantes e faculdades, oferecer aconselhamento jurídico e algo mais, movimentos de moradia lançam candidatos próprios ou se articulam com parlamentares eleitos. Esse é o caso da Associação de Trabalhadores Sem-terra de São Paulo (ATST), que surgiu nos anos 1980 para produzir loteamentos populares e na segunda década do século XXI acumula seis eleições vitoriosas de candidatos próprios para a Câmara Municipal e para a assembleia legislativa estadual. Atendendo a demandas semelhantes, mas em outra região da cidade, uma vereadora petista já está no terceiro mandato com a ajuda de assessores parlamentares que também são lideranças de movimentos de moradia. Nesta pesquisa, acompanhamos o trabalho de equipes parlamentares tanto nos gabinetes quanto nos bairros, durante um ano, para entender como compromissos entre eleitores e políticos são articulados em torno de demandas habitacionais em redutos eleitorais. As situações narradas também mostram como parlamentares tecem amizades com outros políticos profissionais e parcerias com instituições públicas e privadas. Ao relatar como movimentos sociais e órgãos públicos transformam um ao outro enquanto se relacionam, a pesquisa de campo apresentada aqui faz emergir as múltiplas faces daquilo que se chama unicamente de Estado, mas sem a pretensão de denunciar problemas e indicar soluções. Interessa mais saber como parlamentares justificam suas atitudes mesmo quando manipulam recursos públicos como se um direito social fosse uma dívida pessoal.

Palavras-chave: Movimentos de moradia, Políticas habitacionais, São Paulo, Planejamento urbano, Antropologia da política.

## **ABSTRACT**

To build houses, install asphalt on a dirt street, create new bus routes, improve policing in the neighborhood, give scholarships in academic and vocational training courses, offer legal counseling and something more, housing movements launch candidatures or articulate with an elected legislator. Like the Associação de Trabalhadores Sem-terra de São Paulo (ATST) does since the 80s, when it started to build low cost developments, and in the second decade of the XXI century mounts up to six successful elections of its own lawmakers to the municipal and state government levels. Taking similar demands in another side of the city, a workers` party city councilor is in her third term with aides that are also leaders of housing movements. This research followed politicians and their aides in offices and in the neighborhoods for a year to understand how commitments with voters are articulated through housing demands at electoral strongholds. The situations narrated in this work also show how lawmakers build friendships with other politicians and partnerships with public and private institutions. Although this fieldwork research describes how social movements and public agencies transform one another while interacting, unfolding the multiple faces of what is simply called State, it does so with no intention to denounce problems and suggest solutions. The main concern here is to understand how politicians justify their practices even when they handle public resources as if a social right was a personal gift.

Keywords: Housing movements, Housing policies, Sao Paulo, Urban planning, Anthropology of the politics.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALESP: Assembleia Legislativa de Estado de São Paulo  
AMANH: Associação de Moradia Amigos de Novo Horizonte  
ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica  
ATST: Associação de Trabalhadores Sem-terra de São Paulo  
CAEHIS: Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social  
CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano  
COHAB: Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo  
Dear: Departamento de Ações Regionalizadas  
DEM: Democratas  
DZ: Diretório Zonal do PT  
EHIS: Empreendimento de Habitação de Interesse Social  
FUNAPS: Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal  
GRAPROHAB: Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo  
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano  
MDB: Movimento Democrático Brasileiro (Partido)  
MST: Movimento Sem-terra  
Sabesp: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo  
SD: Solidariedade (Partido)  
SEHAB: Secretaria Municipal de Habitação  
SIURB: Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras  
SMUL: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento  
SUS: Sistema Único de Saúde  
UMM: União dos Movimentos de Moradia  
Zeis: Zona Especial de Interesse Social  
ZPDS: Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável  
PATRI: Patriota (Partido)  
PL: Projeto de Lei  
PP: Partido Progressista  
PPS: Partido Popular Socialista  
PR: Partido da República  
PROLURB: Programa Lote Social Urbanizado  
PROS: Partido Republicano da Ordem Social



PSB: Partido Socialista Brasileiro

PSC: Partido Social Cristão

PSD: Partido Social Democrático

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
Elos entre parlamentares e eleitores .....	15
Atendimentos nos redutos .....	20
Amizade e parceria .....	25
Método do registro e estilo do relato .....	30
A construção do objeto .....	35
2 ATENDIMENTOS SEM FIM .....	41
Os sem-terra tucanos .....	41
Carteirinha e contribuição mensal .....	46
Obras e recursos parlamentares .....	52
Uma remoção no gabinete petista .....	58
3 ASSESSORES NOS REDUTOS .....	63
Parque Esperança .....	64
Rua Nossa Senhora da Moradia .....	68
Cargos nas prefeituras regionais .....	72
4 AMIZADES E PARCERIAS .....	77
Com prefeito, com tudo .....	78
Trabalho social que emociona .....	84
Doação com encargos .....	87
5 PARLAMENTARES E MOVIMENTOS .....	91
REFERÊNCIAS .....	94
APÊNDICE A – Mapa de Prefeituras Regionais .....	101
APÊNDICE B – Mapa de empreendimentos da ATST .....	102
APÊNDICE C – Tabela de empreendimentos da ATST .....	103
APÊNDICE D – Imagens dos redutos eleitorais .....	105

## 1 INTRODUÇÃO

Cleuza Ramos foi contra lançar um candidato próprio da Associação de Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo (ATST) quando a ideia surgiu. Diriam que o movimento fez tudo apenas para conseguir cargos “na política”. Quase 20 anos depois, já no trigésimo loteamento popular, na zona noroeste, a presidente da associação está convencida de que valeu a pena. “Graças a Deus político na ATST é o que não falta”. Do outro lado da cidade, na zona sudeste, uma assessora parlamentar no primeiro ano de gabinete, depois de 30 anos como liderança de um movimento de moradia, assume gostar de política, ainda que tenha ouvido da mãe “que tem um lado que você puxou que não é bom, que é do seu pai”. Na família com 12 filhos, ela e o pai são os únicos envolvidos com “política”. Mesmo com essa má fama, pessoas e grupos organizados procuram políticos para tratar de demandas habitacionais, e políticos tem assessores especializados em atender eleitores com questões desse tipo. Por que?

A reputação do *mundo da política institucional* – aquele que envolve palanques, urnas, recursos públicos, gabinetes, assessores, autoridades governamentais, servidores públicos e quem (ou o que) mais se integrar às atividades coletivas desse espaço onde um sempre age em relação aos outros (BECKER, 2006) – não vai bem há muito tempo. Nos anos 1940, Victor Nunes Leal já mostrava o quão discricionária era a aplicação de recursos públicos em municípios rurais. Quem decidia quase tudo, desde operações policiais, distribuição de vagas em hospitais, construção de novas escolas ou estradas, até casamentos em casos de “descaminho de menores” (LEAL, 1997, p. 299-300) eram os chefes locais, sempre articulados com políticos profissionais nas legislaturas estadual e federal. Valia tudo para manter o “compromisso” com os “amigos” e preservar seu poder pessoal, até mesmo entrar na zona do ilegal ou ilícito. Qualquer “pecado” seria reabilitado nas eleições, “porque em política”, como dizia o ditado da época, “só há uma vergonha: perder” (p. 60). Para Leal, os amados e odiados “coronéis” personificavam a distopia da república brasileira, incapaz de evitar a “incursão do poder privado no domínio político” (p. 275). Mas o deslocamento no sentido contrário, a incursão da “política” em outros “domínios”, também é problemático.

Em Ilhéus, na virada do século XX para o XXI, Márcio Goldman (2004) relata que é comum acusar uma pessoa ou grupo de “fazer política” quando, por exemplo, se suspeita de manipulação no resultado da competição entre blocos afro durante o carnaval, ou quando um integrante de bloco age para conseguir vantagens materiais para si. Nessas situações, se diz que “fizeram política com o desfile” (p. 210). Por causa dessa fama, pode até não ser considerado de todo mal perder a eleição quando o candidato a vereador é integrante de um bloco. Se eleito, incorporaria os “defeitos morais” dos “políticos” (p. 218). A *atividade* política aparece, então, como “poluente” e “transitória” (p. 218) entre os *eleitores*, todos os *não-políticos*. Mas a política não é poluidora para todo mundo.

Como Goldman viu na Bahia, quanto mais vinculada à política institucional, mais a pessoa descreve “política” como um domínio positivamente valorizado. A variedade sociológica dos usos que se faz do termo engloba *atividades* e até uma concepção mais “substancialista” (2004, p. 210). Esta última perspectiva, comum entre políticos e alguns pesquisadores costuma misturar práticas com ideais, como se “política” fosse realmente uma *esfera* ou *domínio* social bem definido e organizado segundo princípios universais. Mas o que se vê em pesquisas de campo é que nem quem está diretamente envolvido com o mundo da política institucional usa o termo sempre do mesmo jeito. O sentido positivo ou negativo de *política* não tem relação, portanto, com características intrínsecas, como se fosse uma atividade poluidora em si. Depende de quem diz e sobre o que fala.

Esta variação também foi identificada por Antonádia Borges (2003) na região metropolitana de Brasília. Em Recanto das Emas, as pessoas estão constantemente envolvidas com o tema do “lugar para morar”, e muitos lotes vagos são concedidos pelo poder público (p. 13). No jogo da política local, só tem acesso à terra e a qualquer serviço de assistência social (de cesta básica a uniforme escolar para crianças) quem tiver título de eleitor na capital e for aliado do grupo político no poder executivo. Neste contexto em que todos precisam ter alguma relação com a política institucional para acessar serviços públicos, mesmo quem conseguiu um cargo comissionado como retribuição pelo serviço prestado durante as eleições pode acionar a polícia para conter um adversário acusando-o de “fazer política” (p. 35). Foi o que aconteceu durante um protesto

de aliados do PT na Administração Regional, reprimido pelos funcionários comissionados e por policiais. O crime seria atrapalhar o mandato do MDB.

Até quem é político com mais de um mandato na carreira usa *política* como categoria de acusação. Foi o que Karina Kuschnir (2000) percebeu acompanhando uma família de parlamentares do atual DEM baseada na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Em 1986, a equipe de campanha do deputado patriarca da família, após um período sem mandato, se vangloriou por ter sido vitoriosa sem usar a “máquina” pública e sem dinheiro ou apoio político para fazer comícios. Ao contrário dos adversários, não se “contaminaram” com a “política”, e investiram na aproximação com os moradores do tradicional reduto eleitoral da família (p. 40). Em outras situações, no entanto, quem precisa se desviar da acusação de que usa recursos públicos de maneira “clientelista” é a própria filha do deputado, que se tornou vereadora (p. 141). Ela e o pai mantiveram, por pelo menos quatro décadas, a própria casa e o escritório abertos para atender pessoalmente às diversas demandas dos vizinhos.

Por outro lado, também se “faz política por ideal”, “para construção do bem comum”. Este foi o discurso do vereador paulistano Fábio Riva (PSDB) para as 900 pessoas que passaram pela sede da ATST no dia em que não faltaram notícias sobre o interrogatório do ex-presidente da república, do PT, envolvido em denúncias de corrupção que atingiam políticos de todo o país. O vereador queria evitar que ele e seus mentores fossem contaminados e jogados na “vala comum” de “ladrões” e “corruptos”.

Em 2016, Riva espalhou por Pirituba e outros bairros na zona noroeste galhardetes com uma foto sua entre o casal de criadores e líderes da ATST: Cleuza Ramos, presidente, e Marcos Zerbini, coordenador-geral e deputado estadual (PSDB). Os três, alguns dos personagens principais desta pesquisa, participam de atividades com associados na sede da entidade diversas vezes por semana, e recebem os louros por todas as realizações do grupo. Segundo o deputado, suas campanhas são “baratas” graças ao “trabalho social” na ATST, como ele gosta de classificar seu trabalho constante de aproximação com os eleitores, ainda mais intenso do que o registrado por Kuschnir (2000) no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o “trabalho social” que envolve desde a compra coletiva de terrenos na periferia da cidade para fazer loteamentos até cursos

profissionalizantes já garantiu seis vitórias eleitorais, e provocou acusações dos adversários. “Zerbini é voto de cabresto”, me disse uma integrante do Diretório Zonal do PT em Pirituba. Nas eleições de 2016, ela diz que “só faltava eleitor fotografar urna”.

No modelo teórico do “coronelismo” construído por Leal (1997), o “coronel” conduzia eleitores como uma “tropa de burros” (p. 63), o que lhe rendia os tais “votos de cabresto”. A “pobreza, ignorância e abandono” (p. 43) dos trabalhadores rurais no começo do século XX era tamanha que seguiam o seu “benfeitor”, único morador da região com suficiente riqueza e acessos nas três esferas de governo para conceder “favores” aos seus dependentes (p. 44). Neste modelo, o eleitor burro e o coronel pastor são concebidos com uma rigidez quase absoluta, fixados aos papéis de cliente e patrão. Ao mesmo tempo, as práticas políticas da época são qualificadas por meio de categorias negativas como “clientelismo”, “paternalismo”, “filhotismo” e “mandonismo” (p. 41). Estes papéis só não são absolutamente rígidos porque o próprio autor dá indícios de que o eleitor rural não era tão bobo assim e eventualmente até “traía” o seu senhor nas urnas (p. 57). O autor preferiu não aprofundar como as traições aconteciam, limitando-se a supor que o rádio estaria ampliando o acesso dos trabalhadores rurais a informações diversas, e por isso teriam mais condições de refletir idealmente sobre o seu voto. Antropólogos da política, no entanto, sugerem outra explicação.

Nem apenas submissão e nem escolha idealista, o voto teria mais a ver com adesão do eleitor a uma liderança, a um grupo, a uma rede de relações sociais. Por exemplo, em municípios com forte atuação sindical no interior de Pernambuco, onde Moacir Palmeira (2010) esteve, a questão do voto não era escolher candidatos, mas situar-se de um lado da sociedade. No caso, o lado onde estão as pessoas com quem o eleitor tem algum “compromisso” (p. 20). Se levarmos a sério a perspectiva dos eleitores tanto quanto a dos políticos, deixa de ser suficiente descrever o voto por meio de expressões como *de cabresto*, assim como as relações no mundo da política institucional não se resumem à negatividade moral do termo *clientelismo*.

Um político clientelista seria aquele que faz o eleitor acreditar que ele “é o caminho mais seguro para a obtenção de um benefício” (AVELINO FILHO, 1994,

p. 238), monopolizando para si o acesso a serviços e recursos públicos para estabelecer relações de dependência que se estendem no tempo, sendo o voto uma das principais formas de o eleitor retribuir os favores prestados pelo político. Mas, como propõe Avelino Filho (1994), para entender o “clientelismo” é preciso procurar características positivas entre os “vícios e virtudes” da política institucional (p. 240). Por exemplo, que práticas clientelistas podem ser uma maneira de políticos lidarem com a incerteza das eleições, e um caminho para eleitores acessarem recursos públicos disputados por muita gente.

Fixar papéis de *cliente* e *patrão* a eleitores e políticos profissionais não ajuda a enxergar a diversidade de situações que envolvem esses dois grupos. Como vi em São Paulo, voto não é o único recurso trocado nesses encontros, que também incluem a circulação de subvenção de aluguel e novas unidades habitacionais, abatimento de impostos e outras taxas sobre propriedade privada, agilização de processos na justiça e na burocracia estatal, regularização fundiária, obras de utilidade pública, prestígio, autoridade e tantos mais que aparecerão ao longo deste texto. Por isso, interessa menos nesta pesquisa classificar determinado político ou mandato parlamentar como *clientelista*, e por isso ruim, e outro como *idealista*, e por isso bom, do que entender como se firmam *compromissos* na política local, especialmente os que envolvem questões habitacionais, e o que estas relações mostram do Estado contemporâneo.

### **Elos entre parlamentares e eleitores**

Em 2014, uma ocupação de terra quase desapareceu durante as obras do único estádio paulistano para a Copa do Mundo de Futebol, em Itaquera, zona leste. Em 2017, as casas sem reboco apertadas entre o Rio Verde e um viaduto para manobra de trens do metrô voltaram a ser ameaçadas, desta vez por causa da construção de uma nova via exclusiva para ônibus. Quando soube do projeto, a associação de moradores mobilizou seus contatos na prefeitura para negociar uma solução. Foi assim que a vereadora Juliana Cardoso (PT), que junto com seus assessores completa o elenco de personagens desta pesquisa, chegou à primeira assembleia de moradores para tratar do assunto, no fim de abril. No gramado entre o barranco do rio e as casas, ela discursa ao microfone: “Eu me lembro que quando eu vim aqui na primeira vez, foi uma tarde chuvosa, né, aqui

vocês não tinham nada. Era muito, é – não tinha iluminação, a questão do esgoto, enfim. Então, a minha história aqui com vocês é *umbilical*, vamos dizer assim, né?”

Apesar de reivindicar uma relação antiga com o local, a vereadora não aparecia por ali há algum tempo, o que não significa que seu nome tenha desaparecido da boca dos moradores. “Juliana, a gente trabalhou pra você. Como fala? Nós que fizemos a comunidade votar”, diz a filha de uma das lideranças dos moradores, no fim da assembleia, com um bebê no colo e de braço dado com outra mulher. A vereadora abre um sorriso: “Que legal, qual seu nome?”. Elas tiram uma foto juntas. Ainda durante o discurso, Cardoso explica porque esteve afastada e presente ao mesmo tempo.

“Presencialmente eu fui trabalhar em outras lutas aqui na região leste, porque vocês estavam bem organizados e, o mais importante, as pessoas daqui entenderam o quanto é importante ter a resistência da luta. Se vocês não tivessem resistido aquele período [da Copa do Mundo] a gente taria hoje aqui conversando?” “Nãaa”, responde a plateia em coro. Desta vez, Cardoso promete atender ao pedido de ajuda dos moradores encaminhando uma audiência pública na Comissão de Política Urbana na Câmara Municipal e disponibilizando um de seus assessores parlamentares para participar das reuniões naquela localidade, entre outras medidas. “Então, terminando a minha fala, tamo junto, tamo misturado, vamos resistir!”, ela encerra o discurso e passa o microfone.

Juliana Cardoso (PT) nasceu, cresceu e ainda vive na zona leste. Em 2017, foi eleita para o terceiro mandato de vereadora com votos concentrados naquela região da cidade, seu reduto eleitoral. Além dos assessores lotados no seu gabinete que costumam passar o expediente na rua, quando tem a chance ela também indica aliados para cargos comissionados na prefeitura regional da sua região, como aconteceu na legislatura anterior, com um prefeito petista. Na equipe do mandato, pelo menos dois assessores são lideranças de movimentos de moradia e se especializaram em atender “casos de habitação”.

Tanto Juliana Cardoso (PT) e sua equipe de assessores quanto Marcos Zerbini (PSDB), Fábio Riva (PSDB), Cleuza Ramos e suas equipes “lutam” para que



peças pobres tenham onde morar. Todos usam *luta* para se referir ao esforço necessário para se produzir casas baratas ou conquistar garantias de posse desses imóveis, e todos sugerem que seus seguidores também precisam se esforçar pelo mesmo fim. Apesar de existirem diversos caminhos para se conseguir casa subsidiada, parlamentares e eleitores *sacrificam* outras formas quando se engajam em um processo de atendimento personalizado (THÉVENOT, 2009). Nos casos tratados aqui, tanto parlamentares quanto eleitores compartilham determinados valores e um senso de *justiça* em torno de um *bem comum*, a moradia. E eles não estão sozinhos nessa perspectiva.

Moradia é um dos direitos sociais elencados na Constituição Federal (art. 6º), e a dignidade humana estaria ancorada na moradia decente (art. 1º, III), conforme interpretação de Marcos Cammarosano (2006). Já que o Estado também tem como objetivo fundamental previsto na Constituição erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais (art. 3º, III), recursos públicos devem ser aplicados em habitação popular. Apesar das coincidências que configuram uma arena pública comum, o debate sobre a maneira como se deve subsidiar moradia popular está longe de um consenso.

Enquanto a vereadora petista e os movimentos de moradia com os quais ela e seu partido se articulam acreditam que a “ocupação” de imóveis vazios é justificável moralmente e pela função social da propriedade, prevista na Constituição, os parlamentares tucanos reprovam o que chamam de “invasão”, preferindo comprar os terrenos antes de ocupá-los. O que também não significa que os sem-terra tucanos sejam absolutamente legalistas.

“Estamos sempre contra a lei”, como ouvi do engenheiro responsável pela aprovação legal dos loteamentos da ATST. Ele diz que, na prática, é inviável esperar a licença de obra e a instalação da infraestrutura para começar a construir as casas, como a legislação exige. Ele se justifica ponderando que as famílias não podem arcar, ao mesmo tempo, com a compra do terreno, o aluguel dos lugares onde viviam até então e com os custos de implantação do loteamento. “É uma guerra fazer habitação, sabe?”

Apesar das aparentes diferenças, as práticas destes parlamentares tucanos e petistas coincidem mais do que se poderia esperar escutando apenas seus

discursos. Todos estão permanentemente tentando conquistar a adesão de novos eleitores aos seus *projetos* e engajar-se nos *projetos* dos eleitores, além de manter o compromisso daqueles que já os seguem.

A noção de “projeto” é utilizada aqui por ser mais adequada à perspectiva dinâmica das relações sociais verificadas na pesquisa de campo. Comecei as visitas poucos meses depois das eleições de 2016, quando o PT perdeu a prefeitura de São Paulo nas urnas para o PSDB, mesmo ano em que a presidente da república, Dilma Rousseff (PT), foi deposta durante o mandato. Este contexto evidenciou que a leitura de conjuntura baseada apenas em classes sociais não era suficiente para explicar porque tradicionais eleitores nas periferias da cidade de São Paulo deixaram de acompanhar o partido nas urnas. O PT, inclusive, encomendou pesquisa para tentar entender essa transformação do comportamento eleitoral, detectando que categorias como “esquerda” e “direita” ou a oposição entre “trabalhadores” e “empreendedores” não importava muito para os eleitores (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2017). O conceito de *projeto* ajuda, então, a iluminar os “elos” que conectam as pessoas em um contexto social com poucas garantias de estabilidade, como Boltanski e Chiapello (2009) perceberam ao interpretar manuais de gestão empresarial nos anos 1990 em relação às condições de emprego na época. Nessa perspectiva, antes de fixar grupos de pessoas em categorias socioprofissionais que pressupõem um certo modo de participação na sociedade, com interesses e posicionamentos políticos pré-determinados, cabe verificar como se costumam conexões conforme as situações concretas enfrentadas pelas pessoas. Se a aproximação entre parlamentares e cidadãos não decorre necessariamente de uma identificação social relacionada a uma categoria socioprofissional, como acontece?

No período entre eleições, como quando estive em campo, a equipe do mandato parlamentar costuma manter as portas do gabinete abertas para a população. Mais do que puro voluntarismo, atender a população é um imperativo, por exemplo, na perspectiva de deputados estaduais acompanhados por Beatriz Heredia (2010), no Rio Grande Sul, no fim da década de 1990. O parlamentar que não dialoga com a população, sejam seus eleitores ou não, é repreendido pelos colegas por colocar em risco o seu mandato nas próximas eleições. Por

isso, agem como se estivessem sempre em campanha, como Kuschnir (2000) constatou acompanhando a vereadora mais votada na cidade do Rio de Janeiro, em 1996. Apesar de eleição não ter sido um interesse inicial da minha pesquisa, depois ficou claro que é preciso considerar o tema quando se explora a relação cotidiana entre parlamentar e população. Como aparece na literatura sobre antropologia da política, o político precisa interagir com a população para mostrar para que serve seu trabalho e como ele contempla demandas dos eleitores, já que uma boa atuação parlamentar por si só não traz segurança ao mandato.

Mais do que arriscar a continuação do mandato, quando o parlamentar se fecha em sua rede na política institucional e deixa de atuar como transmissor de informações, como mediador de mundos, perde relevância e pode comprometer a ideia que as pessoas têm do próprio Estado. Ao não manter abertas as portas do gabinete e trabalhar constantemente para ampliar seus contatos com cidadãos, o parlamentar alimentaria a impressão de que o governo está fechado em si, que não representa ninguém, que não serve ao bem comum. E isto é uma diferença importante do contexto contemporâneo em relação ao “clientelismo” do regime político coronelista.

Enquanto na Primeira República os líderes rurais em localidades nordestinas agiam para ter monopólio de acesso ao Estado e, assim, controlar recursos públicos de maneira discricionária, como descreve Nunes Leal (1997), no contexto paulistano atual, mais importante do que monopolizar recursos é trabalhar pela constante ampliação e diversificação dos próprios acessos para viabilizar a oferta de atendimentos diversificados à população. Dessa ampliação constante de contatos e compromissos depende a relevância do parlamentar como polo articulador das redes de vizinhança onde seus eleitores estão concentrados. Apesar da proximidade espacial, os vizinhos vivem em um mundo contemporâneo fragmentado em processos temporários de engajamento, onde as relações pessoais são eletivas e a informação não é facilmente dominável, conforme características identificadas por Boltanski e Chiapello (2009). Um mundo bem diferente daquele das primeiras décadas do século XX, quando o rádio ainda era uma novidade e o isolamento dos eleitores rurais era uma realidade. Hoje, a ATST divulga atividades, serviços e faz campanha eleitoral por *WhatsApp*, aplicativo de mensagens por meio do qual alcança associados e

contatos dos associados. Como a moradora de Pirituba que nunca construiu uma casa com a ATST, mas frequenta cursos profissionalizantes oferecidos pela associação. Em novembro de 2017, ela soube do evento da ATST na sua vizinhança, no qual nos encontramos, pelo grupo virtual do bairro, enquanto eu soube pelo perfil da associação no *Facebook*.

A busca pela diversificação de atendimentos levou o movimento de moradia dos sem-terra tucanos, que inicialmente produzia apenas loteamentos populares, a adicionar ao seu portfólio projetos educacionais, como cursos profissionalizantes em construção civil e salão de beleza e bolsas de estudos em universidade particulares articuladas pela Educar para a Vida, braço educacional da ATST; projetos de melhorias de loteamentos, como reforço do policiamento e novas linhas de ônibus; até projetos de interesse pessoal, como atendimento psicológico e assessoria jurídica. Além dos líderes da ATST procurarem inserir seus seguidores em novos projetos depois da casa pronta, processo que por si só pode obrigar o associado a frequentar a associação por mais de uma década, também sempre se mostram disponíveis para se engajar em demandas vindas de moradores de uma de suas Áreas já construídas. Esta capacidade de engajar pessoas em um novo projeto, ou engajar-se no delas, é a “prova” necessária para atestar a “grandeza” de um conector de redes, como afirmam Boltanski e Chiapello (2009, p. 159). Traduzida para o mundo da política, essa capacidade significa manter o compromisso do eleitor para que ele continue votando no parlamentar e confiando no seu trabalho. A própria reeleição pode ser entendida como a *prova* de que o parlamentar consegue se inserir em novos projetos e animar redes. A julgar pela quantidade de reeleições, tanto Marcos Zerbini (PSDB) quanto Juliana Cardoso (PT) costumam passar nessas provas. Não por acaso, há décadas os dois mantêm assessores na região onde vive a maior parte dos seus eleitores e participam regularmente de atividades por lá.

### **Atendimentos nos redutos**

A vereadora petista acumula três mandatos consecutivos desde que estreou na Câmara, em 2009. Em discursos para a militância, gosta de destacar que frequenta atividades do partido desde criança, levada por sua mãe. Ela nasceu, cresceu e ainda vive na zona leste, próximo ao ABC paulista, berço da articulação sindical que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e polo

irradiador de valores petistas desde a década de 80. Como mostram dados eleitorais de 1982, logo após o partido ter sido oficializado, entre os dez distritos eleitorais da cidade que proporcionalmente deram mais votos ao PT naquele ano, quatro estão na zona leste, dois na sudeste e quatro na sul, todos próximos ao ABC. Na décima posição aparece São Mateus, distrito onde Cardoso tem mais influência. A região noroeste, que inclui Pirituba e Jaraguá, e onde surgiu a Associação de Trabalhadores Sem-terra de São Paulo (ATST), aparece no segundo grupo das regiões da cidade com maior índice de votos ao PT (MENEGUELLO, 1989, p. 159-161).

Naquela época, Cleuza Ramos e Marcos Zerbini eram próximos ao PT, seguindo tendência de “sociedades de amigos de bairro”, Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e movimentos sociais nas periferias da cidade que convergiram para a articulação que criou o partido (MENEGUELLO, 1989, p. 64). Ramos e Zerbini se conheceram por meio de pastorais da moradia, onde ambos apoiavam reivindicações por casa e saneamento básico. O rompimento com o PT, segundo eles, teria acontecido durante a prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992, então no PT). A data coincide com o que dizem integrantes de movimentos de mutirão que ergueram conjuntos em Taipas, no distrito Jaraguá. O casal teria se afastado do PT em 1991, quando foram fazer a 6ª Área, comprada longe dali, no distrito Anhanguera. A aproximação com o PSDB teria acontecido durante o governo estadual de Mário Covas (1995-2001, PSDB).

Em 2017, Marcos Zerbini está no quinto mandato consecutivo pelo PSDB e ainda mora na região noroeste da cidade, onde sua esposa nasceu e onde a ATST foi articulada. Sua primeira eleição vitoriosa foi em 2001, quando estreou como vereador. Desde 2007 é deputado estadual. Ele foi o nome escolhido para ingressar na política institucional, enquanto coube à sua esposa e presidente da ATST, Cleuza Ramos, dedicar-se integralmente ao “trabalho social” do casal. Ela é a principal responsável por manter a interação e o envolvimento permanentes dos associados com a associação e com os políticos profissionais da casa. Além do deputado Marcos Zerbini, desde 2017 Fábio Riva (PSDB) é vereador, depois de quase 20 anos prestando atendimento jurídico gratuito aos associados e trabalhando como assessor parlamentar de Zerbini. Todos participam de atividades regulares na sede da associação, mais de uma vez por semana, e

eventualmente de eventos nos centros comunitários dos loteamentos já produzidos. Em um destes eventos, a Semana da Beleza, tive dificuldade em encontrar o lugar perto da estrada Turística do Jaraguá, então pedi indicação para mais de uma pessoa na rua. "Lá nos sem-terra?", um senhor me pergunta, "Ah, na área do Marcos", outra senhora confirma. A opção por realizar atividades políticas permanentemente nas vizinhanças onde moram é uma característica comum entre os parlamentares estudados aqui tanto quanto a sua atenção à questões habitacionais. Nesses casos, o esforço para construir um elo duradouro entre parlamentar e cidadão passa por atendimentos na vizinhança onde moram. Para entender como isso acontece, é interessante recuperar um pouco da história de formação do PT, que foi acompanhada pelos criadores da ATST e pelos mentores de Juliana Cardoso.

Rachel Meneguello (1989) mostrou que a proximidade espacial entre um diretório de militantes e o local de moradia dos eleitores foi a correlação mais forte entre as variáveis apuradas sobre os resultados eleitorais do PT em 1982. Mais relevante, inclusive, do que supostos interesses de classe. Naquela época, o PT estimulava a criação de "núcleos de base", que não eram exigidos pela legislação como os Diretórios Regionais, Municipais e Distritais (atuais Diretórios Zonais). Os núcleos funcionaram como dispositivos de articulação permanente e aproximação entre partido e localidades, onde militantes podiam "recolher a riqueza e a variedade de questões colocadas pelos movimentos sociais", como associações locais e grupos religiosos (p. 91). Era do núcleo de base que vinha a indicação de um candidato a vereador, e entre os critérios principais destacavam-se a "conduta pessoal" e a "atuação em reivindicações locais" (p. 85). O trabalho constante de aproximação com os eleitores era e é tão importante que o pior desempenho do PT na eleição de 1982 aconteceu em municípios essencialmente agrícolas, com poucos trabalhadores industriais e baixo grau de urbanização, perfil diferente dos militantes do partido. Justamente o tipo de município no qual o PT direcionou esforços para criar novos diretórios no início dos anos 2000, especialmente no nordeste do país, como mostram Van Dyck e Monteiro (2015). Para esses autores, o nexos entre a atuação do PT no governo federal e os benefícios trazidos pelo Bolsa Família e o crescimento das oportunidades de emprego só foi assimilado pelos moradores dessas

localidades depois da multiplicação de núcleos de militantes, o que teria garantido o sucesso do partido em eleições a partir de 2006. Ao que tudo indica, para conquistar a adesão dos eleitores em áreas rurais e urbanas nas eleições, não bastou melhorar as condições de vida dos brasileiros em geral. Foi preciso, também, que o partido dialogasse com o cidadão em seu ambiente de vida e se relacionasse com os *projetos pessoais* dele. Até hoje esses espaços de articulação local são importantes na estrutura do partido, como testemunhei durante o processo de eleições para presidente do diretório municipal, no qual Cardoso foi candidata<sup>1</sup>. Isso fez com que a estrutura do PT aparecesse mais nesta pesquisa do que a do PSDB. Até porque os líderes da ATST acreditam mais em “pessoas” do que em “partidos”, como Cleuza Ramos gosta de dizer.

Além de tecer compromissos por meio do comprometimento com projetos dos eleitores, o que o PT fez a partir dos anos 80, e o que Marcos Zerbini (PSDB) e Juliana Cardoso (PT) ainda fazem atualmente, foi construir elos a partir da *familiaridade* entre candidatos e seus vizinhos eleitores. O modo de falar e a trajetória de Juliana Cardoso na zona leste fortalecem a identificação com o seu público. No caso da ATST, Cleuza Ramos resgata a sua trajetória de vida que começa pobre na periferia noroeste da cidade até a construção do movimento, quando se aliou ao advogado católico que virou político profissional para construir casas populares – um *bem comum* ao qual todos deveriam ter acesso por uma questão de justiça. “Projetos individuais”, “familiaridade” e “bem comum” justificado publicamente são os três “regimes” de engajamento com o mundo considerados chave por Laurent Thévenot (2009, 2011) para entender como pessoas e grupos se *comprometem* com o ambiente no qual estão inseridas e com as instituições que atravessam esse ambiente. Para o autor, por meio do estudo de formas de *comprometimento* ou *engajamento* se pode acessar a pluralidade de maneiras como se constroem e compartilham lugares comuns que organizam a vida em sociedade. Uma *forma* codificada de relação social que orienta a interação entre parlamentares e eleitores reconhecida como legítima por ambas as partes, um *lugar comum*, é justamente o *atendimento*, foco da

---

<sup>1</sup> Paulo Fiorilo venceu com 7.418 votos contra 4.311 votos em Juliana Cardoso, como anunciado em pronunciamento no DM na noite da eleição. Quase 14.400 pessoas votaram neste Processo de Eleições Diretas (PED) na cidade de São Paulo, enquanto dois anos antes foram 21.000 eleitores.

minha pesquisa por ser uma boa lente para entender como associações de bairro e movimentos de moradia se relacionam com o mundo da política institucional.

*Atendimento* não é uma palavra habitual apenas entre as personagens da pesquisa apresentada aqui. Também é comum ouvir “atendimento” para se referir a um encontro entre poder público e população da boca de assistentes sociais que fazem abordagens na rua, de servidores públicos que conduzem processos de remoção, de defensores públicos que recebem e encaminham demandas para garantir direitos de “comunidades” e pessoas<sup>2</sup>. No caso das equipes parlamentares, faz-se um esforço constante para manter a validade desses lugares comuns e as formas padronizadas de criação de compromissos. “Não tem fim”, como me disse uma assessora de Marcos Zerbini sobre os processos de atendimento e trocas de recursos entre a associação e os associados, que se estendem no tempo e são renovados a cada nova demanda, a cada nova eleição. E os parlamentares não atendem apenas eleitores, mas também outros políticos profissionais.

Como disse o deputado estadual Marcos Zerbini em discurso no plenário da ALESP (Assembleia Legislativa de São Paulo), em maio de 2017: “Tem prefeito que vem do interior, tem vereador que vem do interior, tem gente, liderança comunitária, que vem nos gabinetes e querem ser ouvidas e atendidas. E elas *precisam* ser ouvidas e atendidas”. Naquela ocasião, o deputado reclamava da verificação de presença dos deputados a cada 20 minutos em dias de votação de projetos, porque entrava em conflito com outra atribuição do trabalho parlamentar, que é atender no gabinete. Acompanhei um desses encontros do deputado. Prefeitos de dois municípios do interior do estado e uma representante de faculdade particular da mesma região foram conversar sobre as possibilidades de replicar o método de concessão de bolsas especiais da Educar para a Vida, braço educacional da ATST na cidade de São Paulo. Esse sistema, além de ser um bom negócio para as faculdades porque preenche vagas ociosas, também traz prestígio para o político que atende ao desejo dos estudantes de ter um diploma. Os políticos nessa conversa eram “amigos” do

---

<sup>2</sup> Esses usos de *atendimento* foram registrados por mim acompanhando o processo de remoção de três quadras inteiras no pedaço de Campos Elíseos conhecido como Cracolândia, área central de São Paulo. Minha inserção ali foi como pesquisador do Observatório de Remoções (Labcidade FAU/USP).



deputado, o que significa que há algum tempo haviam estabelecido uma relação de confiança. Em outra ocasião na ALESP com os mesmos prefeitos e mais outros representantes de 16 municípios que foram conhecer o “trabalho social” do mandato para, talvez, expandir a ATST para cidades no interior do estado, Zerbini explica para a plateia que não pretende apenas para “trocar apoio político” em eleições, porque sem *amizade* essa troca é uma “coisa que não dura”. Para ele, “o resultado político vem de uma amizade verdadeira”.

### **Amizade e parceria**

O deputado e sua esposa tem muitos *amigos* na política institucional. Por exemplo, dizem ter relação “muito profunda de amizade” com Lu Alckmin, que enquanto foi primeira-dama do estado de São Paulo participou dos eventos de formatura de alunos dos cursos profissionalizantes oferecidos pela ATST com recursos do governo. Também eram amigos do ex-governador Mário Covas (PSDB), o que mais apoiou a associação ao formalizar por decreto que o governo deveria prover infraestrutura urbana em loteamentos populares feitos por organizações sem fins lucrativos, como a ATST. Com eleitores, os processos de atendimento também podem gerar “um lance de amizade de ter ajudado”, como me disse uma assessora de Juliana Cardoso (PT) comentando as demandas habitacionais que acompanhou enquanto trabalhava na Prefeitura Regional de São Mateus, zona leste. A própria vereadora gosta de dizer que tem “amizade” com eleitores cujas demandas ela encaminha na institucionalidade estatal. Essas amizades, como verifiquei em campo, são mantidas por meio de “séries de trocas” que envolvem obrigação de dar e de receber, para usar conceitos de Marcel Mauss (2008).

Como Zerbini diz, os parlamentares *precisam* atender os amigos políticos e eleitores em seus gabinetes, e espera-se que este atendimento seja retribuído, ainda que não imediatamente ou na mesma medida. Por exemplo, a dedicação de Zerbini e sua esposa para a produção de uma casa cuja propriedade não será deles pode ser retribuída pelo associado com o pagamento regular de contribuição em dinheiro para a ATST. A ajuda de Juliana Cardoso para evitar a destruição da casa de uma família por uma grande obra pública pode ser retribuída com a transformação dessa família em cabo eleitoral na sua vizinhança. Ainda recuperando Mauss (2008), se considerarmos que um bem

(como uma informação ou um contato na burocracia estatal para agilizar um processo de interesse do cidadão) oferecido por um parlamentar e aceito por um cidadão carrega algo de quem o ofertou originalmente e do lugar de onde veio, então essa dívida é um recurso político que carrega certas obrigações específicas do mundo da política institucional além das paredes dos gabinetes, plenários e repartições. Portanto, a circulação permanente de recursos, característica do mundo da política, eventualmente alcança pessoas que estavam afastadas desse ambiente. Esse processo faz com que a estrutura estatal seja permanentemente atualizada e transformada por relações de troca entre políticos, autoridades municipais, servidores públicos e eleitores.

É precisamente por causa deste modo de fazer política, que no caso abordado pela minha pesquisa também significa fazer Estado, que investigar como se presta atendimento habitacional é tão relevante para entender como funciona a produção habitacional subsidiada em São Paulo quanto avaliar os resultados de uma política X ou a qualidade do programa Y conforme modelos de eficiência e efetividade. Assim, ao invés de analisar o texto das propostas de uma política pública ou os seus resultados numéricos, interessa mais aqui verificar o uso que se faz destas políticas públicas. Do contrário, seria como se contentar com o sentido literal de um provérbio isolado no laboratório de sociologia ou antropologia, procedimento que afastaria o mais importante, como sugere Michel de Certeau (SZMRECSANYI, 1985), que é perceber o modo como um “bom dia” é utilizado no cotidiano e como adquire sentido conforme a situação.

Perseguindo um ponto de vista alternativo sobre a produção habitacional, a pesquisa de campo me levou aos mandatos parlamentares, quando esses cumprem a função que poderia ser, idealmente, de programas ou políticas habitacionais. Em outras palavras, pretendo desvendar aqui o ponto de vista da equipe de um gabinete parlamentar, formada pelo político eleito e seus assessores, que mobiliza o tema moradia pela fragmentada burocracia estatal e que consegue efetivamente produzir novas casas com algum tipo de subvenção ou preservar casas que existem mas estão ameaçadas de demolição, ao mesmo tempo em que transformam em dívida pessoal as moradias que são previstas na legislação como direito universal.

A *personalidade* que impera nas relações de atendimento e de amizade que acompanhei em São Paulo não deve ser entendida, no entanto, como uma característica exclusiva das personagens desta pesquisa. É difícil até mesmo considerar como um desvio os contatos pessoais que a equipe do mandato aciona na estrutura burocrática da administração pública quando encaminha uma demanda vinda de eleitores. Como diz uma assessora de Juliana Cardoso, enviar um ofício do gabinete pode não ser suficiente para conseguir uma informação na SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação). Nesses casos, é preciso ir até a repartição para procurar os “contatos legais” com quem tem “uma relação diferenciada” de amizade.

Se a realidade acompanhasse a teoria, essa atitude afrontaria a “virtude especial” da burocracia como formatada por Weber no início do século XX. “Deshumanizada”, a burocracia em instituições públicas e empresas privadas deveria realizar objetivamente a tarefa de administrar recursos segundo “regras calculáveis e sem relação com pessoas”, eliminando dos “negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo” (WEBER, 1974, p. 250-251). Como se a própria constituição de regras oficiais e políticas públicas não fosse fruto de relações informais e pessoais (STIRLING, 1968; PALMEIRA, 2010a), ou como se a norma escrita não se transformasse com o uso, como Michel de Certeau pontuou em um seminário em São Paulo sobre cotidiano, cultura popular e planejamento urbano (SZMRECSANYI, 1985).

Se o ideal de gestão pública funcionasse na prática, não haveria debate se existe ou não clientelismo no Brasil do século XXI, porque na década de 1940 Nunes Leal (1997) já considerava o poder pessoal do chefe local decadente frente à consolidação de instâncias administrativas estatais, e por causa da fraqueza inerente do coronel, que precisava se submeter a políticos em esferas superiores para manter seu poder local. De maneira semelhante, a influência do poder pessoal na política institucional deveria ter ficado para trás na Itália, desde o fim da Segunda Guerra, quando a burocracia governamental imposta pelo governo federal começou a transformar as administrações municipais. Stirling (1968) mostra, no entanto, que nos anos 1960 a “moralidade pessoal” ainda se sobrepunha à burocracia nacional quando agentes públicos agiam conforme

compromissos estabelecidos localmente, favorecendo “amigos” independente das normas burocráticas de impessoalidade.

Desde que Weber escreveu sobre burocracia, o modelo de referência para a organização estatal é a grande empresa privada. Mas, se antes a normatização crescente da administração das empresas servia de inspiração para a gestão estatal, agora a complexidade burocrática é criticada por tornar ineficientes os fluxos de informações e recursos. Nos anos 1990, os manuais de gestão privada em sintonia com o novo espírito do capitalismo passaram a criticar procedimentos administrativos impessoais e a propor a revalorização da “pessoalidade” nas relações profissionais para tornar as empresas “mais humanas” (p. 126), em oposição aos “monstros frios”, como os estados socialistas, nos quais grandes empresas teriam se tornado durante os anos 1960 (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 116). Essa desvalorização de procedimentos e regulamentos abriria brecha, no entanto, para o proveito pessoal de funcionários com desvios que poderiam prejudicar o lucro dos proprietários da empresa. Os mesmos manuais previam que isso poderia ser resolvido com a valorização da “ética” e da “reputação” pessoais. O mercado de trabalho seria autorregulado, então, pela conduta dos próprios trabalhadores. Quem não tivesse boa reputação e não fosse confiável teria menor “empregabilidade”, isto é, menor capacidade de participação em novos projetos (p. 126). A valorização das relações pessoais travadas em empresas privadas aparece também no mundo da política institucional, como se pode perceber observando situações que envolvem os líderes da ATST.

Enquanto Marcos Zerbini e sua esposa se dizem *amigos* da primeira-dama do estado de São Paulo, é a *parceria* entre a ATST e uma instituição pública de ensino que viabiliza os cursos profissionalizantes. O casal também dizia ser *amigo* do ex-governador Mário Covas, mas foi a regulamentação do Programa Lote Social Urbanizado<sup>3</sup> (PROLURB) que fez do governo um *parceiro* da ATST, provendo infraestrutura nos loteamentos. De maneira semelhante, é o status de Zerbini como deputado, como ele próprio diz, o que leva gestores de universidades privadas a fechar *parcerias* com a associação Educar para a Vida,

---

<sup>3</sup> Decreto No 44.782 de 22/03/2000.

que oferece bolsas de estudo aos associados. Logo nos primeiros meses do seu primeiro mandato, em 2017, o vereador Fábio Riva tentou criar condições legais para novas *parcerias* entre a ATST e a prefeitura, propondo um projeto de lei (PL) que vincula o recebimento de terrenos doados ao poder público por entidades à obrigação de edificar ali habitações com recursos públicos.

Esses usos dos termos *parceria* e *amizade* parecem separar-se em dois tipos de compromissos: institucional e pessoal, respectivamente. Esses sentidos, no entanto, se misturam em diversos momentos. Por exemplo, no PL de Riva que transforma a demanda específica dos associados da ATST em uma demanda da prefeitura, já que quando o poder público aceita receber o terreno torna-se obrigado a edificar habitações para os associados, como apresentado com detalhes na seção “Doação com encargos” deste trabalho.

Enquanto a relevância dos contatos pessoais na política institucional está em sintonia com valores sociais do mercado, revelando um diálogo entre esses mundos, a moralidade do mundo da política também alcança os moradores dos bairros quando solicitam atendimento a um mandato parlamentar. Por fazer circular informações e recursos entre o mundo da política e os bairros é que políticos podem ser entendidos como “mediadores” (KUSCHNIR, 2000, p. 144) ou “deslocadores” (SZMRECSANYI, 1985, p. 69). Apesar de não ser uma exclusividade de políticos profissionais, é especialmente interessante para a pesquisa apresentada aqui que os parlamentares tenham essa capacidade, já que ao acompanhá-los vemos como o governo ganha forma na sociedade.

Recuperando Marcel Mauss (2008), lembramos que as coisas não são inertes e a relação de troca não se encerra com a transferência do recurso ou da informação. Quando um político faz atendimentos em uma vizinhança, ele aceita se engajar nos projetos locais compartilhados por familiares, amigos, vizinhos. A sua reputação e a confiança dos eleitores no seu trabalho parlamentar dependem de sua conduta ali, no bairro e durante as transações de atendimento. Ao mesmo tempo, os sem-terra tucanos, e em alguma medida também a vereadora petista, transportam valores domésticos para o mundo da política ao assumirem um discurso “familista” quando se relacionam com os cidadãos que os procuram.

Este discurso, que toma a família e a doutrina cristã como referências para a *formulação de juízos e justificações* em arenas públicas, para usar termos de Boltanski e Thévenot (2006), ganhou força com parlamentares eleitos no Brasil a partir dos anos 2000, como mostra Maria Machado acompanhando a ascensão evangélica na política institucional (2012, 2015). Todas as atividades na sede da ATST começam com uma oração. O casal de criadores não é evangélico, mas sempre demonstra sua religiosidade. É “graças a Deus” que não falta político na associação, como diz Cleuza Ramos, e é por Ele que os políticos dizem fazer política sem ser egoístas, e sim em benefício dos associados. Quando discursam na sede da associação, também aproveitam a religião para afastar sentidos negativos associados comumente à atividade política. No caso da ATST, a religiosidade é umas dimensões do elo entre os projetos individuais dos associados e os projetos políticos das lideranças da associação. Seja casa, diploma, trabalho, família, fé ou voto, a ATST tem um jeito de se engajar em cada um destes projetos. Tamanha diversidade de modos de engajamento entre parlamentares e eleitores com o pretexto das casas subsidiadas foi uma surpresa da pesquisa de campo.

Como a opção metodológica foi ir ao encontro de personagens concretos para acompanhar o desenrolar de processos situados de atendimento habitacional, as “situações” ganharam destaque como objeto de análise. Conforme a perspectiva da sociologia pragmática (BARTHE et al, 2016), analisar *situações* é um procedimento de pesquisa que permite correlacionar um fenômeno específico com configurações macrossociais, como o governo, sem nunca fixar as personagens ou as instituições estudadas em papéis ideais imutáveis. Por um lado, essa perspectiva me estimulou a manter os olhos abertos ao contexto no qual as personagens estão agindo. Por outro, também trouxe o desafio de registrar a ação no momento em que acontece para depois relatá-la junto com todas as experiências da pesquisa em um único texto narrativo.

### **Método do registro e estilo do relato**

Logo nas primeiras visitas ao campo, em fevereiro de 2017, percebi que meus interlocutores me tomavam como jornalista. Com bloco e caneta ou telefone celular quase sempre em punho, circulei por gabinetes na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa do Estado, por eventos promovidos pelos

parlamentares ou por seus partidos em auditórios nestas casas, por comissões parlamentares, pela sede da ATST, pelas sedes de associações de bairro ligadas aos parlamentares, por diretórios do PT, por loteamentos populares, por conjuntos habitacionais e por mesas de bar. Além das visitas cotidianas ao site da Câmara e da ALESP para acompanhar a agenda dos parlamentares e a tramitação dos seus projetos, e, até o fim da pesquisa, em maio de 2018, o monitoramento do *Facebook* de todas as personagens principais (pessoas e entidades) e de grupos de *WhatsApp* com lideranças locais. O material empírico no qual baseio meus relatos incluem anotações de campo, gravações de áudio, vídeos e fotos, além de documentos como panfletos distribuídos nos bairros, decretos, projetos de lei, reportagens, publicações no diário oficial da cidade, atas de reuniões de comissões parlamentares e reuniões de comissões municipais de habitação.

Talvez estivesse mesmo fazendo uma extensa reportagem. Ainda que tenha recorrido pouco à entrevistas, preferindo pescar respostas às minhas questões em conversas informais ou diálogos entreouvados, tinha a intenção de registrar tudo o que via com o máximo de detalhes para poder organizar meu texto como uma sequência de episódios, quase como se pegasse o leitor pela mão e o puxasse para dentro das cenas que presenciei.

Encontrei maneiras de provocar no leitor algo do que experimentei em campo no jornalismo literário ou *new journalism*, como Tom Wolfe (1975) preferia dizer. Ele foi um dos que mais experimentou um jeito de escrever que mistura o método jornalístico de apuração com o estilo literário de narrar. A principal característica dos seus textos é que a unidade básica da reportagem não é apenas a informação factual, mas toda a *cena*. Por exemplo, a festa de um casal da alta sociedade nova-iorquina para arrecadar fundos aos Panteras Negras poderia ser relatada no jornal ou revista apenas contando quem ofereceu a festa, como, onde e quando aconteceu o encontro e porque os anfitriões fizeram isso. Mas a reportagem *Radical Chic* (WOLFE, 1971) chegou às bancas recheada de diálogos, descrições do ambiente, das roupas e dos modos dos anfitriões, dos garçons, dos convidados e dos homenageados, além de mostrar que a festa fazia parte de um circuito de gente rica que doava publicamente aos movimentos

sociais dos pobres. Ler o texto é como experimentar esta festa na cobertura nova-iorquina em 1970.

Em outro texto na mesma época, Wolfe (1971) conta como lideranças locais de um bairro pobre em São Francisco negociavam com autoridades governamentais vagas temporárias de emprego no programa municipal de combate a pobreza. O repórter acompanhou protestos na sede da prefeitura, conflitos nas ruas, reuniões a portas fechadas com autoridades e lideranças de diferentes grupos populares, e relatou as situações com tantos detalhes que até hoje é um bom exemplo de como uma política pública se transforma quando entra em uso. Os *insights* sobre os costumes do momento e a linguagem divertida renderam a Wolfe a alcunha de *pop-sociologist*. Dentro da academia, no entanto, seu estilo quase fez sua tese de doutorado em Estudos Americanos ser rejeitada<sup>4</sup>.

São muitos os paralelos entre o fazer do jornalismo literário e o das ciências sociais. Na sua coletânea sobre *new journalism*, Wolfe (1975) expõe seus métodos de pesquisa e as principais características do seu estilo de texto. Com base na literatura realista, ele propõe quatro dispositivos essenciais para produzir narrativas envolventes. O artifício básico é a construção *cena por cena*, como num filme. Para fazer isso é preciso acompanhar as personagens pelo maior tempo possível para recolher um número suficiente de acontecimentos que permitam a construção de uma narrativa longa e coerente. Não muito diferente da pesquisa etnográfica, que recomenda longos períodos no campo e valoriza a produção de conhecimento a partir da experiência, como ainda discutiremos com mais detalhes. Apresentar *cen*as também é um bom jeito para registrar e relatar as *situações* valorizadas pelo estilo pragmático da sociologia (BARTHE et al, 2016).

Reproduzir *diálogos* é o dispositivo número dois e um dos jeitos mais diretos, segundo Wolfe (1975), para expressar a personalidade da pessoa registrada. O terceiro dispositivo é apresentar cada cena sob o *ponto de vista* de uma personagem particular, como se o leitor assistisse ao desenrolar dos

---

<sup>4</sup> Enquanto Wolfe foi da academia para a redação, outros fizeram o caminho inverso. Robert E. Park, eminente professor da Universidade de Chicago, além de sociólogo também era jornalista, mostrando que a diferença desses ofícios não está tanto no objeto, mas na duração da apuração.



acontecimentos por meio dos olhos de uma pessoa que participou da ação, e, assim, pudesse experimentar a perspectiva das personagens da história. A narrativa com diferentes pontos de vista também serve para libertar o texto da primeira pessoa do singular e do tom específico do narrador. Nos textos de Wolfe, a personagem fala agora na sua frente.

Registrar o *status* dos interlocutores é o último artifício do método. As roupas, a decoração e a localização dos lugares que frequentam, o modo como as pessoas interagem, todos estes “indícios de status” conferem veracidade ao relato (p. 47). Optei por registrar os nome reais das personagens que têm ou tiveram cargo eletivo também para conferir veracidade aos relatos. Apenas a presidente da ATST escapa à regra, ou nem tanto, já que ela às vezes é chamada de “deputada” por assessores de Zerbini, seu esposo. Os nomes dos assessores parlamentares, autoridades governamentais, lideranças de associações de moradores, militantes de partidos e eleitores, no entanto, foram omitidos para evitar constrangimentos, tanto porque algumas são figuras de bastidores, quanto porque estão mais sujeitas a retaliações do que políticos eleitos.

Entre os *new journalists* era comum escrever livros em paralelo ao trabalho na redação. A inspiração, no entanto, sempre vinha da vida cotidiana com olhos atentos ao contexto social do momento. Opção semelhante à do sociólogo William Foote Whyte, por exemplo. No famoso anexo do seu livro *Sociedade de esquina* (2005), ele revela que se interessou pela pesquisa de campo porque gostaria de ser escritor, mas achava sua experiência de vida até então demasiado banal para render um livro. Por isso, foi viver numa vizinhança com má reputação em Boston, ocupada predominantemente por descendentes de italianos, onde passou boa parte do tempo interagindo com gangues de rua e mafiosos. Com essa sede de ir ao campo e relatar suas experiências, os jornalistas criaram um novo jeito de fazer reportagem e uma nova prateleira nas livrarias, a de *non-fiction*.

Um célebre exemplo deste gênero literário é *In Cold Blood*, de Truman Capote (1965). O livro reconstrói o assassinato de quatro membros de uma mesma família a partir de entrevistas com pessoas que conheceram as vítimas e os algozes, conversas com os próprios assassinos enquanto estiveram presos, notícias de jornal e registros do julgamento. Antes de abrir o livro o leitor já sabe

qual foi o crime, quem o cometeu e como os condenados morreram enforcados na prisão, conforme noticiado em jornais de todo os Estados Unidos. Mesmo sem o artifício do mistério revelado só no fim, como é comum em histórias de crimes, o relato detalhado do pesquisador, jornalista ou escritor Capote consegue surpreender. Com longas aspas dos interlocutores, descrição fria da violência que atravessa a vida dos assassinos e dos lugares por onde passaram, o autor dá corpo às personagens e suas contradições. O texto consegue afetar o leitor com a perspectiva dos criminosos, borrando os papéis simples fixados pelos jornais.

O desafio de Capote em relatar tudo o que viu e ouviu é comum em qualquer pesquisa etnográfica, e uma das dificuldades está em lidar com as múltiplas faces do relato. Na minha pesquisa, por exemplo, algumas vezes escutei o meu interlocutor discorrer sobre algo que fez ou que costuma fazer. Outras vezes eu mesmo registrei uma cena cotidiana no momento da ação. Em ambos os casos, relatei tudo depois em texto, um hábito que mantive até colocar um ponto final aqui. Os relatos que apresento neste texto têm, então, a dupla qualidade de serem a descrição de uma prática cotidiana e uma prática cotidiana em si, como comenta De Certeau (SZMRECSANYI, 1985, p. 18). Esta simultaneidade fica mais evidente quando finalmente se recolhe fragmentos suficientes para organizar uma síntese coerente sobre o objeto de estudo.

O momento da escrita, segundo Márcio Goldman (2006), chega depois de um longo processo de “catar folha” (p. 24). Como se diz no candomblé, todas as dimensões do culto jamais são reveladas de uma só vez pelo mestre. É preciso tempo para recolher os indícios aos poucos. No caso da etnografia, rever o material coletado é como reviver o trabalho de campo. No momento da escrita, somos afetados novamente pelas experiências que registramos, e o texto dá forma àquilo que surgiu do encontro do pesquisador com os seus interlocutores. A decisão de ir à campo nasce justamente desse desejo de criar algo novo, um entendimento não previsto anteriormente, ou pelo menos uma pista, como diz Magnani (2009), sobre o fenômeno que se pretende compreender. Neste processo de descoberta, tanto o pesquisador quanto o tema de pesquisa se transformam.

Tentando experimentar algo do que vive a pessoa na situação que queremos conhecer, o pesquisador se deixa afetar pelo que afeta o outro, não no sentido de emoções, mas daquilo que “atinge”, “modifica” (GOLDMAN, 2006, p. 31). O que a pesquisa etnográfica produz de conhecimento surge, então, da experiência criativa e transformadora que é interagir com o outro para compreender seu ponto de vista, abrindo novos caminhos de reflexão (MAGNANI, 2009). Na minha pesquisa de campo, por exemplo, esse processo de descoberta tornou personagem principal quem se esperava que fosse secundário.

A ideia inicial era que o foco da pesquisa recaísse sobre movimentos e parlamentares articulados em torno do PT, partido historicamente ligado a movimentos populares e organizações de bairro. O PSDB seria quase um caso controle, como a moderna Selva de Pedra no Leblon serviu para contrapor as práticas nas ruas do tradicional bairro carioca do Catumbi, foco principal da pesquisa que resultou no livro *Quando a rua vira casa* (MELLO; VOGEL; MOLLICA, 2017). Mas a abrangência do “trabalho social” da ATST acabou se impondo, e a pesquisa caminhou para a compreensão do modo como compromissos entre parlamentares e cidadãos são costurados por meio de processos de atendimento, especialmente atendimento habitacional. Mas esse nem sempre foi o meu foco.

### **A construção do objeto**

Quando esta pesquisa ainda era um projeto, a intenção era investigar uma questão que permeia estudos sobre movimentos de moradia mas não costuma ser esmiuçada em detalhes como só uma abordagem etnográfica faz. Eu mesmo não explorei as muitas formas como a Frente de Luta Por Moradia (FLM) se relaciona com o poder público quando escrevi sobre as implicações do processo de ocupação de prédios abandonados no centro da cidade de São Paulo para o planejamento urbano<sup>5</sup>. Naquele momento, meu foco era refletir sobre novas práticas de planejamento a partir de movimentos sem-teto. A curiosidade em

---

<sup>5</sup> Na pesquisa “Do cortiço à ocupação”, monografia de conclusão do curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano, no IPPUR, em 2015. Parte dessa monografia foi publicada em Villela de Miranda (2017).

compreender as articulações entre movimentos de moradia e o poder público revelou um ponto cego na literatura sobre políticas habitacionais.

Por um lado, movimentos de moradia se transformaram na última década em função de uma nova relação com o poder público (LOPES; RIZEK, 2006). Com o programa Minha Casa Minha Vida Entidades, por exemplo, foram estimulados a se deslocar da reivindicação de direitos e políticas para a gestão de fundos públicos, organização da demanda habitacional, gerenciamento de obras e produção de imóveis. Os grupos que assumiram linhas de crédito precisaram se institucionalizar como entidades ou associações, figuras jurídicas parecidas com empresas (GHILARDI; HUGUENIN, 2015), e em alguns casos a entidade pôde ser entendida como “mediador temporário entre o agente financeiro e o mutuário final” (LOPES; RIZEK, 2006, p. 13). Nesse contexto, associações comunitárias concorrem entre si e com incorporadores privados por subsídios. Qualquer semelhança com a atuação da ATST não é mera coincidência.

Por outro lado, as políticas habitacionais são tão limitadas que talvez seja mais adequado falar em “gestão da necessidade” por meio de programas do que em políticas de estado (LOPES; RIZEK, 2006, p. 7). Por exemplo, o programa mais abrangente da Secretaria Municipal de Habitação, em 2018, é o auxílio aluguel. Na “relação de munícipes” inscritos no programa<sup>6</sup>, há 28.696 pessoas vítimas de obras públicas, decisões judiciais e tragédias (como incêndios e inundações) que recebem R\$ 400 por mês, por tempo imprevisível (há beneficiários cadastrados desde 2008) e sem nenhuma condição de garantir uma moradia adequada. Muitos beneficiários vivem mudando de ocupações, para cortiços, para favelas<sup>7</sup>. Mas auxílio aluguel é apenas um tipo de atendimento habitacional oferecido pela prefeitura e pelo governo do estado. Há outros, e o caso da ocupação Prestes Maia pode servir de exemplo da diversidade de maneiras como um movimento se relaciona com o governo em processos de atendimento. Durante um mesmo

---

<sup>6</sup> Lista disponível em (consultada em 03/05/2018): <  
<http://www.habitasampa.inf.br/atendimento/atendimentos-realizados/programa-aco-es-de-habitacao/>>

<sup>7</sup> Relato trajetórias dessa “transitoriedade permanente”, conceito usado por Rolnik (2015), no texto disponível em (consultado em 20/05/2018): <  
<https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/refugiados-urbanos-as-vitimas-do-desastre-habitacional-paulistano/>>

processo de remoção, a relação poder público-movimento de moradia adquiriu diferentes formas e conteúdos conforme a situação.

O edifício da antiga fábrica de tecidos abandonada na Avenida Prestas Maia, área central da cidade de São Paulo, é considerado a maior ocupação da América Latina. O prédio já foi esvaziado e ocupado diversas vezes. Em 2007, mais de 500 famílias foram removidas dali. Como se vê a partir do relato de Aquino (2010), durante as negociações com a prefeitura, que começaram em 2003, em determinados momentos o movimento se disse ameaçado pelo Estado (quando a polícia foi envolvida); em outros exigiu uma solução do Estado (que tem o dever constitucional de ajudar os mais pobres); e em alguns episódios até se colocou como defensor do Estado (quando acusaram o proprietário do edifício de não pagar IPTU, o que prejudicaria o orçamento municipal). Uma comissão de moradores foi até o Ministério das Cidades, em Brasília, na esperança de conseguir apoio de autoridades governamentais ligadas ao PT, partido que ocupava a presidência da república. O imbróglio só foi resolvido quando o então prefeito Gilberto Kassab (DEM atual PSD) determinou que o diretor da área comercial da COHAB assumisse pessoalmente a negociação com os sem-teto. E não apenas os movimentos se transformam conforme as exigências dos órgãos estatais, seja a Caixa Econômica Federal ou a COHAB, mas os órgãos estatais também se transformam nessa relação.

Quando Ruth Cardoso (2008) quis refletir, na década de 1980, sobre se e como movimentos de bairro estavam transformando a política institucional, procurou casos que permitissem compreender os efeitos da atuação de organizações populares em setores estatais e vice-versa. Olhando para o que começou como um processo de remoção em Brás de Pina, relatado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981), percebeu que as “personagens assumem identidades diferentes e vão mudando seu significado” conforme o decorrer do conflito entre moradores e servidores públicos, o que acabou transformando a remoção na primeira urbanização de favela no Rio de Janeiro (CARDOSO, 2008, p. 238). Em casos como esse, é interessante notar que o Estado não se apresenta simplesmente como uma instituição disciplinadora, opressora e uniforme, como é comum em discursos militantes. Pulando para um caso recente em São Paulo, na Vila da Paz, favela ameaçada pelo projeto de construção de uma via exclusiva

para ônibus, é até mesmo difícil apontar quais faces do Estado estão envolvidas no conflito. Como veremos em outra seção desta dissertação, enquanto a Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SIURB) era considerada inimiga dos moradores, por insistir na obra, a Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social (CAEHIS) ou o mandato de Juliana Cardoso (PT) contemplaram reivindicações dos moradores e conseguiram efetivamente retardar o processo de remoção.

Por isso o ponto de vista de quem leva demandas insistentemente ao poder público pode ser tão interessante para formularmos o Estado como algo constantemente re-imaginado, um projeto sempre incompleto que cria e recria fronteiras. Como Veena Das e Deborah Poole (2009) sugerem, os modos do Estado ordenar e legislar são constantemente refundados em resposta à pressão de populações que estão nas margens, esses lugares de experimentação de práticas estatais que podem estar na periferia ou no centro da cidade. Como os loteamentos da ATST, que avançaram sobre áreas rurais no extremo noroeste da cidade, e as ocupações de moradia no centro, que têm como líderes alguns assessores da equipe da vereadora Juliana Cardoso. Os sem-terra tucanos estão nas margens territorial e social, mas também estão na Câmara Municipal e na assembleia legislativa por meio de Fabio Riva e Marcos Zerbini (PSDB). Os sem-teto nos prédios abandonados no centro da cidade e os moradores da Vila da Paz na zona leste também ocupam margens, ao mesmo tempo em que estão no gabinete da vereadora petista. Esses parlamentares e suas equipes foram escolhidos como personagens desta pesquisa justamente por constituírem elos entre centro político e margem social.

A escolha de personagens que aderem a facções<sup>8</sup> opostas durante as eleições foi, inicialmente, um recurso para ampliar as possibilidades de generalização desta pesquisa. Depois, a surpreendente semelhança entre as práticas dessas equipes parlamentares acabou destacando outro aspecto. O prestígio dos parlamentares e das lideranças de movimentos com as quais se articulam está relacionado à capacidade de articular atendimento habitacional e atender a

---

<sup>8</sup> “Facção”, no sentido usado por Palmeira (2010), é uma aliança situacional, um grupo muito menos coeso do que um partido e que não tem uma perspectiva programática. A disputa eleitoral entre facções é própria de um modo de fazer política baseado em relações de compromisso do que ideológicas.

outras demandas locais de determinado território. Nesse processo de atendimento, os seguidores podem se transformar em “base eleitoral” e a vizinhança em reduto dos parlamentares. Marcos Bezerra (1999) sugere que esta expressão não deve ser entendida como uma realidade fixa, e sim como um “espaço de relações sociais” (p. 102) – aquele lugar territorial e simbólico onde os parlamentares moram, onde chamam as pessoas pelo nome, onde tem *amigos* representantes da associação de moradores ou coordenadores de loteamentos populares, onde vivem os donos dos números de telefone para os quais mandam mensagens de *WhatsApp* nas eleições, onde rezam, onde colhem as demandas que vão orientar o trabalho parlamentar, e também as questões com as quais têm mais afinidade, como habitação ou educação.

Nas próximas páginas, veremos como processos de atendimento mantém parlamentares e eleitores compromissados por anos, como movimentos de moradia são meios para a constituição de elos entre esses grupos, e como essas relações permitem ver algo de como funciona o Estado contemporâneo.

Essas questões são abordadas em três seções e mais um comentário final, que não tem a pretensão de ser uma conclusão. A seção 2, “Atendimentos sem fim”, apresenta a diversidade de atendimentos que partem de uma preocupação inicial com a moradia e chegam à educação, saúde e trabalho. A seção 3, “Assessores nos redutos”, mostra como é o cotidiano dos assessores contratados para serem os “olhos” dos parlamentares nos redutos, que levam demandas dos bairros aos gabinetes. Na seção 4, “Amizades e parcerias”, explora-se em detalhes o método de produção habitacional da ATST por meio da reprodução dessa entidade em outros municípios paulistas, articulando vereadores, deputados, prefeitos, governadores e autoridades governamentais de diferentes partidos e em diferentes níveis de governo em uma mesma rede de movimentos de moradia.

A última seção, “Parlamentares e movimentos”, traz comentários sobre a relação de longa duração entre parlamentares e movimentos de moradia que rende votos, entre outras coisas, ao mesmo tempo em que reproduz o atendimento personalizado como uma importante forma de quem procura casa subsidiada acessar recursos públicos. Depois de todo o percurso da pesquisa, esse último

trecho não tem mais um tom descritivo, e o objeto ensaia mais uma transformação que aponta para uma nova questão.



## 2 ATENDIMENTOS SEM FIM

### Os sem-terra tucanos

“A gente sempre faz uma oração para começar aqui na ATST”, diz a coordenadora pedagógica dos cursos profissionalizantes. Desta vez (21/07), quem também participa das boas-vindas na sede da Associação de Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo aos interessados em aulas gratuitas de azulejista e pedreiro é o deputado estadual Marcos Zerbini (PSDB). Todos se levantam.

“A oração é o gesto de maior inteligência do homem, porque a gente pede para quem a gente acredita”. Zerbini, de pé em frente à plateia, junta as mãos, abaixa a cabeça, fecha os olhos e começa a recitar o Pai-Nosso. Quase 70 vozes murmuram a oração junto com ele. No salão comprido e estreito, todo revestido em tons de terra, caberia mais gente, talvez o dobro. Atrás do tablado há dois vãos abobadados, como portas grandes e altas, e entre elas o que parece a boca de cena de um palco, ainda que o recorte retilíneo do vão lembre o desenho mais simples de uma casa – dois traços verticais fazendo as paredes e dois inclinados para o telhado. O vão está vedado com cortinas vermelhas de pano. O Pai-Nosso acaba, cabeças começam a se erguer, outros se benzem quando Zerbini recomeça. “Ave-Maria cheia de graça (...) Amém”.

O deputado explica rapidamente o que a associação está oferecendo. Aulas duas vezes por semana por quase um mês e meio no salão comunitário da 7ª Área<sup>9</sup> Sol Nascente, no distrito Anhanguera, noroeste da cidade de São Paulo. Os alunos ganham camisa, apostila, óculos e, no fim, caixa de ferramentas e certificado do Centro Paula Souza, escola de ensino técnico que cuida do conteúdo das aulas e disponibiliza professores, enquanto os recursos vem do Fundo Social da Solidariedade, tudo governo do estado. Cabe à ATST, na parceria firmada com a gestão do governador Geraldo Alckmin (2001-2006 e 2011-2018, PSDB), ceder espaço para o canteiro-escola e organizar a demanda de alunos. No final deste primeiro encontro, os interessados preenchem fichas de inscrição com logo do fundo. A primeira-dama, dona Lu Alckmin, costuma participar das cerimônias de formatura. Como em julho de 2017, quando posou

---

<sup>9</sup> “Área” é como a associação chama os seus empreendimentos.

para fotos de braços dados com a esposa de Zerbini e presidente da ATST, Cleuza Ramos. O vereador Fábio Riva (PSDB), segundo parlamentar da associação, também aparecia na foto divulgada no *Facebook*<sup>10</sup>.

A parceria entre ATST e Centro Paula Souza surgiu de uma demanda identificada pelo coordenador-geral da associação e deputado, como ele próprio explica. “Quando a gente foi atrás desses cursos, a gente foi em especial para ajudar o pessoal nas Áreas. Quem não teve condição de pagar pedreiro aprender a construir, (...) e fiscalizar um pedreiro contratado”. Essa foi a ideia inicial, mas Zerbini acrescenta que alguns alunos “tomam gosto” e entram no mercado da construção civil. “Enfim, é mais uma parceria que a gente conseguiu junto com o estado e que a gente espera que seja útil pra vocês, não é?”.

Desde 1989, o casal que criou a ATST organiza compras coletivas de grandes terrenos baratos no extremo noroeste da cidade, em áreas rurais ou isoladas, para desmembrá-los e transformá-los em loteamentos populares. O nome da associação vem dessa época, quando se chamava de *sem-terra rural* quem lutava por terra no campo, e *sem-terra urbano* quem lutava na cidade. Atualmente, esse nome costuma causar desconforto no meio tucano, como o próprio Marcos Zerbini deixou claro para uma plateia de políticos do interior do estado que o deputado convidou para uma apresentação da ATST na ALESP: “A gente não tem nada a ver com MST, tá bom? (...) A gente decidiu manter esse nome [Associação dos Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo], apesar de ele muitas vezes ser visto de uma forma um pouco pejorativa, porque o pessoal liga *sem-terra* a *invasão, ocupação*. Não é essa a prática que a gente adota. Mas a gente acabou ganhando o respeito de muita gente que conhece a nossa história, e por isso a gente decidiu manter esse nome.”

Na mesma ocasião, Cleuza Ramos comentou comigo, privadamente, que o “preconceito” contra “sem-terra” é uma dificuldade desde o começo. “Quando a gente pensou em comprar uma área maior, que era pra associação, o dono não quis vender. Falou ‘não, cês tão brincando comigo?’. Ele ficou com medo, lógico!, vai vender terra pros sem-terra pá pagar depois? (...) Aí foi muito engraçado, porque o Marcos tava fazendo advogado, ainda. Aí, ele pegou e foi lá com o

---

<sup>10</sup> Publicada no perfil de Fábio Riva em 19/07/2017.

dono da terra, como se ele fosse comprar pra ele a terra. Porque ele tem o nome bonito, né, Zerbini, dá impressão que é nome dum médico, aquele negócio, né? (...) As duas primeiras áreas teve que comprar com o nome dele, e imediato jogar pro nome da associação. (...) Pouco tempo atrás a do telefone queria dar um dinheiro pra nós. A pessoa arrumou uma doação pra nós, quando viu o nome da associação não quis dar. Como chama? Vivo! (...) Então, tem muito preconceito, viu?” Além de ser advogado e falar com o linguajar polido próprio desse meio, Zerbini também é quase louro de tão branco.

Apesar de o nome *sem-terra* confundir alguns interlocutores, deixa clara a distinção entre o grupo tucano e outros movimentos de moradia contemporâneos que reivindicam a categoria *sem-teto* (Kohara, 2013; Silva et al, 2008). Esses últimos fazem *ocupações* de imóveis vazios nas áreas centrais da cidade de São Paulo e de terra na periferia, enquanto os líderes da ATST atuam apenas na periferia, avançando sobre áreas praticamente rurais e remanescentes de florestas, e rejeitam as “invasões” que apenas criariam novas “favelas”.

Até 2017, a ATST já negociou mais de 3 milhões de m<sup>2</sup> de terras onde implantou 16.974 unidades habitacionais. Das 32 Áreas, apenas duas são conjuntos habitacionais de apartamentos, feitos em parceria com a CDHU, e um loteamento informal foi incorporado à associação depois de ocupado (ver Apêndice C: Tabela de empreendimentos da ATST). Em todos os outros empreendimentos, as pessoas pagaram pela terra e construíram suas casas com recursos próprios, sempre respeitando os critérios mínimos da associação, que nunca aceitou barracos.

O curso de azulejista e pedreiro ajuda a reduzir esses custos, como um novo aluno explicou da plateia logo que Zerbini parou de falar na sede da associação. “Eu comprei na 27<sup>a</sup> Área e fiquei olhando custo da mão-de-obra e material, (...) e eu não tenho condições de pagar. Isso é uma realidade que eu vivo no momento. (...) Eu posso botar a mão na massa, graças a Deus, porque Deus me deu condições”. Aplausos. “Olha só, que bonito hein gente. Alguém mais?”, pergunta a coordenadora, enquanto destaca que o curso também ensina a fazer orçamento da obra da casa.

Os depoimentos estão sendo gravados em vídeo para serem reproduzidos nos eventos da associação. Como veremos, nesses encontros costumam ser exibidos depoimentos, discursos gravados e músicas. O conteúdo também vai para as redes sociais dos políticos. “Alguém aqui, é, tem o *Face* do Marcos ou do Fábio? Curtiram, viram alguma coisa? Ontem a gente fez uma noite do caldo lá no Jardim Canaã. Uma confraternização, né?”, a coordenadora conversa com a plateia. Ela conta que a presidente da associação estava na cozinha naquele dia, mas teve uma emergência: “Fazendo caldo para 140 pessoas, largou as panelas aqui, pegou o trem, foi até a cidade porque tinha uma reunião importante, que ela ficou sabendo de última hora, pra firmar a parceria [de um novo curso de eletricista]. Ela foi ca roupa toda pingada”.

Em seguida, ela apresenta a equipe da associação mobilizada para esse encontro. “Aqui está a (...) nossa assistente social. Já dando um toque pra vocês se vocês tiverem alguma situação que precisem da ajuda. Então, pelo mandado do Zerbini e do Fábio Riva ela está à disposição toda segunda-feira aqui. (...) Tem uma psicóloga. (...) Aqui também tem o engenheiro (...), ele é pintor, é quebra-parede [e costuma cuidar dos equipamentos audiovisuais da ATST]. Aqui ninguém tem função, todo mundo faz tudo. (...) Tem arquiteto. Enfim, aqui tem uma equipe muito grande que trabalha”. Ela mesmo coordena os cursos “da construção” e também o “da beleza”, para manicures e outras profissionais de salão. Enquanto isso, o engenheiro multiuso exhibe no telão imagens de Zerbini em uma formatura. Lu Alckmin. Cleuza Ramos. Canteiro-escola.

Mais adiante, a coordenadora dos cursos profissionalizantes oferecidos pela associação anuncia um novo serviço. Estão tentando facilitar contratos de manutenção com escolas municipais para pedreiros que já passaram pela ATST. “Doutor Fábio Riva, nosso vereador, tá vendo junto com o Marcos, a possibilidade de os pedreiros (...) de fazer manutenções em escolas. Invés de eles fazerem grandes licitações, a pessoa que tem o CNPJ se cadastra. Então, a escola, quando precisa de uma manutenção, ela chama as pessoas que estão mais próxima. Então, vão ser prestador de serviço também. Então, existe esta possibilidade, tá certo?” Além de negociar benefícios para a ATST na prefeitura, há duas décadas Riva também atendente gratuitamente como advogado na sede da associação.

Com este “trabalho social”, como o deputado estadual Marcos Zerbini gosta de chamar o seu esforço constante de aproximação com os eleitores, a ATST já acumula seis eleições vitoriosas, contando a de 2016, quando Riva levou o grupo de volta aos gabinetes da Câmara Municipal.

No começo de 2017, Zerbini dava “graças a Deus” porque agora “têm prefeito do partido, o Doria, e um vereador, o Fábio Riva”. Ele aposta que o trabalho “vai crescer bastante” nos próximos anos. “Vamos ver, né”, se esta gestão facilita a aprovação dos loteamentos, como disse Cleuza Ramos. Tudo indica que sim. Três meses depois desses comentários, o secretário municipal de habitação estava na Lapa de Baixo para dar informações sobre o processo de licenciamento de uma Área que já dura uma década – era a primeira vez que uma autoridade desse nível visitava a sede da ATST. A história da associação reforça essa expectativa de crescimento com o mandato de Riva.

Marcos Zerbini foi eleito vereador pela primeira vez em 2001, mesmo ano em que a ATST comprou seis grandes terrenos. Aquele foi o momento em que a ATST comprou mais terrenos por ano em toda sua história. Depois disso, a próxima compra viria apenas em 2006, ano de eleição, quando Zerbini ganhou para deputado. Antes disso, entre 1989 e 1999, a ATST havia produzido 7.833 unidades habitacionais em 19 Áreas, uma média de 415 moradias por empreendimento. Depois que chegou à política parlamentar, entre 2001 e 2016 (data da última aquisição), a associação produziu 9.141 unidades habitacionais em 12 Áreas, uma média de 762 por empreendimento. A taxa de lotes por loteamentos cresceu quase duas vezes desde que elegeram o primeiro parlamentar. E quando Fábio Riva assumiu o gabinete na Câmara Municipal, em 2017, “explodiu” a quantidade de arquitetos trabalhando na associação, como disse o responsável pelo setor da ATST que planeja os empreendimentos e adapta o projeto modelo de casas conforme as demandas de cada morador.

A princípio, o objetivo da associação era viabilizar a construção de moradias baratas em grande quantidade. No entanto, essa produção habitacional é atravessada por temas como religião, trabalho, família e política institucional.

### **Carteirinha e contribuição mensal**

"Boa tarde, carteirinha na mão". Na sede da Associação de Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo só se entra com carteirinha e documento de identidade, como explica um senhor antes do bloqueio de grades. O homem branco com cabelo grisalho controla a fila de entrada dessa vez (29/04), mas como experiente mestre de obras também colabora com os cursos de pedreiro e azulejista da associação. A reunião vai começar em 15 minutos. "Tô sem carteirinha". "Cadê o protocolo e o RG?", pergunta a senhora sentada numa cadeira plástica junto à única passagem entre as grades. Todos que chegam para a reunião da 29ª Área, às 17h30, e os que deixam a reunião da 28ª Área, que começou às 16h, passam pelo mesmo lugar. Na mesa da senhora estão caixinhas com protocolos de novos associados e as carteirinhas: um papel grosso com o nome da associada, número da sua Área, presença nas reuniões, data da última contribuição em dinheiro à associação e contagem de pontos.

As filas para entrar e sair aumentam. "Por favor, essa moça participou mas não pegou a presença", diz outra senhora vindo de dentro do galpão-auditório. "Eu tava lá dentro pagando", diz a moça. "Como paga?", outra mulher pergunta. "Não, pra pagar não tem boleto mais. Ou você paga aqui mesmo ou pega o número da conta da associação", responde o senhor que organiza a fila. "Vamos lá, 29, 29, tô cansada já", desabafa a senhora no papel de recepcionista.

"Oi, ele pediu pra eu falar com a senhora. Eu não tenho carteirinha, mas" – ensaio uma explicação até ser interrompido.

"Eu conheço você, sei quem você é. Você tava no dia que o doutor Zerbini falou no seminário de habitação", a recepcionista me responde.

"Ah, na ALESP! Tentei vir mais cedo hoje mas não deu."

"Perdeu reuniões lindas. Às 11h tinha mil pessoas aqui. Às 14h umas setecentas. Pode entrar."

Passando a entrada, logo recebo um papelzinho com a data da próxima reunião desta Área, dali a um mês e meio. A primeira coisa que se vê, à direita, é o galhardete com propaganda de uma faculdade junto a duas mesas de plástico, uma com papéis e outra com uma máquina de cartão. "Oi, pode pegar o folheto.

Sou representante da Campos Salles”, diz a moça sentada na primeira mesa. “Na próxima reunião eu vou trazer o papel com os preços dos cursos, é que agora acabou”.

A faculdade Campos Salles é parceira da Educar para a Vida, associação criada por Zerbini para ajudar os jovens sem-terra a estudar. Com aproximadamente 5.000 alunos no portfólio, segundo o deputado, a associação educacional intermedia descontos que podem passar de 50% nas mensalidades. O primeiro convênio foi com a Uninove, cujo dono era amigo do ex-governador Alberto Goldman (2010, PSDB), amigo de Zerbini. Este é um bom negócio para a instituição privada, já que ocupa vagas ociosas com estudantes muito compromissados. Para ter acesso ao desconto, os associados da Educar para a Vida tem que frequentar reuniões mensais na sede da ATST e ouvir sermões do próprio deputado. Quem faltar mais de três encontros perde a bolsa. Com discursos do tipo “qual é o sentido da minha vida?” para plateias que podem chegar a mil pessoas, Zerbini oferece a motivação que o estudante precisa para perseverar até o fim do curso e nunca ficar inadimplente com a faculdade.

A sede da ATST é um grande galpão todo revestido em tons de terra, com paredes e piso quase da mesma cor, e no teto telhas brancas aparentes com janelas do tipo que se usa em fábricas. Naquela reunião da 29ª Área, 400 cadeiras plásticas ocupam parte do ambiente. Do lado esquerdo, próximo ao palco, mais cadeiras estão amontoadas junto à parede. Próximo à entrada, um Novo Uno e um Gol duas portas vermelhos estão em exibição. Na janela dos dois carros há cartazes do “Arraiá! 2017 Bingo Beneficente”, anunciando local, data e prêmios das sete festas<sup>11</sup>.

"Meninas, meninos, quantos bingos vai aí? Alguém vai querer o bingo pessoal? Meninas, meninos? Olha o bingo, olha o carro. Cada um é cinco conto", uma mulher fala enquanto circula entre as pessoas já sentadas. “O sorteado tá na minha mão, hein”, diz outra mulher também com uma sacola na mão e fichas. “Dois carros, duas motos e três TV”. “Ó, aceita débito também. Quem não tiver

---

<sup>11</sup> Locais: 7ª Área (Sol Nascente), 20ª (Estrada Turística), 8ª (Alpes do Jaraguá), 5ª (Parque Esperança), 16ª (Nações Unidas I), 14ª (Turística) e 1 a 4ª Áreas (Jardim Canaã no Morro Doce).

dinheiro na mão, só na conta, aceita débito também", diz a mais animada. "Agora são só mais três [bilhetes], hein".

As caixas de som anunciam para "quem quiser acertar a contribuição" passar "na mesa aqui ao lado", aquela logo na entrada com uma máquina de cartão. No telão do palco é exibido o quadro "A Incredulidade de São Tomé", de Caravaggio. Um senhor branco vestindo roupa clara assume o microfone. "Vou explicar essa imagem mais uma vez, que é a imagem de Deus. (...) A restauração de Jesus é um feito da luz. Nós mesmos somos como" – pouco se entende do que o padre diz, um italiano com forte sotaque que passa três meses por ano na ATST. "Nossa presença é muita preciosa não só para encher a carteirinha, mas para encher-nos de paz. (...) Rezemos um pouco antes dos amigos contarem o percurso que estão fazendo para construir essa *casa*, que é também um *dom* de Deus". Com a única entrada fechada, portões brancos de chapa metálica que bloqueiam completamente a visão de fora, todos recitam de pé em voz alta um Pai-Nosso seguido de uma Ave Maria.

A carteirinha é onde se registra a trajetória dos associados na associação, e a forma que os líderes encontraram para estabelecer um critério de justiça entre os associados. Cleuza Ramos considera que com 20 encontros, no mínimo, a pessoa está pronta para aceitar as regras e seguir o código de conduta imposto à quem quer comprar um lote com a sua ajuda. "Se eu pego gente com duas, três reunião, não vai entender nunca. Primeira coisa que vai fazer é ir lá no fórum da Lapa dizer que é" – ela não completa a frase, mas se refere ao rígido controle individual dos pagamentos. "Compramos uma terra hoje, deu a entrada, atrasei, perde o terreno. Perde e nem é avisado, hein. Você já é substituído na hora, já coloco outro no seu lugar". Nesse caso, o dinheiro pago pelo associado inadimplente é restituído pela pessoa selecionada na fila de espera, como Ramos explica aos associados novos e antigos reunidos na sede da associação, em maio de 2017. Com esse sistema de substituição rápida de investidores, a associação tenta afastar o risco de ser obrigada a pagar multa ao proprietário da terra por descumprir o acordo de compra.

Apesar da compra coletiva, a presidente reforça que não há qualquer tipo de apoio aos associados que enfrentem instabilidade de renda ou outras dificuldades. "Ai, Cleuza, mas o meu filho ficou doente'. Sinto muito, seu filho



ficou doente mas a vida continua. Tem uma lista de espera, entra uma pessoa no seu lugar, devolve o dinheiro que você pagou e continua, então, pagando as prestação”. “Ah, Cleuza, mas eu paguei 11 prestação certinho, e a última que eu me atrasei’. Não importa se é a última ou se é a primeira”. Tampouco há qualquer vantagem para quem tem um familiar com necessidades especiais, como Ramos comenta: “Eu nunca tive este problema aqui na associação, então a gente não discute um problema que a gente não tem, né? (...) Então nós não temos uma regra. Porque aqui na associação a gente cria as regra de acordo com os problema que vão aparecendo”.

A carteirinha, que carrega a pontuação individual, é o “objeto” que faz a fila de investidores funcionar conforme a medida de justiça criada pela associação para “formular juízos e gerar ordens justificadas”, o que possibilita aos coordenadores medir o engajamento de cada associado em relação aos outros (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 137). Essa pontuação anotada na carteirinha é o critério objetivo para se decidir quem tem direito a participar da compra coletiva de uma Área, conforme o processo de definição que faz parte de todo investimento coletivo para criação de uma convenção, como identificado por Thévenot (2009). Nessa forma contam apenas dinheiro e presença, e são sacrificados outros agenciamentos pessoais e subjetivos, como uma possível preferência para famílias com parentes com necessidades especiais, por exemplo.

Cada compra de terra é precedida por estudo de viabilidade feito pelos arquitetos e engenheiro da ATST, quando se estima o dinheiro que será requisitado de cada associado. Além de pagar o montante referente a uma fração do grande terreno, cada comprador arca com parte da primeira escritura, registrada no nome da associação. Esse documento custou R\$150 mil em um caso recente, segundo Ramos. Depois, o terreno é parcelado em lotes individuais. Na 27ª Área, adquirida em 2010, em Perus, os lotes medem 80, 125 ou 160 m<sup>2</sup>. Na última compra coletiva, o Sítio do Tanque, 30ª Área, adquirida em 2016 também em Perus, cada lote saiu por R\$14.000,00, pelo qual se pagou aproximadamente R\$5.000,00 de entrada e mais 12 prestações de R\$750,00 por mês.

Segundo a presidente, em 2017 não havia um associado sem lote que tivesse mais de 20 presenças, dinheiro e estivesse com a contribuição em dia. Quer se esteja pagando prestações do lote ou apenas frequentando as reuniões para um

dia participar de uma compra coletiva, pede-se que todos paguem R\$25,00 a cada quatro meses, o equivalente a R\$5,00 por mês mais R\$5,00 para pagar taxas bancárias. “É obrigatório fazer esta contribuição? (...) Não, não é obrigatório” Cleuza comenta no palco. “Porém”, algumas pessoas retrucam baixinho da plateia. “Por que não é obrigatório? Porque a consciência passa pelo bolso e pelo coração. Se as pessoa acha que vir aqui, que isso tudo aqui é de graça, não precisa pagar. Agora, eu não posso ter um benefício em uma associação que eu não contribuo com nada, tá certo? (...) Quer dizer, você tá aqui há um ano e seis meses, (...) você não pode pagar uma água, não pode pagar uma luz [e outros custos para manutenção da sede da associação], mas você pode comprar o terreno? Não, não pode. Por que não pode? Porque não está preparado ainda. Porque lá na área que vocês vão morar, vai precisar contribuir. Lá vai ter um centro comunitário, vai ter um trabalho. ‘Ah, mas o dia que for comprar meu terreno eu pago tudo atrasado’. Então não tá confiando na associação. (...) Vocês entenderam que não é obrigatório, entenderam, né?”.

Para quem é associado, parece que a contribuição em dinheiro à ATST “não para nunca”. Foi o que me disse um homem da 47 anos que no fim de 2017 estava muito perto de se mudar com a mãe para a nova moradia, depois de 13 anos na associação. Ele é um dos 804 associados que compraram coletivamente um terreno no distrito Jaraguá, a 23ª Área. O terreno foi doado à CDHU, que edificou ali um conjunto habitacional. No dia do sorteio dos apartamentos entre os associados investidores, que aconteceu na sede da ATST, todos estavam ansiosos. Alguns por não precisar mais escutar os discursos de Cleuza Ramos, como uma senhora associada há 22 anos que reclamou baixinho: “Ela é muito confusa, tinha que tar o Marcos [Zerbini] para explicar”. Outros porque finalmente vão parar de pagar a contribuição quando assinarem contrato com a CDHU. Daí em diante, pagarão o condomínio do conjunto habitacional e o financiamento do apartamento.

Se o discurso sobre a obrigatoriedade de pagamento da contribuição soa dúbio, o que certamente é enunciado como obrigatória é a prerrogativa da associação em mediar qualquer operação de compra e venda de imóveis nos seus empreendimentos. Nesse mercado controlado, com regras previstas em contrato, o valor do lote não edificado é tabelado e varia conforme o grau de

consolidação do empreendimento – com ou sem urbanização completa, com ou sem aprovação na prefeitura. Se a casa já estiver construída, arquitetos e mestres de obra da ATST avaliam o imóvel para indicar seu preço. Na transação de compra e venda, 10% do valor vai para a entidade local<sup>12</sup>. Caso o morador tente realizar uma transação sem comunicar a associação, é punido com a retenção da escritura do imóvel. O morador que desafie essas regras pode até ganhar na justiça o direito de transferir seu bem sem interferência, mas “vai ter dor de cabeça danada”, como disse o próprio coordenador-geral dos sem-terra, Zerbini (MARCOCCIA, 2007, p. 86-87). De fato, se a escritura individual de um lote na ATST leva anos para sair, quem faz contrato de gaveta nas Áreas dificilmente legaliza a propriedade do imóvel.

Um morador da 14ª Área, comprada em 1995, por exemplo, frequentou as reuniões na sede da associação por oito anos até conseguir comprar uma casa. A escritura individual do imóvel só foi assinada em dezembro de 2017, graças a um mutirão de funcionários do cartório de Pirituba organizado na sede da ATST<sup>13</sup>. Quando conversamos, ele disse que conseguiu o documento por ter seguido todas as regras da associação, enquanto uma vizinha é a terceira proprietária de uma casa comercializada com contratos informais, mas o IPTU ainda vem no nome do primeiro dono, já falecido. “Quem compra é enganado, né?”, ele comenta sobre os contratos de gaveta.

A trajetória para o novo associado se mudar para a casa própria conquistada com ajuda da ATST é bastante longa. Só para atingir o mínimo de presença nos eventos da ATST é preciso frequentar a sede da associação por pelo menos um ano e oito meses. Enquanto isso, o associado precisa economizar dinheiro suficiente para pagar a entrada e as prestações do lote, e manter em dia a contribuição para a associação. Depois de inserido em um empreendimento, deve arcar com uma fração da escritura no nome da ATST, assumir todo o custo de construção da sua casa e as taxas da escritura individual, enquanto também paga uma parte dos custos para abertura das ruas (que varia conforme a metragem do lote individual), caso toda infraestrutura do loteamento não seja

---

<sup>12</sup> Para cada empreendimento a ATST cria uma associação específica com registro jurídico (CNPJ) próprio (Marcoccia, 2007, p. 85).

<sup>13</sup> Como divulgado no perfil da ATST no *Facebook* em 06/12/2017.

provida pelo governo do estado. Todo esse processo costuma levar mais de dez anos. Cleuza Ramos tem até um bordão para se referir a essa longa espera, que ela usa nas reuniões da ATST com associados novos e com aqueles que ainda não estão inseridos em um empreendimento específico: “Quando que a gente vai poder construir?”, “Só Deus sabe”, a plateia responde em coro, desanimada. “Só Deus sabe”, Ramos reforça.

Pode até ser que só Deus saiba, mas um representante na Câmara Municipal também ajuda muito. Para agilizar a aprovação dos loteamentos, ela diz que fizeram “toda uma luta” em 2016 para eleger Fábio Riva. “Por que?”, ela pergunta retoricamente para a plateia. “Porque o vereador ele pode acelerar isto, porque ele tem um voto na Câmara que ele pode negociar com o prefeito”. “Graças a Deus” e ao “trabalho social” que começou há 30 anos, conseguem vencer eleições sem gastar tanto dinheiro quanto os adversários. “Graças a Deus, em primeiro lugar, e a uma luta que tivemos aqui. Porque foi uma luta. Pessoal foi pra rua pedir voto. Porque pra eleger um vereador hoje precisa gastar 5 milhões de reais. A associação gastou zero. Por que? Porque tem os amigos que acredita nisso aqui, que foram buscar voto pro Fábio. Em troca disso, hoje, ele tá trabalhando. (...) Então, a gente elegeu o doutor Fábio pra isso, pra agilizar”. E para criar uma nova prefeitura regional onde estão alguns loteamentos da associação, como aparece no capítulo 3 desta dissertação, e para viabilizar uma nova forma de produção de loteamentos com a doação de terrenos para a prefeitura em troca da construção ou financiamento das casas, como está no capítulo 4. Por enquanto, vejamos como os loteamentos da ATST são contemplados com investimentos públicos direcionados pelos mandatos de Riva e Zerbini.

### **Obras e recursos parlamentares**

“Compromisso de campanha, compromisso realizado com emenda<sup>14</sup> do vereador Fábio Riva. A obra vai ser concluída hoje, dia primeiro de fevereiro de 2018. E tem muito mais, porque daqui a pouco começa, se Deus quiser, a 22ª Área aqui do lado”. Foi assim que o deputado Marcos Zerbini celebrou o

---

<sup>14</sup> Parlamentares podem fazer “emendas” à lei orçamentária sugerindo o remanejamento de verbas entre órgãos públicos e investimentos com destino específico, como determinadas obras. Também podem fazer “indicações voluntárias” para transferências de recursos para municípios ou entidades.

asfaltamento de uma rua na 21ª Área, Voith II, terreno com mais de 100.000 m<sup>2</sup> comprado em 2001 no distrito Jaraguá. No vídeo, compartilhado no *Facebook* de Zerbini<sup>15</sup>, Fábio Riva e Cleuza Ramos também aparecem sobre o asfalto ainda molhado, próximos aos tratores. Como Ramos disse, aquilo não é “simplesmente mais um pedaço de asfalto”. Para ela, é um novo “pedaço de cidade”. Para os espectadores, é uma amostra de como o mandato parlamentar pode servir aos eleitores.

Todo os moradores do entorno são beneficiados pela obra, que assinala a presença da política institucional na vizinhança e, ao mesmo tempo, que os parlamentares da ATST são capazes de direcionar recursos públicos em benefício dos eleitores. Por isso, esse tipo de obra habitualmente classificada como de “utilidade pública” é considerada por Moacir Palmeira como a “face pública da política” (2010a, p. 128). Em loteamentos consolidados da ATST, onde os moradores já não são obrigados a frequentar a sede da associação, oportunidades como essas são especialmente importantes para atualizar compromissos. Há quem faça até “assinatura do asfalto”, como o governador de Brasília em um distrito satélite da capital quase todo constituído por doações de terras públicas à população pobre. Como Antonádia Borges (2003, p. 90-91) percebeu, esses “atos de governo” podem ser considerados rituais de encontro do governante com governados para atualizar áreas de influência e reforçar sua distinção em relação a outros grupos políticos.

As obras de asfaltamento feitas pela ATST em 2018 acontecem em Áreas vizinhas a conjuntos erguidos, nos anos 1990, por mutirantes que até hoje militam pelo PT. As Áreas 21, 22 e 23 foram compradas no primeiro ano do primeiro mandato parlamentar de Zerbini. Os terrenos estão concentrados na vizinhança onde, em 1997, a ATST começou a 16ª Área, Voith I, ao mesmo tempo em que a União de Movimentos de Moradia (UMM), ligada ao PT, erguia 4.000 casas e apartamentos em esquema de mutirão no conjunto City Jaraguá. O Diretório Zonal (DZ) do PT em Pirituba ainda faz reuniões em um dos centros comunitários desse conjunto. Na reunião em março de 2017 conheci José Laurindo de Oliveira, então presidente daquele DZ, ex-vereador (2001-2004, PT)

---

<sup>15</sup> Como divulgado no perfil de Marcos Zerbini no Facebook em 01/02/2018.

e ex-administrador regional<sup>16</sup> de Pirituba durante a prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992, então no PT). Na carreira para chegar ao cargo parlamentar, Laurindo construiu sua reputação na vizinhança com obras de canalização de córregos e asfaltamento de ruas, se beneficiando da ideia de que recursos provenientes de diferentes setores governamentais foram articulados por ele em favor dos moradores da vizinhança.

Durante a gestão Erundina, administradores regionais tiveram oportunidade singular para aumentar seu prestígio nos lugares onde já atuavam com movimentos sociais e sindicatos. Primeiro, porque o “programa de obras” daquela gestão municipal privilegiou asfaltamento e manutenção de ruas na periferia, construção de casas populares em mutirão e hospitais, escolas e creches, ao invés de construir novas vias expressas em vizinhanças que tradicionalmente concentravam investimentos públicos, como relata Paul Singer (1996, p. 243). Segundo, porque era intenção do executivo descentralizar a gestão municipal fortalecendo a cooperação entre funcionários das administrações regionais e de secretarias como Vias Públicas, Serviços e Obras, Habitação e Planejamento, o que teria aumentado a influência dos administradores regionais, segundo Singer, nas decisões sobre os investimentos públicos na sua região. Por último, porque ainda não havia lei de responsabilidade fiscal, então, como disse um militante petista daquele DZ, “a pessoa podia mandar asfaltar duzentas ruas e depois ver como pagar”.

Ainda que o prestígio acumulado por Laurindo de Oliveira naquela época tenha contribuído para sua eleição ao cargo de vereador, em 2001, não garantiu sua reeleição. Quase 15 anos depois do fim do seu único mandato parlamentar, seus colegas acham que nem as pessoas que se beneficiam daquelas obras lembram do nome de Laurindo. Quando foi indicado para a administração regional, no entanto, ele tinha o perfil adequado, tanto pela “conduta pessoal” quanto pelo engajamento com “reivindicações locais”, exigido por militantes do partido e pela equipe de governo para mediar demandas locais, como aparece no estudo de Rachel Meneguello (1989). Ao contrário dos secretários municipais, de perfil mais intelectual e ligados à cúpula do PT, a maioria dos administradores

---

<sup>16</sup> Na época, o título era administrador regional. Depois, subprefeito. Em 2017, o cargo ganhou o nome de prefeito regional.

regionais eram líderes sindicais ou de movimentos com “forte implantação partidária” (Singer, 1996, p. 34-35). Nas eleições municipais de 2016, os militantes petistas do DZ Pirituba disseram ter sido impedidos de fazer campanha nos loteamentos da ATST.

Bem longe dali, na zona sudeste, em outro conjunto habitacional feito por mutirão na mesma época que aqueles em Pirituba e Jaraguá, quem costuma propor emendas parlamentares para obras na vizinhança é Juliana Cardoso (PT). O centro comunitário onde já funcionaram creche, cursos de administração, telemarketing, espanhol, inglês, culinária, eletricista, manicure e porteiro seria reformado com “dinheiro nosso”, como disse uma assessora parlamentar da vereadora que frequenta a região. No entanto, a construtora contratada pela prefeitura regional, órgão local que administra investimentos da prefeitura, não cumpriu o prazo de execução e por isso o repasse de dinheiro foi paralisado. Como o dinheiro que não é usado volta para o tesouro municipal, “a emenda voltou”. Depois, conseguiram outra verba por emenda de uma deputada estadual do PT, mas os imóveis tinham sido ocupados por “traficantes”. Segundo a assessora, melhor seria que a verba das emendas fosse direto para uma associação/entidade (como no caso de uma “indicação voluntária” de um deputado), ao invés de ir para a prefeitura regional, que depois deve contratar a obra prevista na emenda. A atenção de Cardoso à área de atuação de um movimento de moradia, onde mantém uma assessora que também é liderança de movimento, é prática histórica do seu partido e, atualmente, de diversas siglas, como aparece na seção “Parlamentares e movimentos” desta pesquisa.

Os apartamentos desse conjunto, por exemplo, começaram a ser construídos pela Associação de Movimentos de Moradia da Região Sudeste, ligada à UMM, ainda durante a prefeitura de Luiza Erundina, no início dos anos 1990, com recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Sub-Normal (FUNAPS). O repasse de verbas públicas ficou parado por oito anos, ou duas legislaturas, até que o partido conquistasse novamente a prefeitura. As unidades habitacionais foram concluídas na gestão Marta Suplicy (2001-2004, então no PT), e a propriedade individual regularizada apenas na segunda década do século XXI, quando os moradores começaram a pagar prestações para restituir à COHAB parte dos recursos públicos investidos nos mutirões. O

processo de produção dessas moradias durou, então, quase duas décadas, período em que o PT manteve-se presente na vizinhança.

Conforme disse Marcos Zerbini enquanto ainda era vereador, o mandato permite participar “da composição do orçamento da cidade, (...) trazendo recursos para a região, para o próprio movimento” (MARCOCCIA, 2007, p. 69). Com essa perspectiva generalizada no país, a decisão sobre investimentos em melhoramentos urbanos costuma estar vinculada principalmente aos compromissos estabelecidos localmente por parlamentares, políticos no executivo e autoridades governamentais em todas as esferas de governo. O jogo político-eleitoral que permeia políticas urbanas e habitacionais é ainda mais relevante quando se considera, como sugere Raquel Rolnik (2009), que os exíguos recursos próprios dos municípios frente às diversas atribuições na produção do espaço urbano obriga a administração local a negociar verbas com deputados estaduais e federais para ter capacidade de investimento. As áreas de desenvolvimento urbano e a da saúde, por exemplo, são as que mais recebem emendas parlamentares no orçamento federal.

Veremos no capítulo 4 como a necessidade de interação entre políticos de diferentes esferas, que borra os limites entre política local e nacional, é um imperativo aos mandatos tanto quanto um parlamentar precisa interagir com a população. Por enquanto, vamos explorar outros meios de se trocar votos e prestígio por serviços em redutos eleitorais, inclusive contra obras públicas.

Em março de 2017, Marcos Zerbini e Fábio Riva registraram em vídeo divulgado no *Facebook* que nove empreendimentos da ATST, o mais antigo lançado em 1991, ganhavam uma nova linha de ônibus. O itinerário do 1019-10 vai do Terminal Pirituba ao Sol Nascente, distrito Anhanguera. “Mais uma conquista para toda a comunidade”, diz Zerbini, ao que Riva acrescenta: “Conosco vai ser sempre assim, quando a gente se compromete a gente cumpre”<sup>17</sup>.

O mandato parlamentar também permite usar verbas de gabinete para remunerar assessores que trabalham junto à população. Dentro da ATST, por exemplo, “tem arquiteto, tem engenheiro que ajuda a associação” mas é contratado pelo gabinete, como Cleuza Ramos comentou discretamente em uma

---

<sup>17</sup> Como divulgado no perfil de Marcos Zerbini no *Facebook* 18/03/2017.



conversa em março de 2017. Durante a pesquisa de campo, encontrei os mesmos assessores de Zerbini em eventos na ALESP e na ATST. Fábio Riva pode servir de exemplo. Ele diz ter sido “assessor jurídico” de Zerbini por 16 anos, ao mesmo tempo que há 20 anos oferece “serviços advocatícios gratuitos” na sede da ATST. Um “filho da associação”, como ele disse em um evento na ALESP.

O grupo da ATST ainda experimentou outra forma de incidir sobre os recursos públicos que podem contemplar demandas da sua base eleitoral. Insistindo no tema que é o foco principal do seu mandato, Riva propôs, em abril de 2017, a criação da Frente Parlamentar da Habitação e do Desenvolvimento Urbano<sup>18</sup>. Nesse espaço, parlamentares seriam convidados a debater alternativas e subsídios para produção habitacional, além de identificar e avaliar “programas habitacionais executados diretamente por Associações” e os “financiados ou executados diretamente pela prefeitura”. A proposta passou pela Comissão de Justiça, mas não sem perder todas as referências explícitas a “associações”, como a citada acima. Virou uma resolução<sup>19</sup> válida até o fim desta legislatura. Em maio de 2018, a Frente foi constituída com Riva como presidente e com Juliana Cardoso entre os membros.

Apesar de habitação ser o foco do mandato de Riva (PSDB), ele nem sempre apoia demandas do tema. Como membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, o vereador votou pela rejeição de audiência pública sobre a remoção promovida pela prefeitura de dezenas de casas na zona leste, audiência solicitada por Eduardo Suplicy (PT), também com cadeira na comissão, a pedido de Juliana Cardoso (PT). Naquela ocasião<sup>20</sup>, os parlamentares decidiram que o procedimento usual seria fazer pedidos de informações antes de marcar audiência, como os onze que o vereador José Police Neto (PSD) incluiu na pauta daquele mesmo dia em favor dos moradores do entorno do “Parque dos Búfalos”, todos questionando empreendimentos habitacionais da prefeitura a serem construídos nesse lugar que a vizinhança usa como parque natural. A audiência rejeitada por Riva e pela Comissão de

---

<sup>18</sup> Projeto de Resolução 03-00024/2017, publicado no DOC em 05/04/2017, p. 66.

<sup>19</sup> Resolução nº 13 de 07/06/2017.

<sup>20</sup> 9ª Reunião Ordinária de 2017, 10/05/2017.

Política Urbana era parte do acompanhamento que Cardoso oferecia aos moradores de uma ocupação de terra no seu reduto eleitoral.

### **Uma remoção no gabinete petista**

Os moradores da Vila da Paz, distrito Itaquera e prefeitura regional de mesmo nome, souberam por *WhatsApp*, no início de maio de 2017, do requerimento de audiência pública assinado por Juliana Cardoso (PT) e Eduardo Suplicy (PT). Quem avisou foi o assessor parlamentar da vereadora designado para acompanhar o processo de negociação da associação de moradores com a prefeitura. O grupo no aplicativo de mensagens junta representantes da associação e outras organizações de assessoria técnica. Representantes de mandatos parlamentares, no entanto, só os de Cardoso.

No documento, questionava-se porque um subsídio temporário de aluguel era a única contrapartida apresentada pela prefeitura para a mudança forçada das pessoas que teriam suas casas demolidas em função de uma obra de utilidade pública: a construção do Corredor Leste Itaquera, nova via exclusiva para ônibus. A proposta de auxílio aluguel descumpria acordo firmado entre representantes dos moradores com a SEHAB três anos antes. Naquela época, obras do estádio em Itaquera para a Copa do Mundo de Futebol quase arrasaram a vizinhança (GONSALES, 2015). Desde então, qualquer intervenção na área estaria atrelada à oferta de unidades habitacionais em outro lugar com segurança na posse e condições adequadas de moradia. Por isso, o mote da mobilização para resistir às obras em 2017 era “chave na mão, casa no chão”. O pedido de audiência pública formulado pelos vereadores petistas convidava os atuais secretários de habitação e o de serviços e obras para prestar explicações. A audiência nunca aconteceu, mas por outro caminho a obra foi atrasada.

A Vila da Paz, ocupação de terra surgida em 1997, segundo uma das lideranças locais, está marcada no Plano Diretor<sup>21</sup> da cidade como Zona Especial de Interesse Social 1 (Zeis), o que significa que qualquer intervenção ali deve ser aprovada em um conselho gestor formado por representantes da sociedade civil e do poder público. No fim do mesmo mês em que a audiência pública foi rejeitada, a CAEHIS, grupo que reúne funcionários da SEHAB, COHAB,

---

<sup>21</sup> Lei 16.050/2014.

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (Smul) e um representante da sociedade civil, determinou a constituição do conselho gestor de Zeis e a regularização fundiária da área<sup>22</sup>. Até maio de 2018, nenhuma casa havia sido destruída e o processo de instauração do conselho caminhava vagarosamente enquanto a prefeitura estudava um novo projeto para poupar as casas.

Apesar de não ter acontecido, a audiência pública que ajudaria “a assustar” algumas autoridades governamentais, como a vereadora disse durante a primeira assembleia com os moradores, em abril de 2017, cumpriu sua função nesse processo de atendimento. O requerimento compartilhado por seu assessor parlamentar, muito mais do que um mero documento para circular na burocracia institucional, serve como prova do compromisso do mandato petista com aquela ocupação de terra. E as relações estabelecidas entre parlamentar e eleitores, que produziu esse requerimento e outras coisas, também extrapolam a questão da moradia.

Com microfone nas mãos, no gramado junto às pequenas casas de alvenaria aparente aglomeradas entre o Rio Verde e uma área do metrô, Cardoso trouxe um conflito partidário da política institucional para a Vila da Paz, mostrando que a rejeição de obras é uma oportunidade para articular políticos e cidadãos de maneira semelhante à uma inauguração de obras. Como o governador de Brasília fez no ritual de “assinatura do asfalto” relatado por Borges (2003), Juliana Cardoso (PT) aproveitou o evento na Vila da Paz para reforçar antagonismos com o PSDB, partido no executivo municipal, e atualizar a influência do seu mandato entre os moradores da zona leste. No seu discurso, ela resgatou a “luta” pela instalação de energia elétrica da qual ela diz ter participado junto com alguns moradores, anos antes, e tentou incluir as famílias na plateia entre os beneficiários da sua atual atuação parlamentar de “enfrentamento com a prefeitura”. “Porque a gente já vai ver a capacidade do cara [o prefeito] de entender que tudo na vida é privado, que tudo na vida tem que pagar. E como a gente vive ainda numa sociedade que nem todo mundo tem recursos para pagar as coisas, nós precisamos usar os serviços públicos”.

---

<sup>22</sup> Como registrado no Pronunciamento Caehis/011/2017, divulgado em 31/05/2017.

A proposta do prefeito de privatização de equipamentos públicos em toda a cidade de São Paulo incluía o Parque do Carmo, frequentado por moradores da Vila da Paz. Caso aprovado, a vereadora sugere que o projeto de lei<sup>23</sup> do executivo abriria a possibilidade de cobrança de ingresso nesse parque. Em virtude do debate em torno da aprovação dessa lei, que acontecia no plenário da Câmara, a vereadora explica que nem sempre poderá estar presente nas reuniões dos moradores, mas que um assessor estará ali para representá-la. “Nós vamos aqui pra essa caminhada, resistindo e aí na luta, tá bom, gente? Então, encaminhamento de mim, audiência pública, (...) quero acompanhar mais perto pra gente poder ir achando os caminhos pra poder falar com esse governo golpista<sup>24</sup>. Brigado.” Palmas da plateia. Antes de se despedir, no entanto, a vereadora reforça a necessidade dos moradores presentes ressoarem pela vizinhança tudo o que foi discutido ali. “O mais importante é essa rede, que terminando esta assembleia vocês vão entrar nessa comunidade e nas outras que estão aí nessa caminhada, infelizmente, e avisar as pessoas. Tem que avisar as pessoas. Ou se mexe ou a gente cai. Ou se mexe ou vai pra rua. Ou se mobiliza ou a gente cai”.

Além de pedir a audiência pública na Comissão de Política Urbana, a vereadora Juliana se reuniu uma vez com o secretário da SIURB, que não mostrou disposição em atender a demanda dos moradores. O mandato dela também encaminhou pedido de informações<sup>25</sup> à SEHAB, mas não obteve resposta.

No fim de junho, representantes dos moradores foram ao gabinete para conversar com o advogado da equipe da vereadora. Acompanhei esse encontro sentado entre o advogado assessor e São Mateus, distrito da zona leste que concentra votos da vereadora, aqui apenas um ponto no mapa completo da cidade de São Paulo que cobre toda uma parede do gabinete. Durante a conversa, considera-se fazer outro pedido de audiência pública, mas em dois dias começa o recesso na Câmara e as comissões param de se reunir. Não há tempo, a menos que – Juliana Cardoso tem uma ideia e entra na conversa. “Coloca aí no oitavo andar”, ela pede para um assessor ao lado da televisão, que

---

<sup>23</sup> PL 179/2017 (depois Lei 16.665/2017), no contexto do Plano Municipal de Desestatização.

<sup>24</sup> Em 2017, o prefeito é do PSDB, partido que liderou, junto com o MDB, a destituição da presidente da república petista no ano anterior.

<sup>25</sup> Req. 33/2017 de 26 de maio.

passa ao vivo tudo o que acontece na Câmara. Ele sintoniza o canal do Salão Nobre, onde logo mais acontecerá audiência pública sobre políticas LGBTs promovida pela Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais<sup>26</sup>. A estratégia é aproveitar a reunião dos vereadores membros dessa comissão para pedir que assinem um requerimento urgente de audiência pública que uma assessora começa a redigir já.

“Será que rola [audiência pública]? Eles tão brecando tudo”, comenta um representante da Vila da Paz. “A gente faz o que pode. A Juliana vai pra cima”, responde o advogado. Em seguida, ele começa a ler em voz alta o ofício que está escrevendo. Decidem que as associações de moradores da Paz e Miguel Ignácio Curi assinarão o documento, sem qualquer menção à vereadora. O ofício deve ser entregue à CAEHIS, mas não se espera uma resposta. O que se quer é produzir um registro oficial de que o secretário de habitação recebeu dos moradores projetos de traçados alternativos para a nova via de ônibus durante uma vistoria da prefeitura na vizinhança.

Desde que a notícia da obra chegou à Vila da Paz e às vizinhas Miguel Ignácio Curi e Francisco Munhoz, a vida dos moradores foi invadida por diferentes faces da prefeitura. Primeiro veio a SEHAB. Depois, funcionários da SIURB (repartição que pilota os tratores e escavadeiras da prefeitura) e da Cobrape (empresa contratada pelo município para prestar serviços de atendimento social) também visitaram a vizinhança. Com a assembleia dos moradores, o mandato de Juliana Cardoso se tornou mais uma dimensão da institucionalidade municipal a marcar presença por ali. A partir do evento remoção, então, as pessoas que há décadas ocupam informalmente um pedaço de terra foram repentinamente envolvidas na política institucional e obrigadas a se relacionar com esse mundo. E essa penetração institucional se torna ainda mais abrangente quando a questão deixa de ser apenas uma obra de utilidade pública e passa a ser o próprio lugar, sujeito a intervenção do poder público por ser informal, precário e pobre.

Os múltiplos desdobramentos do que passa a ser uma “questão urbana” pode ser identificado em outros projetos urbanos, como a renovação de um bairro na cidade francesa de Lille, processo de remoção acompanhado por Ana Maria de

---

<sup>26</sup> 2ª Audiência Pública de 2017, 28/06, Salão Nobre Presidente João Brasil Vita.

Melo e Soraya Simões (2011). Apesar de intervenções urbanas muito distintas, naquela cidade francesa como na Vila da Paz a interação entre cidadãos e representantes do poder público esteve sempre permeada por um único imperativo: o deslocamento forçado da população residente. Os desdobramentos foram semelhantes nos dois casos, como o surgimento de um espaço por onde circularam compromissos e retribuições.

A aflição compartilhada pelos moradores da Vila da Paz e seus vizinhos, que em 2017 girou em torno da obra viária, em 2014 do novo estádio, e antes de serviços básicos como luz e água, pode uni-los em uma “comunidade”, no sentido descritivo do termo como sugerido por Ruth Cardoso (2008). Como os moradores se organizaram para incidir na política institucional, abriu-se espaço para uma parlamentar se engajar nessas reivindicações, aproximando-se dos eleitores. Apesar desse ser um modo historicamente explorado pelo PT, não apenas petistas mas também tucanos e membros de outros partidos, como veremos no capítulo 4 desta pesquisa, se engajam em reivindicações locais por meio de processos de atendimento que rendem votos por anos. Como uma assessora de Marcos Zerbini sintetizou, “não tem final” a relação entre o mandato e os moradores das Áreas da associação. “O vínculo nunca termina”.

### 3 ASSESSORES NOS REDUTOS

“Você não vai ficar muito aqui na assembleia [ALESP], você vai ser meu olhar nas Áreas”. Foi assim que o deputado estadual Marcos Zerbini explicou à sua nova assessora parlamentar o trabalho que faria a partir de então. Ela foi assistente social da Secretaria de Saúde do estado até 2015, quando o deputado a transferiu ao seu gabinete. O contato dela com a ATST, no entanto, é muito mais antigo. Desde 2006 ela frequenta o movimento, que conheceu por meio de uma liderança em Taipas, distrito Jaraguá, onde a associação fez pelo menos sete empreendimentos. Primeiro, ela “abraçou a causa” de moradia e faculdade como voluntária. Depois, como assessora, para contribuir com a “história política bonita” de um “político de fato” como Zerbini. A justificativa da admiração é a disposição do deputado em “acolher” as pessoas que o procuram, atendidas também por ela, como disse em conversa na ATST, em dezembro de 2017.

Seja na sede da associação, onde toda segunda-feira à tarde ela faz plantão de atendimento geral, seja visitando a casa de uma pessoa ou em um evento nas áreas, “as pessoas sempre querem conversar, tem um pedido especial”. Mas “não é só o pedido em si, é o olhar”. As pessoas querem ser ouvidas por “aquele que ela depositou uma esperança”, por quem depositou um voto na urna. O trabalho dessa assessora, então, é circular pela “área de abrangência” do mandato, que é espacial e também imaterial (como os temas que a equipe está mais preparada para tratar). Por ter experiência de trabalho em hospitais, essa assessora costuma encaminhar demandas de saúde. Como ela diz, “no [Sistema Único de Saúde] SUS tudo existe um caminho, um protocolo”, mas “nem todos têm acesso a informação e sabe fazer” como ela sabe. As demandas que surgem nos loteamentos da associação, no entanto, são mais variadas do que apenas a especialidade dessa assistente social, e por isso ela também encaminha outros pedidos aos gabinetes dos políticos da ATST. Por exemplo, naquele ano chegaram muitas reclamações sobre assaltos na região Sol Nascente, onde a associação já produziu ou projetou 5.337 unidades habitacionais, entre o Parque Municipal Anhanguera e o Parque Estadual Terra Indígena do Jaraguá.

Em junho de 2017, o deputado divulgou no *Facebook* uma foto sua no Comando Geral da Polícia Militar, onde estiveram para discutir “a segurança na região de Perus, Jaraguá, Pirituba e Lapa”. No encontro, o deputado também anunciou

que fez emenda parlamentar destinando R\$ 100 mil do orçamento do estado para o 49º Batalhão da Polícia Militar, que abrange empreendimentos da ATST em Morro Doce, Sol Nascente, Chácara Maria Trindade, entre outras localidades<sup>27</sup>.

Em abril do mesmo ano, o vereador Fábio Riva também agiu por mais policiamento nas Áreas da associação. Ele apresentou projeto de lei<sup>28</sup> na Câmara Municipal para criar a “Inspetoria Regional do Jaraguá, vinculada à Guarda Civil Metropolitana”. A justificativa que acompanha o PL menciona a necessidade de se proteger o patrimônio municipal, que teria crescido na região nos últimos anos, e que a população do Jaraguá já supera a de outros distritos com inspetorias próprias, como Perus.

Além de estar sempre disponível para ouvir associados e simpatizantes da ATST, eventualmente a assessora parlamentar também participa de eventos promovidos pela associação nos centros comunitários dos seus empreendimentos. Conversamos pela primeira vez em um evento que oferecia serviços de salão de beleza gratuitos para quem chegasse, bastava preencher uma ficha. Ela passou o dia no lugar, e quando Fábio Riva chegou para passar 20 minutos ali, distribuindo sorrisos e comentários simpáticos, perguntou logo por ela. O evento da associação estava lotado, apesar de acontecer em um loteamento com mais de 22 anos de história.

### **Parque Esperança**

“A senhora mora aqui no loteamento? É do projeto de moradia?”, pergunta a atendente para uma mulher que acabou de chegar ao centro comunitário da 14ª Área, próximo à estrada Turística do Jaraguá.

“Não.”

"A senhora paga aluguel ou é casa própria? É pra fazer curso ou pra atendimento?"

Além dessas perguntas, a cliente também preenche ficha com nome, endereço, telefone e e-mail. Depois disso, ela pode cortar o cabelo, aparar a sobrancelha,

---

<sup>27</sup> Como divulgado no perfil de Marcos Zerbini no *Facebook* em 08 e 19/06/2017.

<sup>28</sup> PL 195/2017.



fazer depilação, maquiagem e massagem sem pagar nada. Tudo depende para quais serviços vai conseguir senha. A equipe atendendo é grande: sete cabeleireiros, 17 manicures, 10 maquiadores, um massagista e uma sala inteira para sobrancelha, mas a procura também é. Isso mesmo a “Semana da Beleza” acontecendo simultaneamente em quatro Áreas e durante dois dias consecutivos, no fim de outubro e início de novembro de 2017.

Eu preencho o cadastro, pego uma senha para a massagem e vou circular pelo lugar enquanto espero a minha vez. O centro comunitário é um galpão grande, com mezanino e mais um pavimento semienterrado na encosta, dimensões adequadas ao tamanho do loteamento, que tem mais de 1.400 lotes. O piso de ardósia cinza está muito limpo, assim como a parede e o forro brancos. As poucas salas são delimitadas com divisórias de vidro do tipo que se vê em escritórios. Tudo parece novo, apesar dessa área ter sido comprada em 1995.

"Vou explorar essa associação de tudo! Comecei pela massagem, às nove horas. Agora, vou pra sobrancelha", diz a senhora com as mãos abertas e os pés esticados para não riscar o esmalte fresco. Sento-me ao seu lado em uma das poucas cadeiras vazias. Antes de se mudar para a casa com três cozinhas, “porque eu cozinho pra fora, né”, onde vive com a família, ela morava em Taboão da Serra, município na fronteira sudoeste da cidade de São Paulo. Lá, “o asfalto fedia” de tanto calor. “Não tinha um pé de árvore. Aqui na Turística é melhor, estamos de a pé pro pico [do Jaraguá]”. Pergunto se ainda há reuniões regulares da ATST naquele centro comunitário. “Aqui tinha há muuuuuuitos anos. Agora não. Só lá na Lapa [na sede da associação]”.

Enquanto conversamos, ela olha com ansiedade para a fila de cadeiras com gente ajeitando as sobrancelhas. Quem atende são estudantes do “Curso da área da beleza”, facilmente identificados pelas roupas totalmente pretas. Alguns ainda usam touca descartável branca para o cabelo e máscaras, dependendo do tipo de serviço. Além dos serviços oferecidos no dia, também estão abertas inscrições para aulas gratuitas de designer de sobrancelhas, depilação, manicure e pedicure, maquiagem com penteado e assistente de cabeleireiro.

A disputa pela massagem é acirrada. Já não há mais senhas. Uma aluna queria ter entrado na fila antes mas não pôde porque passou o dia ajudando a cortar

cabelos. Ela quer abrir um salão por ali, e pretende oferecer massagens rápidas para as clientes como um diferencial, "porque as pessoas [que abrem salão] não pensam nisso, né?". A inspiração veio de um salão onde trabalhou quando ainda vivia na Pompéia, zona oeste da cidade. "Um funcionário gay, mas ótimo, assim, super legal", fazia "massagem oriental" na cabeça e no ombro das clientes. "Era muito bom". Outra aluna diz já ser manicure, mas está fazendo o curso na associação mesmo assim. Ano que vem ela quer fazer o de maquiagem. Vai ser o terceiro curso dela na ATST, apesar de não morar em uma área dos sem-terra. Ela acompanha a agenda da associação pelo grupo de *WhatsApp* com vizinhos de Pirituba.

Finalmente chega a minha vez. Entro na sala de vidro com uma maca no meio. O massagista, de jaleco branco, fecha a porta atrás de mim e pede que eu tire os sapatos. Deito de bruços com o rosto enfiado no buraco da maca. Ele começa pela cabeça, pescoço, desce para os ombros e quando chega nas minhas pernas entra na sala a filha de Cleuza Ramos, enteada de Zerbini, que cuida da comunicação da associação e costuma acompanhar Fábio Riva em eventos. Eles conversam sobre a dificuldade de tocar em rádios do interior, sobre como é preciso ter alguma articulação com o governo do estado para entrar na programação. Além de massagista, ele é professor de ginástica e músico, associado desde de 2002 e morador da 14ª Área mesmo. Se aproximou da ATST quando conheceu Cleuza Ramos em um show que fazia parte de um projeto de Lu Alckmin, então primeira-dama do estado. A conversa termina enquanto ele massageia meus pés. Se despedem, ele anuncia que já posso me levantar para ir embora. Terminou a sua última massagem do dia.

Essa não foi a primeira vez que conversamos. Também nos encontramos no dia anterior no centro comunitário da 5ª Área, no Morro Doce, distrito de Anhanguera, em outro evento da Semana da Beleza. O lugar é muito diferente do loteamento perto do Parque do Jaraguá, e ainda mais longe do centro da cidade. O prédio é pequeno e está mal conservado. Do lado de fora, a tinta está suja e descascando. Dentro, as paredes azuis têm sinais de umidade e o forro de madeira está salpicado por goteiras.

Quem atende aqui usa roupa preta e xale rosa. A equipe de estudantes, professores e recepcionistas chega perto de 30 pessoas, e o movimento de

clientes é intenso, tanto que não consegui pegar senha para massagem naquele dia. O prédio está na parte intermediária de um morro muito íngreme. Do outro lado do vale, a encosta está tomada por casas sem reboco em torno de ruas que, apesar de asfaltadas, não parecem seguras. Um cruzamento foi engolido por um enorme deslizamento de terra. Pergunto para a coordenadora do evento da beleza, a mesma que apresentou o curso de pedreiro e azulejista na sede da associação, se também é um loteamento sem-terra. “Não. E aquilo foi uma obra eleitoral mal feita”.

A 5ª Área, Parque Esperança, projetada para receber 819 lotes, foi comprada em 1991, época em que os líderes da ATST estavam rompendo com o PT. No Morro Doce há mais duas áreas, a 9ª, Conjunto Residencial Paraíso, iniciada em 1992, e a 26ª, comprada em 2007 e com previsão para receber 1.397 casas (a construção ainda não começou). A região toda é muito acidentada, e em 2017 ainda tinha ares rurais. "Não vem falar mal do meu bairro, hein", me disse uma senhora quando reclamei das ladeiras. Para ela, o nome Morro Doce tem a ver com a quantidade de nascentes na região. Ela mesma diz ter “desviado” uma para construir a sua casa. A regularização fundiária da 5ª Área, onde vive essa senhora, só aconteceu em maio de 2018, 27 anos após a associação começar o empreendimento. Fábio Riva divulgou a conclusão desse processo no *Facebook*<sup>29</sup> destacando que esse foi um dos primeiros casos de regularização conforme a nova lei federal<sup>30</sup> elaborada durante gestão do PSDB no Ministério das Cidades.

Todos os empreendimentos da ATST feitos nessa região no início dos anos 1990 estão marcadas como Zeis 1 no último Plano Diretor<sup>31</sup>. Essa legislação se aplica a áreas com loteamentos irregulares ou assentamentos populares onde se pretende manter a população, melhorando o lugar com recuperação ambiental e regularização fundiária. A 26ª Área, mais recente, foi loteada em uma Zona de Preservação e Desenvolvimento Sustentável (ZPDS), que pela lei de zoneamento<sup>32</sup> é um terreno a ser ocupado com baixa densidade por atividades

---

<sup>29</sup> Como divulgado no perfil de Fábio Riva no *Facebook* 05/05/2018.

<sup>30</sup> Lei 13.465/2017.

<sup>31</sup> Lei 16.050/2014.

<sup>32</sup> Lei 16402/2016.

compatíveis com a preservação da paisagem, a manutenção e a recuperação ambiental, e preferencialmente relacionadas à agricultura e ao turismo.

Apesar das ladeiras e nascentes, as casas no Morro Doce seguem o padrão da maior parte dos loteamentos da ATST. Sobrados colados nas divisas do terreno com garagem no térreo e varanda no pavimento superior, nunca com alvenaria aparente. Subindo uma ladeira perto do centro comunitário da 5ª Área, uma das casas exibe um cartaz eleitoral. Junto a uma imagem de Riva entre Zerbini e Cleuza Ramos, lê-se em letras garrafais: “Essa família vota em Fábio Riva. O nosso Vereador 45780. O candidato da associação!”.

De volta ao centro comunitário, ouve-se um último aviso. “Ninguém vai embora sem tirar uma foto geral dos alunos de design de sobancelha, viu”, alerta a professora de cabelos grisalhos mas com sobancelhas muito escuras, como se a pele tivesse sido pintada junto com os pelos, e com desenho bem definido, mais grossas e arredondadas perto do nariz, afinando até formar uma ponta e desaparecer no rosto.

### **Rua Nossa Senhora da Moradia**

“Juliana, eu não vou ficar aqui dentro do gabinete’. Meu intuito é fazer trabalho na minha região, porque cada assessor tem a sua região de origem, de trabalho”. Esse foi o combinado da liderança de movimento de moradia com Juliana Cardoso (PT) quando virou assessora parlamentar, em 2017, no início do terceiro mandato consecutivo da vereadora. Nos encontramos para conversar em abril daquele ano, na Rua Nossa Senhora da Moradia, perto da Travessa da Conquista, zona sudeste da cidade. Em um lado dessa ladeira há prédios de quatro andares, e do outro lado casas geminadas tipo sobrado. Tudo pintado de amarelo ou azul. O mutirão termina junto com a rua, onde casas sem reboco cercam o córrego logo atrás.

Essa não é a área onde mais se concentram eleitores da vereadora, que nasceu na zona leste e se elege principalmente pelos votos dos moradores daquela região. Mesmo assim, a assessora parlamentar fez campanha para Cardoso na sua vizinhança nas três últimas eleições. Quando conversamos, o mandato estava em campanha pela vaga de presidente do Diretório Municipal do partido.

“Agora, por exemplo, essa semana nós precisamos trabalhar o PED, onde que ela é candidata. Então, ficar no gabinete fazendo o que lá, né? Nem é todo dia que tem atendimento de habitação. Então, eu tenho que ficar aqui. E aqui se eu ficar o dia inteiro, tem o dia inteiro gente pra atender, né? A gente anda aqui todo o mutirão chamando os filiados para votar. Você entra na casa de um, o outro já te chama. Aí você vai vendo o tanto de problema que tem. Você tenta ajudar um, o outro já te chama lá”. Apesar de casos de habitação serem a sua especialidade, para essa liderança de movimento é inevitável se envolver com processos de atendimento sobre temas como saúde ou assuntos jurídicos.

“Antes eu era ambulância aqui do mutirão. Teve caso da criança quase nascer dentro do meu carro, porque a SAMU não vinha porque a rua não tava regularizada. (...) Agora graças de Deus todos já estão mais estabilizados, pessoal já conseguiu melhorar um pouco mais de vida. Pelo fato de ter a sua casa própria, não tá pagando um absurdo de aluguel”. Em um caso recente, uma senhora da vizinhança a procurou pedindo que a acompanhasse ao INSS porque precisava fazer uma perícia mas nem ela nem o marido “sabem falar”. Como advogada, ela também aceita pedidos em questões jurídicas. “Um porque quer separar, outro que quer pedir pensão. Então, você tem que dar atendimento jurídico pra cada um, indicar onde que tem que ir, o que tem que fazer”. Muitos desses pedidos chegam até ela na reunião mensal do movimento, que acontece todo terceiro domingo do mês, atraindo moradores e interessados em aderir à mobilização, “então dá 700 famílias”.

Enquanto conversamos, um pedido de ajuda chega por *WhatsApp*. Ela me mostra a mensagem na tela do celular: “Preciso falar com você sobre a fatura da minha casa”. É a filha de uma mutirante. O boleto venceu, ela está no Jabaquara, zona sul, e precisa emitir outro. A assessora parlamentar sugere que a mulher emita um novo boleto na página da COHAB. “Não entra. Falta um número [do processo]”, responde a moradora. “Se não conseguir tem que ir na Av. São João, 299, no atendimento da COHAB”, orienta.

Ela conhece tão bem os procedimentos e as pessoas na COHAB e na SEHAB porque há 29 anos frequenta movimentos de moradia. Em 1992 ela conseguiu uma vaga no mutirão onde ainda vive, mas foi especialmente a partir de 1996, quando se tornou diretora administrativa do conjunto onde também iria morar,

que ela estabeleceu relações pessoais nesses órgãos públicos. A atribuição do seu cargo, naquela época, incluía desde o recebimento do dinheiro da COHAB até a compra dos materiais de construção que seriam usados pelos trabalhadores em esquema de mutirão, construindo suas próprias casas. Esse era o mesmo esquema de movimentos na zona noroeste da cidade, como vimos anteriormente nesse texto. De norte a sul, aliás, mutirões eram articulados com o PT. Além de tocar obras, ela diz que “o movimento sempre teve alguém na questão do partido, onde a gente discutia campanha, discutia política”. Ela se filiou ao partido no mesmo ano em que entrou na coordenação do mutirão, sendo reconhecida como liderança da Associação de Movimentos de Moradia da Região Sudeste.

Depois dessa experiência no mutirão, sua trajetória na área da habitação continua pela Pastoral da Moradia, onde esteve empregada por quase uma década, até ser convidada à coordenar um projeto na UMM. Em 2003, 11 anos depois de aderir ao mutirão, mudou-se para a sua casa.

Nesse período conheceu “muita gente na prefeitura”, “muitos diretores” e outros “contatos legais” que ainda trabalham na SEHAB. “Sei quem é concursado” e quem é comissionado. Com algumas dessas pessoas ela construiu “uma relação diferenciada”, uma “amizade”, porque “acreditam e confiam na gente”, para quem ela pode telefonar quando precisa pedir alguma coisa: “Olha, fulano, aconteceu isso, você pode atender?”. Acontece também o contrário, como quando a pessoa muda de área dentro da prefeitura e liga para dizer onde está: “Se precisar de ajuda conta com a gente aqui”. Além de conhecer as pessoas certas, ela também conhece os “caminhos” na burocracia municipal para conseguir algum tipo de atendimento habitacional para quem pede ajuda, ou para quem ela oferece ajuda. Os pedidos se multiplicaram quando ela assumiu um cargo comissionado na burocracia municipal.

Logo no início da gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016, PT), ela foi indicada pelo mandato de Juliana Cardoso (PT) para a Supervisão de Habitação da Prefeitura Regional de São Mateus, zona leste, onde trabalhou até o fim daquela legislatura. Nesse período, a vereadora teve a oportunidade de indicar diversos aliados para a região, inclusive o prefeito regional. Apesar de já ter colaborado com campanhas da vereadora, essa foi a primeira aproximação

formal entre a liderança de movimento de moradia da zona sudeste e a vereadora da zona leste.

A rotina na subprefeitura incluía “responder todos os processos sobre habitação”, “visitar favelas” e acompanhar “toda questão de risco”. “Quando a família estava na beirada de um córrego”, quando havia risco de deslizamento de terra e inundações, ou em casos de incêndios, a supervisora de habitação encaminhava solicitação de atendimento habitacional para a SEHAB.

Um dos casos que acompanhou foi o da favela Quaresma Delgado, na beira do córrego Cipoaba, distrito São Rafael, extremo leste da cidade. No fim de 2014, a prefeitura determinou a demolição de aproximadamente 400 casas em área de risco de deslizamento de terra para construção de um parque linear ao longo do córrego<sup>33</sup>. Apesar da área ser uma Zeis 1, a proposta inicial era que apenas parte dos atingidos recebesse auxílio aluguel. A supervisora de habitação e o prefeito regional, junto com o mandato de Juliana Cardoso, se engajaram no processo ajudando os moradores a constituir uma associação e encaminhando na burocracia municipal a demanda por atendimento habitacional para todos. Ela diz que conseguiram e que a vereadora ainda é convidada para participar de reuniões da associação, porque ficou “um lance de amizade de ter ajudado”. “Eles qué que a Juliana vai lá, e tudo, falar com eles”. Até o espaço onde acontecem os encontros da associação foi articulado pelo mandato. “Eles vão ter reunião na igreja mensalmente, né, todas as famílias, até eles ser atendido na moradia definitiva”. Em maio de 2016, a vereadora participou junto com o prefeito<sup>34</sup> da inauguração da Casa de Cultura de São Rafael, bem próximo ao local onde as casas ficavam. Segundo a descrição do evento vinculado ao perfil da vereadora no *Facebook*, o seu mandato se empenhou para “viabilizar recursos necessários” para a obra desde 2013.

Para os moradores daquela favela, seria difícil encaminhar sozinhos suas demandas pela burocracia estatal. A supervisora de habitação relata que as solicitações de informação que são parte da “cota de pedidos” da vereadora

---

<sup>33</sup> Conforme informação do Mapeamento Participativo elaborado pelo Observatório de Remoções. Mapa disponível em (consultado em maio de 2018): <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

<sup>34</sup> Como noticiado no site da prefeitura em 14/05/2016. Disponível em (consultado em maio de 2018): <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/inaugurada-casa-de-cultura-sao-rafael>

geralmente são atendidas, as portas se abrem e o “secretário atende”, enquanto servidores “não recebem os moradores”. Como funcionária da prefeitura regional ela tinha mais acesso ainda por “trabalhar dentro do órgão”. Quando estava nesse cargo em São Mateus, eventualmente também atendia a “demandas de habitação” vindas do gabinete da vereadora. Ligavam de lá dizendo que “tem dois casos de habitação aqui, você pode vir aqui atender? Hoje a Juliana não pode atender e mandou passar pra quem é ligado à habitação”. Por exemplo, ela se envolveu no processo de atendimento habitacional de famílias que perderam suas casas num incêndio na região da Prefeitura Regional de Vila Prudente. Os atingidos foram viver provisoriamente em um alojamento oferecido pela prefeitura, até que a cobertura dessa construção começou a desabar. A iniciativa do gabinete foi levantar os números dos processos dos moradores para procurar informações na SEHAB, especificamente no Departamento de Ações Regionalizadas (Dear) Sudeste responsável pela região, e assim descobrir “qual o procedimento para atendimento das família”, “qual o encaminhamento que a gente pode fazer junto”. A supervisora de habitação em São Mateus foi chamada porque sabia a “pessoa pra procurar lá” no Dear Sudeste.

Nas eleições de 2016, o prefeito petista foi derrotado pelo candidato tucano, e Juliana Cardoso perdeu os cargos na prefeitura regional. Antes de sair de lá, no entanto, a supervisora de habitação avisou quem pôde em São Mateus. “Ó, tô saindo. Eu venho pelo mandato da Juliana, não sei se vou para o gabinete, mas a gente vai tar aberto e o gabinete tá aberto. Na hora que vocês precisarem, têm o contato”. A proximidade com o mandato da vereadora reeleita era tanta que, em 2017, saiu da prefeitura regional e virou oficialmente assessora parlamentar, última parada na sua trajetória no mundo da política institucional até o fechamento deste texto.

### **Cargos nas prefeituras regionais**

É bastante comum que carreiras de políticos incluam passagem por instâncias locais da administração municipal. No Rio de Janeiro, por exemplo, Kuschnir (2000) relata como o patriarca de uma família de políticos se aproveitou do “sistema de alianças” em torno do governador do estado, Chagas Freitas (1979-1983, MDB), para indicar seu filho mais velho ao cargo de administrador da Região Administrativa que abrangia seu reduto eleitoral, na zona norte da cidade.



Depois dessa experiência, o filho concorreu à cargos parlamentares, apesar de nunca ter sido eleito. Mas sua irmã, que coordenou campanhas do pai e por anos atendeu aos eleitores que o procuravam, chegou a ser a vereadora mais votada da cidade.

Outro exemplo vem de Brasília, onde moradores do Recanto das Emas acessam serviços públicos e assumem cargos comissionados na administração regional conforme a sua familiaridade com o grupo político que ocupa o executivo e o plenário estaduais, como relata Borges (2003). Ali, aspirantes à político profissional costumam liderar projetos sociais com recursos públicos e privados antes de lançar o próprio nome a um cargo eletivo. O vínculo de projetos do tipo com o nome do coordenador é tão forte que no Recanto até crianças de 12 anos sabem que suas aulas de capoeira podem acabar quando o “político-patrono” do projeto extraclasses não é reeleito (p. 99). Também é comum que o aspirante colabore com campanhas eleitorais de outros candidatos para se aproximar dos mandatos e acessar recursos, como emprego e dinheiro para viabilizar projetos.

Em São Paulo, já vimos na seção sobre “Obras e recursos parlamentares” que o prefeito regional de Pirituba no início dos anos 90 depois foi assessor parlamentar e ainda chegou a ter um mandato como vereador pelo PT. Até a trajetória de Fábio Riva (PSDB) é marcada por essa circulação entre projetos sociais, cargos comissionados e gabinetes parlamentares.

Depois de colaborar com a ATST por aproximadamente 10 anos, Riva foi Coordenador de Assistência e Desenvolvimento Social na Prefeitura Regional de Pirituba/Jaraguá, entre 2005 e 2008. Até ser convidado por pelo prefeito José Serra (2005-2006, PSDB) para assumir o cargo, ele fazia parte da equipe de assessores do então vereador Marcos Zerbini (PSDB). Quando deixou a prefeitura regional, voltou a ser assessor parlamentar, mas dessa vez na ALESP, já que desde 2007 Zerbini é deputado estadual. Fábio Riva disputou a primeira eleição em 2012, mas foi eleito apenas na segunda tentativa, em 2016.

Na prefeitura regional, Riva lidou com demandas habitacionais como, por exemplo, o acompanhamento do processo de remoção do Jardim Brasília ou favela do Onça, às margens do córrego do Onça, no distrito Jaraguá, muito próximo à fronteira do município de São Paulo com Caieiras. O processo de

remoção começou no fim de 2004, quando a CDHU determinou a demolição de aproximadamente 90 casas construídas em uma área não edificante do seu conjunto habitacional Brasilândia B. O motivo alegado é que essa ocupação de terra estaria ameaçando as fundações dos edifícios construídos pela CDHU. As famílias foram para um conjunto do mesmo órgão na zona leste<sup>35</sup>. No entanto, em 2006, deslizamentos de terra provocados por fortes chuvas atingiram as 120 casas restantes da favela. É quando Fábio Riva entra no processo por meio da prefeitura regional responsável pela área. Ele organizou reuniões com os atingidos e intermediou as propostas de atendimento habitacional oferecidas pela prefeitura. Em entrevista publicada pela SEHAB, ele diz que essas reuniões “fizeram com que as pessoas entendessem que a verba oferecida não era a solução definitiva pretendida, mas uma oportunidade de buscarem uma condição de vida um pouco melhor”<sup>36</sup>. Parte dos desabrigados foi para unidades habitacionais no Conjunto City Jaraguá Setor IV, recém-construído perto do local da remoção, e parte recebeu verba temporária de auxílio aluguel<sup>37</sup>. No Habitasampa, portal da SEHAB que monitora questões habitacionais em toda a cidade, como loteamentos irregulares e programas habitacionais, a favela aparece como completamente removida, o mesmo que a foto de satélite indica<sup>38</sup>.

Em 2017, nos primeiros seis meses do seu primeiro mandato como vereador, Riva propôs a criação da Prefeitura Regional do Jaraguá/Taipas<sup>39</sup>. A justificativa para o projeto de lei seria atender à “demanda popular” de aproximar a gestão municipal da população, desafogar a atual regional Pirituba/Jaraguá, fiscalizar o cumprimento da legislação urbanística, melhorar a zeladoria urbana e o controle dos gastos públicos no distrito. No entanto, já sabemos que o valor de uma

---

<sup>35</sup> Conforme notícia no site do governo do estado. Disponível em (consultado em 08/06/2018): <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/habitacao-cdhu-remove-favela-da-zona-norte-para-conjunto-habitacional-iguatemi-d/>>

<sup>36</sup> “Secretaria de Habitação e Subprefeitura de Pirituba removem a favela Jardim Brasília”. Disponível em (acessada em 05/09/2017): <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/noticias/?p=4209>>

<sup>37</sup> Na lista de pessoas que recebem auxílio aluguel da prefeitura em 2018 não há nenhum nome que receba antes de 2008. Portanto, o atendimento oferecido para os desabrigados da favela do Onça foi do tipo temporário, por no máximo 12 meses, e sem perspectiva de moradia definitiva.

<sup>38</sup> A imagem de satélite mostra uma área verde na beira de um córrego. Disponível em (acessado em 08/06/2018): <<https://goo.gl/maps/V27RDXCjNtj>>

<sup>39</sup> PL 384/2017, apresentado em junho e encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça em julho. Em meados de setembro, o prazo regimental para o relator apresentar seu parecer venceu sem nenhuma resposta.

prefeitura regional para um parlamentar vai muito além do ideal de administração descentralizada que aparece na justificativa do PL.

No primeiro ano da gestão de João Doria (2016-2017, PSDB), o prefeito regional de Pirituba era morador da região e ex-presidente do tucanafro, segmento dentro do PSDB. Na gestão anterior, Fernando Haddad (2013-2016, PT) desapontou aliados locais ao indicar um prefeito regional não petista e com perfil supostamente técnico. “Um engenheiro com ligações com o PSD ou sei lá qual partido”, “vê se pode colocar um técnico aqui!”, comentaram indignados durante uma plenária do Diretório Zonal do partido em Pirituba. Reclamaram que depois de todo o esforço de campanha e dos votos que conquistaram na região para um “desconhecido” como Haddad, o resultado é que não tinham acesso à prefeitura regional.

Enquanto os militantes da zona noroeste foram preteridos pelo prefeito petista, as demandas de Juliana Cardoso foram atendidas na zona leste. Não só com cargos em São Mateus, como vimos, mas também com a criação da Prefeitura Regional de Sapopemba, desmembrada de Vila Prudente. A nova prefeitura regional na área de influência de Juliana Cardoso foi uma proposta de campanha da vereadora e do prefeito, concretizada pelo projeto de “reforma administrativa” apresentado pelo executivo e aprovado no legislativo no primeiro ano daquela legislatura<sup>40</sup>.

Como se vê, a equipe do mandato parlamentar, seja no gabinete, na prefeitura regional, nas reuniões do movimento, no centro comunitário do conjunto habitacional ou nas casas dos seus vizinhos, aparece como meio para eleitores acessarem informações, atendimentos, recursos públicos e privados. Quem pede ajuda, por outro lado, se insere em um processo de trocas que envolve população e mandato em relações pessoais habitualmente classificadas como *amizade*. Essas relações são vias de mão dupla, ora um grupo que perdeu seus barracos em um incêndio solicita “atendimento habitacional” e recebe de volta atenção e “encaminhamentos” de um mandato parlamentar, ora o mesmo grupo vota para reeleger o parlamentar que conhece e com quem espera continuar se relacionando, inclusive convidando o político para eventos nos bairros. A equipe

---

<sup>40</sup> Lei 15.764/2013, a partir do PL 237/2013.

do mandato, por sua vez, se esforça para apresentar o gabinete como um lugar sempre aberto à pedidos diversos, apesar de especializado em determinadas *demandas* e *regiões* da cidade. Essas relações de compromisso estabelecidas em torno de processos de atendimento se estendem no tempo e constroem o prestígio do parlamentar e de seus assessores entre eleitores e outros políticos. Enquanto o foco nesse capítulo esteve em encontros entre mandatos e eleitores nos bairros, na próxima seção veremos articulações entre políticos eleitos, autoridades governamentais e empresas em torno de movimentos.

#### 4 AMIZADES E PARCERIAS

“Por que precisamos eleger um vereador?”, pergunta Cleuza Ramos de maneira retórica para a plateia de políticos e autoridades governamentais em evento da ATST na ALESP. Ela mesma responde, “para criar leis que a gente precisa para tocar o negócio”. É na escala municipal que os empreendimentos são aprovados, que o tamanho mínimo de lote é definido, que a propriedade dos imóveis é registrada, entre outros processos que vimos ao longo deste texto. E por que precisam de um deputado estadual? Para negociar apoios do governo do estado, como a provisão de infraestrutura básica dentro do loteamento, e também para replicar em outros municípios o método ATST, que rende casas, votos e compromissos. Replicando seu funcionamento em entidades no interior, a associação paulistana caminha para se tornar um modelo de referência para mobilizações por moradia que envolvem parlamentares e cidadãos no estado de São Paulo. Um processo de standardização, como diria Thévenot (2009), que consolida a influência da ATST na região. Para isso é preciso, na lógica dos líderes desses sem-terra, firmar parcerias com órgãos públicos e amizades com políticos e autoridades locais.

Multiplicar a ATST foi o objetivo do “2º Seminário sobre Moradia EHIS” (Empreendimentos de Habitação de Interesse Social), promovido pelo gabinete de Marcos Zerbini (PSDB) em um auditório na ALESP, em março de 2017. Pelo menos 16 municípios<sup>41</sup> paulistas tinham representantes no encontro. O roteiro da reunião incluía explicar como funcionam os empreendimentos da associação paulistana e as condições políticas para viabilizá-los.

Em 2018, a ATST tem parcerias consolidadas em pelo menos 15 municípios, onde entidades tocadas por políticos de diferentes partidos replicam seus métodos. Quatro meses antes da eleição, Zerbini chega a participar de reuniões com centenas de associados em três municípios diferentes em apenas dois dias. Nas próximas páginas veremos como o mandato desse deputado estadual em busca da reeleição atrai interessados em criar movimentos de moradia no

---

<sup>41</sup> Américo Brasiliense, Bananal, Barão de Antonina, Barueri, Brodowski, Buritzal, Conchas, Coronel Macedo, Lins, Mogi das Cruzes, Piratininga, Promissão, Quadra, Santa Clara d'Oeste, Santana de Parnaíba, Taquarituba.

interior, e como são costurados compromissos entre políticos até a inauguração de um empreendimento.

### **Com prefeito, com tudo**

No seminário da ATST na ALESP, Marcos Zerbini (PSDB) chega a brincar que “o pessoal acha que deputado” não serve para muita coisa. Naquele dia, no entanto, seu discurso é para mostrar que “algumas portas a gente ajuda a abrir” com a “força política que a gente tem”, graças à rede de relações que construiu junto com o movimento. Sua relação com o governador, a quem chama apenas de “Geraldo”, por exemplo, já beneficiou a primeira Área de uma entidade como a ATST em Novo Horizonte, município a 400 km da cidade de São Paulo. O governador teria “decretado” ao secretário estadual de habitação que enquadrasse o empreendimento no Prolurb, destinando R\$ 10.000 por lote a fundo perdido para implantar infraestrutura básica no loteamento, como energia elétrica, rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário, escoamento de águas pluviais e vias de circulação<sup>42</sup>. “Então, a infraestrutura vai sair a custo zero. O pessoal pagou o terreno, infraestrutura a custo zero, eles vão ter o lote urbanizado a 6 mil reais”, conclui Zerbini. Para reforçar a relação com o governador, exibe-se um vídeo com o próprio Geraldo Alckmin (PSDB) dizendo no que parece ser o palanque de uma inauguração: “Esse casal sua a camisa, levam a sério a verdadeira vocação de todos nós. A verdadeira vocação de cada homem e cada mulher é servir às pessoas. Então, um abraço muito carinhoso à Cleuza Ramos e a Marcos Zerbini. Parabéns pela luta de vocês”. Palmas da plateia no seminário de habitação.

O governo estadual, no entanto, provê a infraestrutura apenas dentro do loteamento, então ainda é preciso ligar à rede pública. Para isso, Zerbini também diz ter um acordo com o diretor de interior da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp) para reproduzir no interior o acerto que tem com ATST na capital: levar abastecimento de água e rede de coleta de esgoto até o empreendimento, sem custo. “Então a gente já começa com um compromisso do diretor da Sabesp”.

---

<sup>42</sup> Infraestrutura mínima conforme definida na Lei nº 6766/1979.

O deputado também sabe como atrair a rede de energia elétrica sem custo. Basta que a prefeitura decreta o loteamento como de interesse social para que possam acionar a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Conforme a Resolução Normativa 414/2010, é dever da companhia de energia conectar a sua rede de distribuição ao sistema do empreendimento de interesse social, “então a gente geralmente não tem dificuldade de implantar a energia”.

O custo mais difícil de contornar, no entanto, é a pavimentação das ruas. Das duas uma, ou o município ajuda ou os moradores tem que ratear o custo. “Aqui em São Paulo, quando a prefeitura é mais amiga a gente consegue tirar da prefeitura”, como conseguiram na 22ª Área durante uma gestão de um prefeito aliado, situação citada anteriormente. Apoio da prefeitura também é essencial no processo de aprovação do loteamento, liberação das licenças para construção e legalização das casas prontas para emissão das escrituras individuais. Sobre essa questão o deputado é categórico: “Dá pra fazer isto [loteamento tipo ATST] onde o prefeito estiver afim de fazer. Se a prefeitura não estiver afim, o tamanho da briga é imenso. Por exemplo, o que a gente tá combinando em Novo Horizonte? A equipe aqui de São Paulo vai fazer os projetos, já tão fazendo alguns, e nós vamos entregar a planta pro pessoal [morador] poder protocolar na prefeitura com uma conversa previamente aprovada já na prefeitura”. Já vimos neste texto que sem essa parceria com a prefeitura a emissão do título individual de propriedade de um lote pode demorar duas décadas.

Em Novo Horizonte, Zerbini diz contar com o apoio do prefeito Toshio Toyota (PPS), da vice-prefeita Bete Baleiro (PSDB), e de pelo menos um vereador, Amilcar Raphe (PSD). Esse parlamentar apresentou projeto<sup>43</sup>, aprovado pelo plenário da Câmara Municipal em março de 2016, para declarar de “utilidade pública” a Associação de Moradia Amigos de Novo Horizonte (AMANH). As ruas de Alto do Taquaral, primeiro loteamento da entidade no município, começaram a ser abertas em março de 2017, junto com a demarcação dos lotes. Aproximadamente 600 famílias viverão ali, como divulgado no perfil oficial da prefeitura no *Facebook*<sup>44</sup>, que no mesmo *post* também anunciou a data do sorteio dos lotes. No mesmo dia, Zerbini e Cleuza Ramos divulgaram fotos suas

---

<sup>43</sup> Projeto de Lei no 4.907/15

<sup>44</sup> Como divulgado no perfil de Prefeitura de Novo Horizonte no Facebook em 20/03/2017.

ao lado de tratores na Área, então apenas um enorme terreno de terra batida. Dias antes, o deputado havia divulgado um vídeo no *Youtube* comunicando a aprovação do loteamento pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (GRAPROHAB), e que as negociações com a Sabesp estavam em andamento<sup>45</sup>. Além disso, o deputado fez indicações parlamentares ao orçamento do estado para destinar recursos à Secretaria de Planejamento de Novo Horizonte gastar com infraestrutura urbana, entre 2013 e 2016, que somam R\$ 3.700.000,00<sup>46</sup>.

Com todos esses mecanismos para reduzir custos, o preço de um lote de 150 m<sup>2</sup> no loteamento Alto do Taquaral ficou em R\$ 6.000,00, e cada comprador teve que pagar 30% de entrada e o restante em 12 parcelas de R\$ 350,00, segundo Zerbini. O segundo empreendimento da entidade irmã da ATST em Novo Horizonte, Cana do Reino, deve receber entre 600 e 800 famílias, como Zerbini disse em uma reunião com os moradores em setembro de 2017.

O método das associações e movimentos no interior paulista replica o da ATST paulistana. Primeiro, convidam os interessados para reuniões onde apresentam a história da associação pioneira de Zerbini e Cleuza Ramos e como funciona a compra coletiva da terra. Como o deputado gosta de frisar, ele não vende lotes, mas quer fazer todos virarem loteadores junto com ele. Nessas reuniões também procuram convencer os interessados a poupar, “pro pessoal entender que tem que fazer um sacrifício pra poder juntar um pouco de dinheiro e comprar coletivamente essas áreas de terra”, como Zerbini disse na seminário na ALESP. Em maio e junho de 2018, a ATST divulgou reuniões nos municípios de Catanduva, Jaboticabal, Lins, Matão, Novo Horizonte, Planalto, Pradópolis, Santa Rosa do Viterbo, São Carlos, São Lourenço do Turvo e Tambaú.

O passo seguinte é criar uma associação, como a AMANH, em Novo Horizonte. Para isso, é preciso ter alguma liderança local que queira assumir a responsabilidade sobre o projeto. No caso do Movimento de Moradia de Pirassununga, quem assume é o vereador Jeferson Couto (MDB); o Movimento

---

<sup>45</sup> Disponível em (consultado em 20/03/2017): <[https://www.youtube.com/watch?v=B\\_DKFPFSaNE](https://www.youtube.com/watch?v=B_DKFPFSaNE), acessado em 20/03/2017>

<sup>46</sup> Esses recursos constam nos projetos de lei orçamentárias daqueles anos, por isso não necessariamente foram empenhados. Mesmo que não, a iniciativa do deputado estadual paulistano já serve como prova do compromisso com o município de Novo Horizonte.



de Moradia de Américo Brasiliense tem apoio do prefeito Dirceu Pano (PSDB), da vice-prefeita Terezinha Viveiros (PTB) e do vereador Diego Viveiros (PTB); em Santa Lúcia, quem participa de eventos da entidade local são o prefeito Luizinho (PR) e os vereadores Edmilson Marane (PTB), Milton Cerqueira Leite (Tatu) (PSC), Mário Silva (PATRI) e Guilherme (PP). Todos esses municípios e mais Nova Europa, o mais longe a 300 km da capital, foram visitados por Zerbini, Cleuza Ramos e coordenadores da ATST para conhecerem possíveis áreas de compra, junto com os políticos locais citados e mais centenas de associados, em junho de 2018. Visitar áreas é a terceira etapa do processo de loteamento criado pela associação.

Depois da visita, estuda-se quantas casas podem ser feitas na Área para estimar o preço de cada lote. A capacidade de pagar esse preço é o primeiro critério para selecionar quem vai poder participar da compra coletiva. O segundo critério é a quantidade de pontos na carteirinha, relacionado principalmente à quantidade de presenças nas reuniões, com a ressalva de que ninguém que já tenha um imóvel próprio pode participar.

Em maio de 2018, o Movimento Popular por Habitação de Interesse Social em Matão, a 300 km da cidade de São Paulo, estava na fase de seleção dos compradores da primeira área no município, onde cabem 1.500 lotes. Zerbini participou da visita ao local com os futuros moradores, quando ele próprio puxou pessoas pelo braço para ajudá-las a vencer um barranco, sair da trilha e voltar para a estrada de terra que corta um grande canavial. Não há nenhuma construção à vista nessa área rural, como aparece no vídeo compartilhado no *Facebook* do deputado<sup>47</sup>. Desse evento também participaram o vereador Jonas Garcia (SD) e o diretor do Departamento de Habitação da prefeitura. Esse último, o líder da entidade local, comemorou dois dias antes da visita a aprovação na Câmara Municipal de lotes mínimos de 160 m<sup>2</sup>. Após a visita, ele compartilhou no seu perfil no *Facebook* um aviso aos interessados em participar da compra coletiva da Área que não pegaram a “filipeta das propostas” de pagamento para comparecerem ao plantão no dia seguinte, portanto número de cadastro no

---

<sup>47</sup> Como divulgado no perfil de Marcos Zerbini no *Facebook* em 31/05/2018.

movimento e quantidade de presenças<sup>48</sup>. A primeira reunião do movimento em Matão aconteceu seis meses antes, e contou com a presença do líder local, do prefeito Edinaldo Esquetini (PSB) e do secretário de obras do município.

Com a terra comprada, começa a elaboração do projeto e o processo de aprovação do loteamento nos órgãos locais e no GRAPROHAB, até a licença de obra. Tudo isso com ajuda dos arquitetos da ATST na cidade de São Paulo. A última fase do método ATST é acompanhar a construção das casas. Apesar do deputado garantir que nunca aparecem barracos nos empreendimentos por determinação da associação, não conseguem impedir que as casas saiam diferentes do que foi aprovado na prefeitura, o que dificulta a emissão de documentos individuais de propriedade. Mais do que um problema legal, a falta de fiscalização durante as obras pode comprometer a qualidade do loteamento.

No seminário promovido pela ATST na ALESP, a secretária de habitação de Santana do Parnaíba questionou se a entidade não promoveria construções irregulares que poderiam virar um “problema urbanístico”. Ela concorda que os líderes da associação paulistana parecem mais “comprometidos” que outros movimentos de moradia, mas ainda assim comenta as dificuldades que enfrenta na sua cidade. Alguns movimentos “acabam criando mal-estar com os municípios e acaba parecendo até que existe um muro entre o poder público e a entidade”. Ela diz também ter um comprometimento com a questão da habitação, mas bate de frente com entidades que chegam com “bandeira política” e dizem que vão se valer de recursos federais para fazer habitações. Por exemplo, três proprietários de terra na cidade teriam acreditado nessa possibilidade e firmado opção de compra com o líder de um movimento. O prazo do acordo venceu e nada foi pago, mas os integrantes do movimento seguiram acreditando que iriam morar naquelas terras. “Eu tô na iminência de fazer até uma ação, tô estudando na verdade uma ação jurídica. Acaba sendo até estelionato, porque eu tô prometendo uma coisa que eu não cumpri”, diz a secretária de habitação sobre a entidade com a qual se opõe. “Infelizmente acontece muito, na época de eleição principalmente, né?”, responde Zerbini, comentando sobre outros movimentos que surgiram na região noroeste de São Paulo prometendo casas

---

<sup>48</sup> Como divulgado no perfil do o diretor do Departamento de Habitação de Matão em 31/05/2018.

sem obrigação de frequentar reuniões, mas nenhum teria ido tão longe quanto a ATST. Talvez porque os líderes desses sem-terra estão mais preocupados em fazer acordos do que oposição baseada em princípios e ideais.

A prática dos parlamentares da associação de tentar constantemente costurar compromissos com políticos e autoridades governamentais para acessar cada vez mais recursos lembra a “expressão governista” do poder local identificada por Nunes Leal (1997). Na década de 1940, o autor já atribuía à “fraqueza financeira dos municípios” a necessidade de se cultivar boas relações com políticos de esferas mais altas (p. 66). Assim, os líderes locais conseguiriam se inserir na troca de recursos que engendrava o “sistema de compromissos” do mundo da política institucional na época (p. 74). Nas últimas décadas do século XX, no entanto, Moacir Palmeira (2010b) percebe que o “governismo” teria sido reforçado ao ponto de virar um senso comum reproduzido até por eleitores. Por exemplo, o trabalhador rural que aprendeu com o pai a votar sempre “com o governo”, porque “tem que haver uma ordem”, ou porque “tem que ser tudo de acordo” (p. 130). Depois da Constituição de 1988, os municípios ganharam mais atribuições, implicando em mais gastos e investimentos, mas ainda sem recursos em quantidade suficiente para prescindir do apoio estadual e federal. E no mundo da política institucional, a circulação de recursos ainda dependia de acordos pessoais entre políticos (ROLNIK, 2009).

Em 2018, a justificativa para municípios procurarem alternativas oferecidas por entidades como a ATST é a crise econômica. Foi com esse discurso que Zerbini abriu o seminário na ALESP para políticos do interior. O seu mandato e a ATST poderiam ajudar a enfrentar problemas como a falta de moradias e a incapacidade de prefeituras produzirem habitação popular, tanto por falta de dinheiro quanto por falta conhecimento sobre como lidar com a complexidade da burocracia estatal em diferentes níveis de governo. A atuação desse deputado estadual junto a líderes locais em todos os municípios citados aqui é um exemplo de que esses diferentes níveis são constantemente articulados em torno de compromissos e trocas de recursos, como também percebeu Bezerra (2001) investigando relações entre deputados federais, vereadores e prefeitos.

Apesar da relação proposta pelo deputado começar dentro da ALESP, passar por repartições estaduais e Câmaras municipais, ele diz que essa não é

simplesmente “uma troca política”. “Eu acredito muito que até mesmo a questão política nasce de uma relação humana. Se você não constrói amizade, não serve pra nada. Você pode até arrumar voto aqui hoje, lá amanhã, mas é uma coisa que não dura. Não tem raiz, não vira. Então, o resultado político ele nasce naturalmente de uma relação de amizade quando ela é verdadeira”. A devoção de Zerbini pelas relações que estabelece com políticos em prol de um “bem comum”, como ele faz questão de frisar, se confunde com sua devoção religiosa.

Todo ano ele e sua esposa fazem peregrinação à pé até Aparecida, município a 180 km da cidade de São Paulo, e convidam os associados da ATST para irem junto. O casal faz parte do movimento católico Comunhão e Libertação, cujo mote ele explicou em uma reunião com dois prefeitos do interior: “A vida só se realiza quando ela é doada, porque ela é dádiva de Deus”. Para *doar* cada vez mais, como vimos acompanhando sua trajetória política, Zerbini sempre busca expandir suas redes, atualizar compromissos, ser reeleito. A sua devoção, então, parece combinar bem com o *espírito* que um político precisa ter para se manter relevante no mundo da política institucional. Como no “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss (2008), qualquer doação costuma envolver trocas de diferentes espécies. Nas reuniões com Zerbini, por exemplo, acontece até das pessoas se comoverem às lágrimas enquanto discutem como montar uma nova entidade.

### **Trabalho social que emociona**

O índice mais alto de lágrimas por participantes em uma cena da ATST que acompanhei aconteceu em uma sala de reuniões na ALESP. O tema do encontro promovido pelo gabinete de Zerbini era como funciona a entidade Educar para Vida, na qual as pessoas se filiam para fazer curso superior em faculdades particulares com descontos imbatíveis em São Paulo, e como reproduzi-la em outras cidades. Os convidados eram o prefeito de Taquarituba, Bola (PSDB), o prefeito de Coronel Macedo, Betinho (PROS), além de sua esposa, “a primeira-dama mais nova do estado” segundo seu próprio marido, e uma representante da Faculdade do Sudoeste Paulista, em Avaré, todos municípios paulistas a até 350 km da capital.

Naquela terça-feira fria de abril de 2017, o primeiro a chorar é Marcos Zerbini. A emoção o arrebatava enquanto conta a história de uma mãe que só encontrava o filho nos finais de semana, ainda que morem na mesma casa. Toda noite ela

disse à Zerbini que colocava uma bala no quarto do adolescente para quando ele acordar saber que ela esteve em casa, mas saiu cedo para trabalhar e chegou tarde. Diante de tanto sofrimento, ele diz estar “convencido que estamos perdendo a humanidade”, e que a “função da política” devia ser recuperar a humanidade. Realizando o “sonho” de fazer curso superior, os jovens das famílias associadas à ATST talvez consigam encontrar um emprego melhor. Para isso criaram a Educar para a Vida. Todos assistem em silêncio ao choro de Zerbini. Ele se cala mas os participante permanecem do mesmo jeito. Um de seus assessores pede para exibirem um vídeo, outro assessor aperta o *play*.

Com as luzes apagadas, a sala com piso de madeira, cadeiras pretas e mesa cinza fica bastante escura. Na parede, uma baiana jovem que perdeu o filho ainda criança atropelado por uma moto aqui em São Paulo dá seu depoimento para a câmera enquanto acaricia um troféu dourado. Ela terminou enfermagem mesmo trabalhando das 7h às 17h e estudando das 18h30 às 22h. Uma vez por mês, geralmente aos sábados, durante todo o curso, também frequentava as reuniões de "formação para vida" na sede da associação. Três faltas e ela perderia o direito à bolsa. Antes do vídeo terminar a primeira-dama está chorando ao meu lado.

No outro evento do gabinete na ALESP, o seminário de habitação, quem chorou foi Bola. Ele pegou o microfone para agradecer a apresentação do casal de criadores da ATST, mas ficou com a voz embargada ao comentar o depoimento de vida de Cleuza Ramos. Ela contou que superou a pobreza da infância no interior e depois mais pobre ainda quando sua família foi morar no “pé do Pico do Jaraguá”, criou uma associação para produzir habitação e atraiu Marcos Zerbini para a causa. O deputado costuma dizer que sua esposa é a "alma da ATST", além dela ser a presidente oficial da entidade. O auditório fica em total silêncio com o choro do prefeito, quebrado apenas pelas palmas de um assessor de Zerbini, que eventualmente contaminaram toda a plateia.

Como no movimento de moradia, o método da Educar para a Vida começa com a identificação de possíveis interessados. Logo em seguida, cria-se uma entidade para intermediar os descontos e firmar parcerias com faculdades privadas. A representante da Faculdade do Sudoeste Paulista diz achar a ideia “sensacional”, até porque os professores ganham bônus se tiver pouca evasão

de alunos. “Agora fica na mão dos meninos [os prefeitos] organizarem uma entidade”. Todos os presentes concordam em fazer as primeiras reuniões em Coronel Macedo e Taquarituba, com “toda a comunidade” e com presença do deputado, em dez dias. Assessores de Zerbini se comprometem a mandar o texto para divulgarem nas rádios locais. Depois de quase duas horas na sala de reuniões, o grupo vai tomar “um café de verdade” no gabinete.

Caminhamos até lá. Depois da porta, cruzamos a luxuosa antessala, com três cadeiras Barcelona pretas e uma mesa de centro, e paramos para tomar café entre a copa e as mesas dos assessores. O assunto muda. Enquanto se preparam para tirar uma foto abraçados no meio do gabinete, comentam as manchetes de jornal que acusam o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) de envolvimento com um esquema de propinas de uma grande construtora com contratos públicos em todo o país. “Eu conheço bem o Geraldo e tenho certeza que ele não pôs um centavo no bolso”, acrescentando que espera que o “sistema de campanha” mude para que a pessoa que aceita doação não seja acusada de desonesta. “A empresa chega pra você e fala ‘quero te ajudar mas não quero aparecer’, você vai falar o que?”. Para o deputado, “quem faz campanha faz caixa dois”, menos ele. “Minha campanha é muito barata, porque a gente tem um trabalho social”.

Graças ao trabalho da ATST, os parlamentares podem aproveitar um banco de dados de contatos de pessoas que algum dia procuraram cursos ou frequentaram reuniões da associação. Como no primeiro encontro do curso de pedreiro e azulejista, narrado anteriormente, quando a mestre de cerimônias perguntou quem “veio aqui que recebeu a mensagem pelo *WhatsApp*, gente? Do Fábio Riva, foi isso?”. “Da associação”, responde a plateia. Esses contatos também servem para fazer campanha. Em 2016, por exemplo, Riva enviou mensagens para números de seguidores da ATST pedindo votos e recebeu muitas respostas positivas. “Lembro sim! Riva, meu voto já é seu... Obrigado por tudo!!!”, “Conte c meu voto...so tenho a agradecer pela forca que me foi dada p eu concluir meu curso!”, “Fábio, estou com você parceiro o meu voto já é seu fica

tranquilo. Marcos e você é prioridade. Abraço!”, “Pode contar com meu voto e da minha família”, “E nos Dr Fabio... conte com meu voto”<sup>49</sup>.

### **Doação com encargos**

No pequeno espaço aberto de uma janela de alumínio cabem quatro adultos e mais duas crianças, entre elas Geraldo Alckmin (PSDB), governador de São Paulo. “Nós estamos aqui com o Gabriel, com a Pietra, a mamãe Gisele, o papai Cássio, Marcos Zerbini, da Associação dos Trabalhadores Sem-terra de São Paulo, entregando 400 apartamentos aqui no Jaraguá, aqui na capital. São 400 famílias que se uniram numa associação, compraram o terreno, aprovaram o projeto, lutaram e hoje realizam o sonho e o direito da casa própria”, ele diz para a câmera. Antes, o vídeo compartilhado no perfil do governador no *Facebook* mostrava imagens de crianças brincando em uma gangorra, meninos jogando futebol, prédios de quatro andares recém-pintados<sup>50</sup>.

A inauguração do Conjunto Habitacional Jaraguá, construído com recursos da CDHU em um terreno doado pela ATST, em março de 2018, atraiu ainda outros políticos do PSDB. A cerimônia oficial foi em cima de um palanque com um púlpito no centro, onde era exibida a placa de fundação do empreendimento. Enquanto Zerbini elogiava sua esposa ao microfone, no fundo do palco Cleuza Ramos era abraçada por João Doria, prefeito, ao lado dele Bruno Covas, vice-prefeito, e do outro lado dela Fábio Riva e o governador. Menos de um mês depois, os três políticos no executivo mudaram de cargo. Alckmin e Doria deixaram suas cadeiras para concorrer a cargos eletivos em esferas mais altas de governo, e Bruno, neto de Mário Covas, assumiu a prefeitura.

A 23ª Área, Voith, foi comprada em 2001 por 804 pessoas. O terreno foi doado à CDHU, que construiu o conjunto organizado em dois lotes, um com 404 apartamentos e o outro com 400. Em outubro de 2017 aconteceu o primeiro sorteio das unidades habitacionais entre os associados da ATST, na sede da associação. Em dezembro do mesmo ano, uma funcionária da área social da

---

<sup>49</sup> Como consta na lista com números de telefones paulistanos e os textos das mensagens que li por acaso, no verso de um papel no qual do outro lado um assessor imprimiu um PL para mim, no gabinete do vereador, em junho de 2017.

<sup>50</sup> Como divulgado no perfil de Geraldo Alckmin no *Facebook* em 18/03/2018.

CDHU foi à última reunião dessa Área, na sede da associação, antes da entrega das chaves. O processo até a mudança definitiva ainda envolvia algumas etapas.

Primeiro, aguardar um telegrama com a convocação para assinar contrato de compra do apartamento. Como a ansiedade era grande e muitos ainda não haviam recebido essa mensagem, a funcionária da CDHU lê o bilhete: “Solicitamos o seu comparecimento e do cônjuge, se houver, e demais componentes de renda, portando RG na data, horário e local abaixo descritos para assinatura do contrato referente ao empreendimento Jaraguá. Data: 16 de dezembro. Horário: 15h. Local: CDHU Sede, Rua Boa Vista 170, centro de São Paulo, próximo ao metro São Bento, linha azul. Favor apresentar esta convocação”. As chaves só chegariam nas mãos dos associados, no entanto, depois que luz e gás estivessem instalados nos apartamentos. O prazo dessas ligações depende das concessionárias, e não apenas da CDHU.

Outro passo nesse processo é compatibilizar a agenda técnica da burocracia estatal, que envolve diferentes órgãos, com a agenda política, que transforma em evento a conclusão de um empreendimento. Como sintetiza a funcionária da CDHU: “A entrega das chaves depende da ligação de energia e gás. A partir da assinatura do contrato, a área comercial vai encaminhar para a área de obras a relação de sorteados, nós vamos estar encaminhando pra Eletropaulo pra pedir a luz. Com relação ao gás, possivelmente no dia da entrega, no dia 22, depois de tudo com o governador, pode ser que a gente ainda continue com vocês lá pra coletar assinatura na adesão individual de cada apartamento do gás”. A “entrega” no dia 22, como Cleuza disse logo depois, é apenas “simbólica” já que os moradores ainda não teriam permissão para viver no conjunto. “O governador vai lá só pra aumentar o lbope dele”, diz uma senhora na plateia ao meu lado.

O dia da mudança definitiva só chega quando um vistoriador da área de obras da CDHU entra em cada apartamento com os futuros moradores para verificarem juntos se tudo está funcionando corretamente. Ao longo de todo o processo, a CDHU também organiza três reuniões com os moradores. Uma com técnicos da área de obras da companhia, para explicar as regras de segurança da edificação. Por exemplo, não é permitido usar botijão de gás, e qualquer obra tem que ser autorizada por um engenheiro ou arquiteto contratado pelo morador. As ideias de obras, aliás, começam a surgir muito antes da mudança. Além de fazer o



revestimento do piso, já que as unidades são entregues no osso, direto no concreto da laje, alguns já planejam aumentar alguns cômodos. “Não sei como vou fazer sem cozinha”, comenta uma mulher. Outra responde, “Como sem? Você tira essa porta aqui e a parede e pronto! Vou por minha geladeira de três portas”. Elas gargalham. As duas estão na associação desde 2002. A segunda reunião é para apresentar os custos de manutenção do conjunto e definir o valor do condomínio. A última é a “assembleia geral ordinária de instalação de condomínio”.

“Ah, agora eu vou entrar no meu apartamento, chega de coisa’. Chega nada”, diz Cleuza Ramos quando o microfone volta para suas mãos. “Vocês escutaram a moça da CDHU. Deu pra perceber que a luta da casa é pra vida inteira, né, não acabou. Então, a luta da casa é pra sempre, não acaba nunca”.

Na 23ª Área, foram 17 anos até chegar o momento da mudança. Um dos associados explica que “a construção nem demorou tanto, o problema foi a burocracia”. Em geral, os associados compram o terreno e constroem suas casas com recursos próprios, enquanto o poder público oferece infraestrutura e outros serviços aos loteamentos. A 23ª Área é um dos poucos empreendimentos de prédios da ATST e foi como um “piloto”, a primeira parceria com a CDHU que fez apartamentos com sacada. O futuro morador diz que Zerbini quer fazer outros do mesmo tipo. Além de buscar parcerias com o estado, a ATST também procura mecanismos para envolver a prefeitura em processo semelhante de produção de conjuntos habitacionais.

Com apenas um mês no seu primeiro mandato parlamentar, Fábio Riva (PSDB) apresentou projeto<sup>51</sup> para “disciplinar a aceitação pela Administração Pública Municipal de terreno para construção de moradias populares”<sup>52</sup>. Se aprovado, uma “associação civil”, “cooperativa” ou “sindicato” poderá doar um pedaço de terra para a prefeitura e esperar a construção de unidades habitacionais ali. Como contrapartida à “doação”, os órgãos municipais têm o “encargo” de “construir ou financiar a construção, no terreno doado, de habitações de interesse social ou de mercado popular”, como descrito no Item 1 do Artigo 1º

---

<sup>51</sup> PL 01-00044/2017, apresentado pelo vereador em 03/02 e publicado no Diário Oficial da Cidade (DOC) em 08/02/2017, p. 68.

<sup>52</sup> Justificativa - PL 0044/2017

desse PL. No Art. 5º fica claro que a entidade doadora do terreno terá exclusividade para indicar os moradores, independente dos “demais inscritos, (...) existentes ou futuros, [em programas] de habitação popular ou de interesse social” – ou seja, independente da demanda cadastrada na COHAB ou na SEHAB. Se a associação doadora não tiver gente suficiente para ocupar todas as unidades construídas com recursos públicos, então podem ser chamadas pessoas cadastradas nas filas da prefeitura, desde que se submetam ao “regulamento da entidade”, como se entende do Art. 5º combinado com o 6º. A intenção do PL seria “facilitar o acesso a terrenos” pela prefeitura como um todo, segundo um assessor do vereador, e não apenas facilitar o acesso da ATST a recursos municipais para construção de casas ou apartamentos em suas terras. O assessor, no entanto, admite não conhecer outra associação na cidade que faça compra coletiva de grandes terrenos. “Pode estimular novas entidades”, completa otimista.

A opinião do relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa não foi tão favorável. O vereador Caio Miranda (PSB) julgou “ilegal” e “inconstitucional” a proposta de obrigar o poder executivo a aceitar doações com contrapartidas – quase como a institucionalização da obrigação de dar e de receber que Marcel Mauss (2008) identificou em sociedades sem legislação escrita. O relator sinalizou que o PL não passaria da primeira etapa deliberativa no processo de aprovação de novas leis na Câmara, a referida Comissão.

Para o assessor da liderança do PT na Câmara que escreveu parecer sobre o tema aos vereadores da legenda, o projeto de Riva pode comprometer o orçamento da prefeitura para produção habitacional com empreendimentos exclusivos das entidades doadoras, algo como “um fura-fila institucionalizado para a ATST se apropriar de recursos públicos”. Ciente da rejeição iminente da proposta, Riva retirou o PL da pauta da comissão antes de ser votado, em abril de 2017. Seu assessor justificou o recuo dizendo que querem sanar a “dúvida” se o projeto “obrigava o poder público ou não”. Em junho do mesmo ano, o assessor sugeriu que o PL poderia voltar depois do recesso parlamentar. De fato, em agosto o texto foi liberado pela Comissão de Constituição e Justiça para seguir o processo de tramitação na Câmara. Finalmente, em setembro, o PL foi aprovado em primeira discussão, mas ainda faltam etapas para que vire lei.

## 5 PARLAMENTARES E MOVIMENTOS

Apesar de movimentos de moradia serem tradicionalmente associados com partidos como o PT, os políticos com os quais o deputado estadual Marcos Zerbini (PSDB) e sua Associação de Trabalhadores Sem-terra de São Paulo (ATST) se relacionam são de diversas siglas. Em 2018, há entidades locais que replicam a ATST e se auto intitulam com expressões como “movimento de moradia”, “movimento popular” ou “de interesse social” em pelo menos 15 municípios<sup>53</sup> do interior do estado de São Paulo, e políticos filiados a 12 partidos<sup>54</sup> participam de eventos ou lideram essas entidades.

Outro indício de que a articulação inicial de grupos que lutam por moradia popular, historicamente próxima do PT e de comunidades eclesiais de base, alcança diferentes partidos é a semelhança na organização dos movimentos em torno dos sem-terra tucanos e dos sem-teto petistas. Apesar das diferentes visões sobre *adquirir* ou *ocupar* terra, todos investem em uma forma muito semelhante de organizar os seus seguidores e interferir no mundo da política institucional para acessar recursos públicos.

Compartilham, por exemplo, o mesmo jeito de organização da demanda por habitação conforme a quantidade de presenças dos seguidores nas atividades do movimento. Essa pontuação por participação é o critério objetivo de justiça que orienta quem deve acessar atendimento habitacional primeiro. Outra semelhança é a proibição de ter imóvel próprio para participar de qualquer empreendimento de moradia subsidiada, como costuma ser regra em qualquer programa habitacional.

Todos os movimentos citados nesta dissertação, sejam réplicas da ATST ou articulados com parlamentares do PT, têm forte vínculo com o território, como a ATST em vizinhanças quase rurais na zona noroeste ou a entidade ligada à UMM na zona sudeste.

Esses movimentos também compartilham um jeito de se engajar com reivindicações locais tão diversas como transporte, saúde, segurança, educação

---

<sup>53</sup> Américo Brasiliense, Catanduva, Lins, Jaboticabal, Matão, Nova Europa, Novo Horizonte, Planalto, Pirassununga, Pradópolis, Santa Lúcia, Santa Rosa do Viterbo, São Carlos, São Lourenço do Turvo, Tambaú.

<sup>54</sup> MDB, PEN, PP, PPS, PR, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PTB, SD.

e saneamento, de acordo com as múltiplas dimensões da vida que se articulam em torno da casa. Como são demandas por investimentos públicos, o movimento reivindicatório tem que se relacionar com o mundo da política institucional. Mas, como vimos, não basta procurar um serviço de atendimento ao público em um órgão estatal. É preciso conhecer os caminhos na burocracia, saber a quem pedir, estabelecer compromissos e se envolver em uma série de trocas. E um meio para se chegar nesse mundo é pedindo ajuda a um parlamentar.

Fazer um novo bairro, um novo “pedaço de cidade”, como Cleuza Ramos disse quando inaugurou o asfalto em um loteamento, significa ao político a oportunidade de uma série de encontros com a população, com potenciais eleitores, por meio de processos de atendimento que não se resolvem rapidamente. Assim, a longa duração dos processos de produção habitacional com algum tipo de apoio estatal aparece como outra dimensão importante para entender porque compromissos estabelecidos em torno da casa podem ser determinantes para a manutenção de uma posição de influência no mundo da política. O prestígio construído junto com as casas, com obras de utilidade pública e outros serviços pode render votos por muito tempo, desde que os compromissos sejam renovados periodicamente, desde que os atendimentos na vizinhança nunca acabem.

É preciso, no entanto, que o eleitor não seja entendido na relação com o parlamentar apenas como seguidor que troca voto por qualquer favor. O mandato parlamentar junto com o movimento local oferecem alguma esperança à quem não pode contar com um sindicato ou outra organização de apoio organizada a partir do trabalho, à quem vive em uma vizinhança precária onde é preciso lutar para conseguir serviços públicos básicos. Os parlamentares, assim como os movimentos articulados com eles, oferecem alguma confiança de que as demandas da associação de bairro serão contempladas. O atendimento personalizado procurado pelos eleitores aparece, então, como um meio para lidarem com a complexidade da burocracia estatal e para acessar recursos públicos muito disputados. Por isso, a relação entre movimentos e políticos, mais do que uma prática orientada apenas para resultados eleitorais, é também uma forma de a população se relacionar com o Estado. Em outras palavras, a

interação entre eleitores e parlamentares por meio da forma atendimento contribui para o processo de produção do Estado.

A relação entre movimentos de moradia e a política institucional é tão importante que políticos como Marcos Zerbini (PSDB) e Fábio Riva (PSDB) só ocupam um lugar no governo por causa do movimento. Eles são influentes no mundo da política ao ponto de políticos de diferentes partidos em diversas cidades replicarem suas práticas. Outro exemplo é Juliana Cardoso (PT), que tem assessores especializados em encaminhar demandas habitacionais com movimentos de moradia. Apesar dessas relações renderem votos e casas com segurança na posse, não reduzem a emergência habitacional na cidade de São Paulo. Pelo contrário, vimos neste texto como parlamentares agem para aumentar seu acesso a recursos habitacionais em detrimento de demandas vindas de fora dos seus redutos.

Talvez os processos de atendimento relatados nessa pesquisa possam ser classificados como práticas clientelistas. E talvez a solução decorrente dessa constatação seja o ataque aos atendimentos para eliminação do Estado clientelista que se reproduz desde, pelo menos, a Primeira República. Se for esse o raciocínio construído pelo leitor, é preciso que considere que eliminar a forma socialmente estabelecida de relacionamento da população com o poder público não garante, por si só, acesso mais fácil ou justo aos serviços públicos por todos e, especialmente, por quem mais precisa. Seria preciso, ao mesmo tempo, construir outras formas de engajamento dos cidadãos com o Estado, outras formas de administrar recursos públicos e de prover habitação para todos.

Quais são essas formas? Essa é uma pergunta para pesquisas futuras. Meu palpite é que encontraremos exemplos interessantes em mobilizações locais que propõem e experimentam novos jeitos de viver e de fazer cidade, interferindo nos planos do poder público sem a preocupação de reproduzir mandatos eleitorais. É em situações como essas que se pode observar o processo de construção do Estado.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Frederico. Caosgrafias cidade. In: *Cadernos Metr pole*, São Paulo, Vol. 18, No. 37, set/dez 2016, pp. 899-920

AQUINO, Carlos R. F. *A coletiviza o como processo de constru o de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Disserta o (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

AVELINO FILHO, Georges. Clientelismo e Política No Brasil: Revisitando Velhos Problemas. In: *Novos Estudos*, No. 38, Mar. 1994, pp. 225-240.

BAKER, Andy; AMES, Barry; RENNO, Lucio R. Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. In: *American Journal of Political Science*, Vol. 50, No. 2, April 2006, pp. 382–399.

BARTHE, Yannick et al. *Sociologia pragmática: guia do usuário*. Trad. da Professora Patrícia Reuillard. Sociologias, Porto Alegre, ano 18, no 41, jan/abr 2016, p. 84-129.

BECKER, Howard; Pessin, Alain. A Dialogue on the Ideas of "World" and "Field". In: *Sociological Forum*, Vol. 21, No. 2, Jun. 2006, pp. 275-286.

BEZERRA, Marcos O. Atendimento de pleitos e cria o de dependências pessoais. In: *Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política NUAP/UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. "Limites entre corrup o e política". In: *Democracia Viva*, 9, fev. 2001.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Bendetti. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *On Justification: economies of worth*. Trad. Catherine Porter. Princeton University Press, 2006.

BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política NUAP/UFRJ, 2003.

CAPOTE, Truman. *In cold blood: A True Account of a Multiple Murder and Its Consequences*. New York: Signet (1965).

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B.; ALMEIDA, MHT (orgs). *Sociedade política no Brasil pós-61* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 313-350.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, pp. 495-591.

COMERFORD, John C. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado. In: CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. Tradução Theo Santiago. São Paulo: Ubu Editora, 2017 (1974).

DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: Das, V.; Poole, D. (orgs.). *Anthropology in the margins of the state*. School of American Research, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol 3*. Trad. Aurélio Guerra Neto et al. São Paulo: Editora 34, 2012.

\_\_\_\_\_. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, Vol 4*. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

\_\_\_\_\_. Percepto, afecto e conceito. In: *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, pp. 193-235

DESMOND, Matthew. *Evicted: poverty and profit in the american city*. New York: Broadway Books, 2017.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. Trad. Maria Isaura P. de Queiroz, 13 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

FAVREE-SAADA, Jeanne. Being affected. In: *HAU: Journal of Ethnographic Theory* 2 (1), 2012, pp. 435–445.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo*. São Paulo: PT, 2017.

GHILARDI, Flávio e HUGUENIN, João P. Algumas aproximações acerca da difusão e recepção do modelo uruguaio de produção cooperativa de moradia no contexto brasileiro. In: *Anais do encontro: 26º ENANPUR*, 2015.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo, 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOLDMAN, Márcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do Movimento Negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Dumará: NUAP/UFRJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2006.

GONSALES, Talita A. *Os conflitos da (favela da) Paz: uma experiência de planejamento conflitual no contexto dos megaeventos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, 2015.

HEREDIA, Beatriz Maria A. Entre duas eleições: relações político-eleitor. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M.A. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP/UFRJ, 2010.

HERSEY, John. *Hiroshima*. UK: Penguin Random House, 2015.

HOLANDA, Sérgio B. *O homem cordial*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.



KOHARA, Luiz T. *As contribuições dos movimentos de moradia do Centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 2013.

KUSCHNIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

\_\_\_\_\_. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000

LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. Editora: Ubu, 2007.

LOPES, João M. A.; RIZEK, Cibele S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, A.; ABIKO, A. (orgs). *Procedimentos de gestão habitacional para a população de baixa renda*. Porto Alegre, ANTAC, Coleção Habitare, v. 5, 2006; p. 44 – 75.

MACHADO, Maria das Dores C. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 35(2), 2015, pp. 45-72

\_\_\_\_\_. Religião, Cultura e Política. In: *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, 32(2), 2012, pp. 29-56

MAGNANI, José G. C. Etnografia como prática e experiência. In: *Horizontes Antropológicos*, v.15, n.32, 2009, p.129-156.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 17, No 49, Jun 2002, pp. 11-29.

MARCOCCIA, Rafael M. *Associação Dos Trabalhadores Sem-Terra de São Paulo: uma experiência de participação popular na solução do problema habitacional de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*. Editora: Ubu, 2007.

MELO, Ana Maria B. C.; SIMÕES, Soraya S. Considerações acerca de um drama: a renovação urbana em Lillesud. In: *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. XVI, nº 937, agosto de 2011.

MELLO; Marco Antônio S.; VOGEL, Arno; MOLLICA, Orlando (desenhos). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 4a ed. Niterói: Eduff, 2017.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido, 1979/1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. In: *Anuário Antropológico* [Online], II 2010.

OLIVEIRA, Nathalia C. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2010.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP/UFRJ, 2010a.

\_\_\_\_\_. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M.A. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP/UFRJ, 2010b.

\_\_\_\_\_.; Heredia, Beatriz M. A. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M.A. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP/UFRJ, 2010.

PATERNIANI, Stella Z. *Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

PEDREIRA, Pedro Henrique. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Eduff, 2014.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, V. 11, nº 2, 2009, p. 31-50.

\_\_\_\_\_. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTORO, Paula F. *Planejar a expansão urbana: dilemas e perspectivas*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Carlos Nelson F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

SHORE, Cris; DURÃO, Susana. From a political anthropology to an anthropology of policy: interview with Cris Shore. In: *Etnográfica Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, vol. 14 (3), 2010.

\_\_\_\_\_. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la "formulación" de las políticas. In: *Antípode*, No 10, Jun 2010a, pp. 21-49.

SINGER, Paul. *Um governo de esquerda para todos: Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-92)*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SILVA, Gilberto S.; SILVA, Luiz G.; KROLL, Verônica. A importância da luta em defesa da moradia digna nas regiões centrais e as conquistas através da organização popular. In: São Paulo (SP) Defensoria Pública do Estado de São Paulo. *1ª Jornada em Defesa da Moradia Digna*. São Paulo: Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008, p. 90 a 94.

STIRLING, Paul. Impartiality and personal morality. In: Peristiany, J. G (org). *Contributions to mediterranean Sociology: Mediterranean rural communities and social change*. Paris: Mouton, 1968.

SZMRESANYI, Maria Irene Q. F (org). *Anais do encontro: Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo: FAUUSP, 1985.

THÉVENOT, Laurent. Governing Life by Standards: A View from Engagements. In: *Social Studies of Science*, 39/5, Out. 2009, 793–813.

\_\_\_\_\_. An interview with Laurent Thévenot: On engagement, critique, commonality, and power. In: *European Journal of Social Theory*, 14(3), 2011, pp. 383–400

THOMPSON, Hunter S. *Better than sex: confessions of a political junkie*. Nova York: Ballantine Book, 1994.

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS C (orgs). *Ensaio de sociologia*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WOLFE, Tom. *The New Journalism*. London: Picador, 1975.

\_\_\_\_\_. *Radical Chic & Mau-mauing the Flak Catcher*. EUA: Bantam Book, 1971.

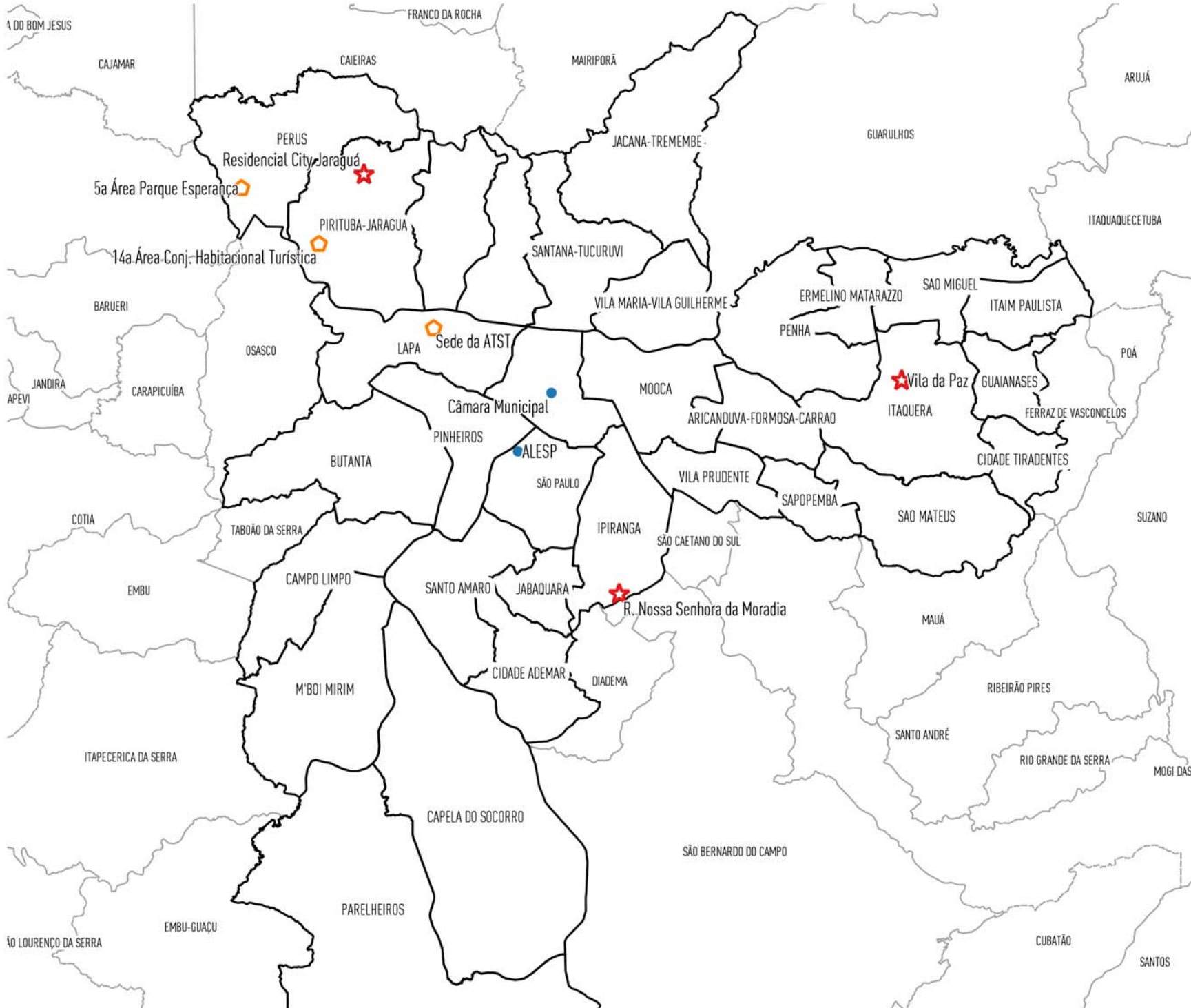
VALLADARES, Lícia P. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1980.

VAN DYCK, Brandon; MONTERO, Alfred P. Eroding the Clientelist Monopoly: The Subnational Left Turn and Conservative Rule in Northeastern Brazil. In: *Latin American Research Review*, Volume 50, Number 4, 2015, pp. 116-138.

VILLELA DE MIRANDA, Felipe. Como sem-teto se tornaram planejadores urbanos em SP? In: *Anais do encontro: 27º ENANPUR*, Sessão temática 10, ISSN 1984-8781. São Paulo, 2017.

WHYTE, William F. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

# APÊNDICE A - MAPA DE PREFEITURAS REGIONAIS



**Legenda**

-  ATST
-  PT
-  Institucional
-  Prefeitura Regional
-  Limites Municipais

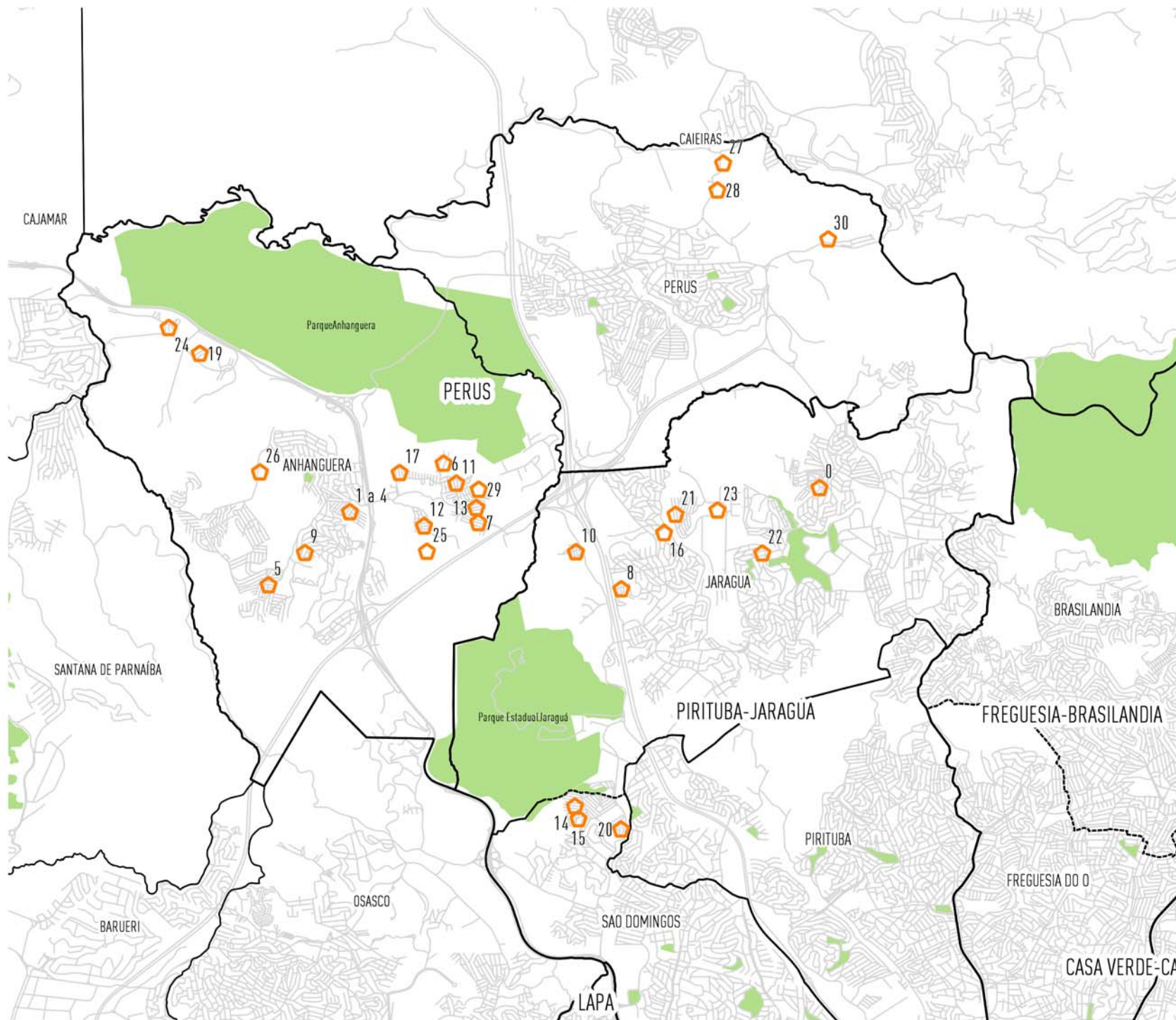
N

0 5 10 km



Elaboração: LabCidade (FAUUSP).

APÊNDICE B - MAPA DE EMPREENDIMENTOS DA ATST



- Legenda
-  Áreas ATST
  -  Prefeitura regional
  -  Distrito
  -  Limites municipais
  -  Vias
  -  Parques naturais



Elaboração: LabCidade (FAUUSP)



Área	Nome	Terreno (m2)	N. Lotes	Ano compra	Zona	Distrito	Prefeitura Regional	Latitude	Longitude
23	Voith aptos		804		Zeis 1	Jaragua	Pirituba-Jaragua	-23.436.746	-46.741.343
24	Portal do Anhanguera 0, I e II	120.400,00	696	2001	Zeis 1	Anhanguera	Perus	-23.413.210	-46.812.074
25	Res. Sol Nascente	351.221,32	1860	2006	ZEPAM	Anhanguera	Perus	-23.442.005	-46.778.797
26	–	214.647,01	1397	2007	ZPDS	Anhanguera	Perus	-23.431.831	-46.800.315
27	1-A, 1-D, 1-E	112.027,66	520	2010	ZPDS, ZOE e ZMA	Perus	Perus	-23.391.991	-46.740.613
28	–	156.741,66	843	2012		Perus	Perus	-23.395.474	-46.741.358
29	–	71.733,47	720	2014	Zeis 1	Anhanguera	Perus	-23.434.067	-46.772.118
30	Sítio do Tanque	160.071,62	750	2016	Zeis 2	Perus	Perus	-23.401.784	-46.727.078

Fonte: Elaboração própria. Referência para dados até 2001 é Marcoccia (2007).



## APÊNDICE D – IMAGENS DOS REDUTOS ELEITORAIS

**Figura 1:** Fachada da sede da ATST, na Lapa, zona oeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, maio de 2017.

**Figura 2:** Reunião de moradia na sede da ATST, zona oeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 3:** Reunião de moradia na sede da ATST, zona oeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 4:** Da esquerda para direito na primeira fila, Fábio Riva, Cleuza Ramos, Lu Alckmin e Marcos Zerbini na formatura de curso de azulejista e pedreiro.



**Fonte:** Reprodução Facebook.

**Figura 5:** Marcos Zerbini e Cleuza Ramos apresentam método da ATST no 2º Seminário sobre Moradia EHIS, na ALESP, zona oeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, março de 2017.

**Figura 6:** Marcos Zerbini e sua equipe parlamentar recebem prefeitos do interior do estado no gabinete, na ALESP, zona oeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 7:** Rua na 5ª Área da ATST, Parque Esperança, no Morro Doce/Anhanguera, zona noroeste.



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2017.

**Figura 8:** Fachada do centro comunitário da 5ª Área da ATST, no Morro Doce/Anhanguera.



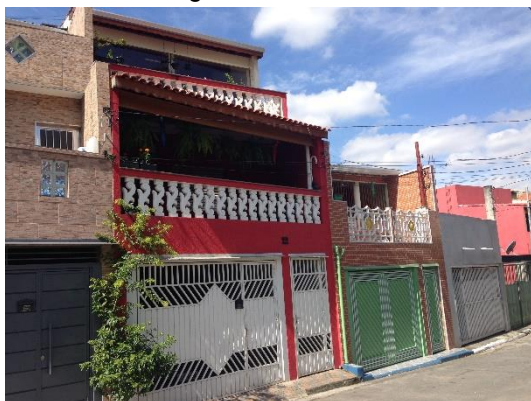
Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2017.

**Figura 9:** Cartaz eleitoral em casa na 5ª Área da ATST, no Morro Doce, zona oeste.



Fonte: Acervo pessoal, outubro de 2017.

**Figura 10:** Rua na 14ª Área da ATST, Conjunto Habitacional Turística, em São Domingos, zona noroeste.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2017.

**Figura 11:** Semana da Beleza no centro comunitário da 14ª Área da ATST, zona noroeste.



Fonte: Acervo pessoal, novembro de 2017.

**Figura 12:** Comissão de Política Urbana com Fábio Riva (PSDB) e Eduardo Suplicy (PT), Câmara Municipal.



**Fonte:** Acervo pessoal, maio de 2017.

**Figura 13:** Debate no Diretório Municipal do PT entre chapas durante PED, no centro da cidade.



**Fonte:** Acervo pessoal, março de 2017.

**Figura 14:** Reunião do Diretório Zonal PT de Pirituba, no Conjunto Movimento Unido, em Taipas, zona noroeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 15:** Juliana Cardoso (PT) em assembleia com moradores na Vila da Paz, em Itaquera, zona leste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 16:** Assembleia de moradores com Juliana Cardoso (PT) na Vila da Paz, em Itaquera, zona leste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 17:** Casas na Vila da Paz, em Itaquera, zona leste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 18:** Propaganda eleitoral de Juliana Cardoso (PT) em janela de casa na zona sudeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 19:** Rua Nossa Senhora da Moradia em mutirão na zona sudeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.

**Figura 20:** Travessa da Conquista em mutirão na zona sudeste.



**Fonte:** Acervo pessoal, abril de 2017.